

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás *Campus* Goiânia

PROJETO PEDAGÓGICO - LICENCIATURA EM
LETRAS: LÍNGUA PORTUGUESA

Goiânia – GO Maio/2018

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

CNPJ: **08700883/0001-44**

Razão Social: **Instituto Tecnológico Federal de Goiás – IFG – GO**

Nome Fantasia: **IFG / Câmpus Goiânia**

Esfera Administrativa: **Federal**

Endereço: **Rua 75, n. 46, Centro**

Cidade/UF/CEP: **Goiânia, GO, CEP 74055-100**

Telefone/Fax: **(62) 3227-2865**

Grande Área: **Linguística, Letras e Artes**

Habilitação, qualificações e especializações:

Habilitação: **Português**

Nome do Curso: **Licenciatura em Letras: Língua Portuguesa**

Carga Horária em Disciplinas: **2.133 horas**

TCC: **108 horas**

Prática como Componente Curricular: **405 horas**

Estágio Curricular Supervisionado: **405 horas**

Atividades Complementares: **200 horas**

Carga Horária Total do Curso: **3.251 horas**

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

Reitor

Jerônimo Rodrigues da Silva

Pró-Reitor de Administração

José Carlos Barros Silva

Pró-Reitor de Desenvolvimento

Amauri França Araújo

Pró-Reitora de Ensino

Oneida Cristina Gomes Barcelos Irigon

Pró-Reitor de Extensão

Daniel Silva Barbosa

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Écio Naves Duarte

Diretora do *campus* Goiânia

Maria de Lourdes Magalhães

Chefe do Departamento de Áreas Acadêmicas I

Fabiane Costa Oliveira

Equipe de Elaboração do Projeto (1ª versão)

Micheline Madureira Lage
(Presidente da Comissão)

Alita Carvalho Miranda Paraguassú
André Perez da Silva
Cleide Araújo Machado
Deusa Castro Barros
Franciele Magalhães Crosara
Liberato Silva dos Santos
Limerce Ferreira Lopes
Luciana Schuster
Rosângela Medeiros da Luz
Suelene Vaz da Silva

Comissão Sistematizadora da Reestruturação do Projeto (2ª versão)

Alita Carvalho Miranda Paraguassú
(Presidente da Comissão)

Bruno Pilastre de Souza Silva Dias
Cleide Araújo Machado
James Deam Amaral Freitas
Limerce Ferreira Lopes
Maria Cristina Morais de Carvalho
Micheline Madureira Lage

Comissão Sistematizadora da Reestruturação do Projeto (3ª versão)

Paula Franssinetti de Morais Dantas
(Presidente da Comissão)

Alita Carvalho Miranda Paraguassú
Bruno Pilastre de Souza Silva Dias
Cleide Araújo Machado
James Deam Amaral Freitas
Luciene Araújo de Almeida
Micheline Madureira Lage

Um segundo diferencial do curso: a disciplina Português como língua estrangeira (PLE)

Áreas de atuação do profissional

Núcleos que compõem a Matriz Curricular

Estágio e PCC

A oferta de disciplinas optativas

Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) na matriz curricular

Ensino a distância na graduação – oferta EAD

Estágio Supervisionado

Atividades Complementares

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

METODOLOGIA

INTEGRAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Pesquisa no IFG

A pesquisa no Curso de Letras

O Núcleo de Pesquisa NUMPEL

MONITORIA

EXTENSÃO NO IFG

ATENDIMENTO PEDAGÓGICO, PSICOLÓGICO E ECONÔMICO AOS DISCENTES

Coordenação de Assistência Estudantil (CAE)

Coordenação de Apoio Pedagógico ao Discente

A Coordenação do Curso de Letras e o atendimento ao aluno

CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

CRITÉRIOS DE ENSINO E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM APLICADOS AOS ALUNOS DO CURSO

ESPAÇO FÍSICO E EQUIPAMENTOS

Laboratório de Linguagens

Biblioteca

ACESSIBILIDADE NO CÂMPUS GOIÂNIA

PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO ENVOLVIDO NO CURSO

Pessoal Técnico-Administrativo

Pessoal Docente

AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO

CERTIFICADOS E DIPLOMAS EXPEDIDOS AOS CONCLUINTES DO CURSO

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

ATUAÇÃO DA COORDENAÇÃO DO CURSO

EMENTAS DAS DISCIPLINAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANEXO: resolução de autorização do curso de Letras (nº 044, de 6 de outubro de 2014)

1. JUSTIFICATIVA, DIFERENCIAIS E OBJETIVOS DO CURSO

1.1 Justificativa

No ano de 2014, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) completou 105 anos, configurando uma trajetória de desafios e transformações, que se consolida no cenário atual como uma instituição pública federal, multicampi e pluricurricular, de educação básica, superior e profissional.

O percurso histórico do Instituto Federal de Goiás remonta a antiga capital do Estado de Goiás, Vila Boa, onde a instituição iniciou suas atividades em 23 de setembro de 1909, sob o nome de Escola de Aprendizes e Artífices, conforme decreto nº 7556, do então presidente da República, Nilo Peçanha. Em 1942, com a mudança da capital do Estado de Goiás, a escola foi transferida para a cidade de Goiânia e denominada Escola Técnica de Goiânia, oferecendo cursos técnicos na área industrial. Em 1965, a instituição passa a ser considerada uma autarquia federal, recebendo o nome de Escola Técnica Federal de Goiás e ampliando sua oferta de cursos técnicos de nível médio. Essa escola foi transformada, em 1999, em Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás (CEFET-Go), especializado na oferta de educação tecnológica em diferentes modalidades e níveis, inclusive cursos superiores. Finalmente, ao término de 2008, o CEFET-Go foi transformado em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), como parte integrante do Projeto de Lei 3775/2008, que instituiu a criação de 38 institutos federais, e seus respectivos campi, em diversas regiões brasileiras.

Como parte integrante do projeto de expansão da Rede Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, o IFG conquistou autonomia equiparada às universidades federais, ampliou seu escopo e áreas de atuação, com a oferta de cursos técnicos de nível médio, cursos superiores, Licenciaturas, Pós-graduação, etc. Com isso, a instituição vem

atendendo um número cada vez maior e diversificado de estudantes, oferecendo cursos que contemplam os eixos tecnológicos previstos em legislação¹.

Em 2008, a Lei nº 11.892, parte integrante de um projeto de expansão da Rede Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, ampliou o papel social e educacional do recém denominado Instituto Federal de Goiás, que não só recebeu uma nova identidade institucional como conquistou autonomia equiparada às universidades federais, ampliando seu escopo e áreas de atuação, centrado na verticalização da formação profissional, na formação de professores, no desenvolvimento da pesquisa e na inovação tecnológica.

Os Institutos Federais surgiram como algo original no cenário educacional brasileiro.

De acordo com Pacheco (2009), o Governo Federal, por meio do MEC,

Acaba de criar uma instituição absolutamente inovadora em termos de proposta político-pedagógica; os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, os quais criam um novo conceito de educação profissional e tecnológica, sem similar em nenhum outro país. (p. 1)

Eliezer Pacheco, o então Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do MEC, referia-se à Lei nº 11.892, sancionada pelo Governo Federal em 2008, conforme dito anteriormente. Segundo o documento de Pacheco, os Institutos fundamentam-se em uma organização de ensino, no qual os docentes atuam em diferentes níveis da educação, abrangendo desde o ensino técnico e tecnológico até os cursos de especialização *Lato Sensu* e *Stricto Sensu*. A concepção de Educação Profissional e Tecnológica orienta os processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos.

Ainda em se tratando da referida Lei, esta diz que é um dos objetivos dos Institutos Federais ministrar, em nível de educação superior, cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica. Em seu Artigo 8º, que trata do desenvolvimento das ações acadêmicas dos Institutos Federais, tem-se a definição dos percentuais destinados às vagas abrangendo todas as esferas de ensino nos quais tais Instituições atuam. Para as licenciaturas, ficou estabelecido que 20% das vagas ofertadas

¹ De acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (2005).

pelos Institutos Federais devem ser destinadas a essa modalidade de ensino.

Foi por meio dessa Lei e da expansão da rede federal promovida pelo Governo Brasileiro que, nos últimos anos, o IFG, com a colaboração e dedicação de seus docentes, gestores e toda a comunidade acadêmica, vem ampliando cada vez mais o seu atendimento ao público em todos os níveis de escolaridade, sempre atento às expectativas da sociedade na promoção da cidadania, do desenvolvimento cultural, científico e tecnológico, contribuindo para a consolidação de uma Instituição verdadeiramente pública e de qualidade.

Como parte integrante do projeto de expansão da Rede Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, o IFG conquistou autonomia equiparada às universidades federais, ampliou seu escopo e áreas de atuação, com a oferta de cursos técnicos de nível médio, cursos superiores, Licenciaturas, Pós-graduação, etc. Com isso, a instituição vem atendendo um número cada vez maior e diversificado de estudantes, oferecendo cursos que contemplam os eixos tecnológicos previstos em legislação.

O IFG construiu, com ampla participação acadêmica, o seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), documento que identifica a Instituição em todos os seus aspectos: social, filosófico, acadêmico, pedagógico, administrativo, estabelecendo as diretrizes que devem orientar o trabalho do IFG pelo período de sua abrangência (2010-2014). Além de ser um documento redigido de forma coletiva, em fevereiro de 2012 foi debatido com toda a comunidade acadêmica, no I Congresso do PDI no IFG.

Assim, em novembro de 2012, por meio da Resolução nº 16, o Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando a decisão do Conselho Superior da Instituição, resolveu aprovar o quadro de autorização/alteração/extinção de oferta de cursos e vagas para o período de 2012 a 2016, constante no PDI dos *campi* do IFG. Esta Resolução traz o estudo da oferta de cursos e vagas para os seguintes *campus* da Instituição: Anápolis, Formosa, Luziânia, Itumbiara, Uruaçu, Jataí, Inhumas, Aparecida de Goiânia, Cidade de Goiás e Goiânia.

Nesse contexto, o curso de Letras/Licenciatura em Língua Portuguesa figura no quadro de ofertas do Departamento de Áreas Acadêmicas I do Câmpus Goiânia, foi implantado no turno vespertino, com 60 vagas, no primeiro semestre de 2015. Assim sendo,

cumpre-nos declarar, primeiramente, que o curso de Letras surgiu de uma necessidade institucional amplamente difundida, discutida e acordada nos documentos oficiais do IFG, observando as especificidades da região.

De acordo com os dados oficiais do IBGE², em 2016, o município de Goiânia possui 1.448.639 habitantes e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) no ano de 2010 é de 0,799. A cidade está localizada na Mesorregião Centro Goiano e na Microrregião Goiânia³. Os setores que mais empregam na Microrregião, segundo os dados do Boletim Técnico nº1 do Observatório do Mundo do Trabalho⁴, são os de Administração Pública Direta e Autárquica, Comércio Varejista, Comércio e Administração de Imóveis, Valores Mobiliários, Serviços Técnicos e Serviços de Alojamento, Alimentação, Reparação, Manutenção e Redação. Quanto às atividades econômicas mais recorrentes da cidade, é válido associá-las aos números das cidades que pertencem à Microrregião, visto o impacto que essas atividades causam nas demais cidades da mesma. Segundo os dados do Boletim Técnico nº1 do Observatório do Mundo do Trabalho⁵, essa Microrregião é a que possui maior população e os setores que mais empregam são os de Administração Pública Direta e Autárquica, Comércio Varejista, Comércio e Administração de Imóveis, Valores Mobiliários, Serviços Técnicos e Serviços de Alojamento, Alimentação, Reparação, Manutenção e Redação.

Chama a atenção que uma das atividades que mais empregam pessoas nessa Microrregião a CNE/CES nº 492/2001, são atividades relacionadas à redação. Segundo dados do documento supracitado, apenas 10,82% dos trabalhadores que compõe o Subsetor possuem formação superior. Não há uma especificação dos números relacionados à escolaridade e a atividade de redação, mas esse número já é um indicativo da necessidade de formar profissionais em Nível Superior que possam atuar na área de Redação.

2 Informações disponíveis no site: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=520870&search=goias|goiania>. Acesso em: 15/08/2017.

3 Ela se distribui em 17 (dezessete) municípios, a saber: Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Bela Vista de Goiás, Bonfinópolis, Caldazinha, Goianópolis, Goiânia, Goianira, Guapó, Hidrolândia, Leopoldo de Bulhões, Nerópolis, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo, Terezópolis de Goiás e Trindade.

4 Informações disponíveis no site: <https://www.ifg.edu.br/estrutura-organizacional-desenvolvimento-institucional/observatorio-mundo-do-trabalho/estudos-e-pesquisas?showall=&start=2>

5 Informações disponíveis no site: <https://www.ifg.edu.br/estrutura-organizacional-desenvolvimento-institucional/observatorio-mundo-do-trabalho/estudos-e-pesquisas?showall=&start=2>.

Contrastando os dados supracitados aos dados relativos à educação mais recentes, o IBGE constatou que em 2015, o número total de professores nas redes pública e privada, no Ensino Fundamental, era de 8.374 e no Ensino Médio de 3.135. Não há números relativos à professores do Nível Superior.

Em relação ao número de matrículas efetuadas nesse período, no Ensino Fundamental houve 159.685 matrículas e, no Ensino Médio, 58.685. Ou seja, apesar do crescimento da atividade docente formal, ainda existe uma necessidade de um número maior de professores, levando em conta os dados demográficos. Em síntese, os dados aqui apresentados indicam que existe uma grande demanda para os profissionais da educação, em especial Letras, de acordo com o perfil econômico da região.

O curso de Letras/Licenciatura em Língua Portuguesa figura no quadro de ofertas do Departamento de Áreas Acadêmicas I do Câmpus Goiânia foi implantando no turno vespertino, com 60 vagas, no primeiro semestre de 2015. Dito isso, esse curso surge em consonância com a Lei nº 11.892, e, o mais importante, como resposta a uma realidade nacional que diz respeito à crise das licenciaturas no país e também a uma escassez de professores.

Segundo Pereira (1999), no Brasil, as licenciaturas foram criadas nas faculdades de filosofia, nos anos 30, principalmente como consequência da preocupação com a regulamentação do preparo de professores para a escola secundária. Elas constituíram-se segundo a fórmula 3+1, em que as disciplinas de natureza pedagógica, cuja duração prevista era de um ano, justapunham-se às disciplinas de conteúdo, com duração de três anos. Na fala do pesquisador (1999, p. 112),

Essa maneira de conceber a formação docente revela-se consoante com o que é denominado, na Literatura educacional, de modelo da racionalidade técnica. Nesse modelo, o professor é visto como um técnico, um especialista que aplica com rigor, na sua prática cotidiana, as regras que derivam do conhecimento científico e do conhecimento pedagógico. Portanto, para formar esse profissional, é necessário um conjunto de disciplinas científicas e um outro de disciplinas pedagógicas, que vão fornecer as bases para sua ação. No estágio supervisionado, o futuro professor aplica tais conhecimentos e habilidades científicas e pedagógicas às situações práticas de aula.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica vêm romper com esse modelo de formação chamado de 3+1, pois, ainda de acordo

com Pereira (1999, p. 112), parece ser um consenso o fato de os currículos de formação de professores baseados no modelo da racionalidade técnica mostrarem-se inadequados à realidade da prática profissional docente. As principais críticas atribuídas a esse modelo são a separação entre a teoria e a prática na preparação do professor, a prioridade dada à formação teórica e a concepção da prática como mero espaço de aplicação de conhecimentos teóricos, sem um estatuto epistemológico próprio.

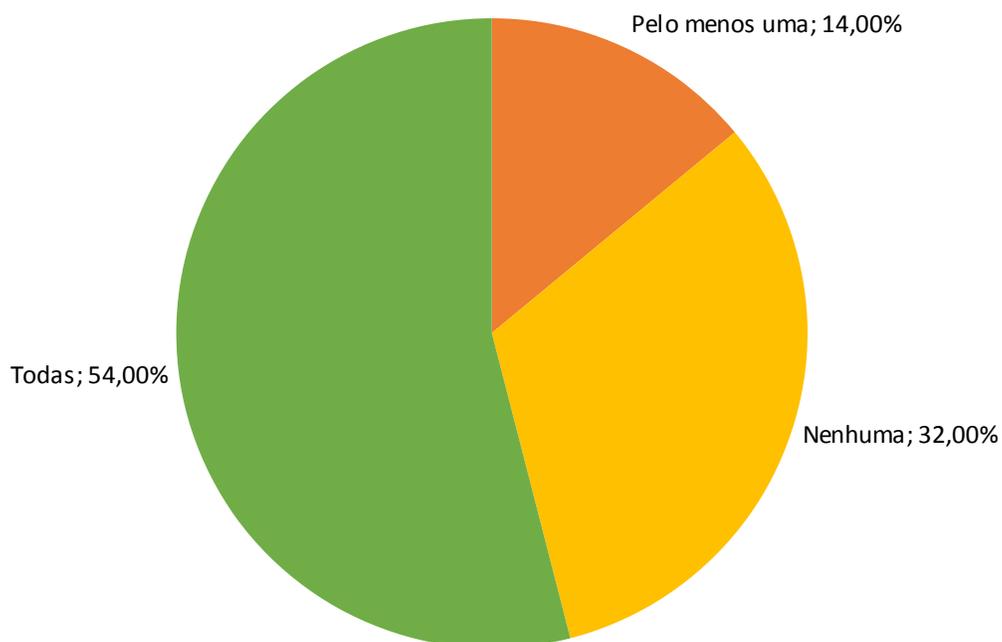
Essas Diretrizes Curriculares surgem em função da já referida crise nos cursos de licenciatura. Tais cursos são, muitas vezes, ofertados de forma distante da realidade que o futuro docente terá que enfrentar nos “chãos das escolas brasileiras”. É importante ressaltar que tem pouquíssimo tempo que as universidades federais modificaram os currículos de seus cursos de licenciatura tendo em vista as concepções advindas dos últimos documentos ligados à formação de professores.

Para além de toda a problemática envolvendo a má formação de docentes no Brasil, ainda se tem a questão da escassez de professores. Citando dados do INEP, Moura (2010) afirmou que há uma demanda de 235 mil docentes para o ensino médio no Brasil. Além disso, cerca de 30% dos professores brasileiros não têm curso superior completo. Freitas (2007) opina que:

A escassez de professores para a educação básica, apontada pelo relatório do Conselho Nacional de Educação (CNE), apresentado em sua reunião de julho de 2007, não pode, portanto, ser caracterizada como um problema conjuntural e nem mesmo exclusivamente emergencial. Ao contrário, é estrutural, um problema crônico, produzido historicamente pela retirada da responsabilidade do Estado pela manutenção da educação pública de qualidade e da formação de seus educadores. (p. 1207).

Dados mais recentes divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), referentes ao Censo Educacional de 2015 revelam que, além da falta de professores no Brasil, há um percentual significativo de docentes que dão aula de disciplinas para as quais não têm formação, como se pode visualizar no Gráfico 1.

GRÁFICO 1 – Percentual de docentes formados nas disciplinas que lecionam.⁶

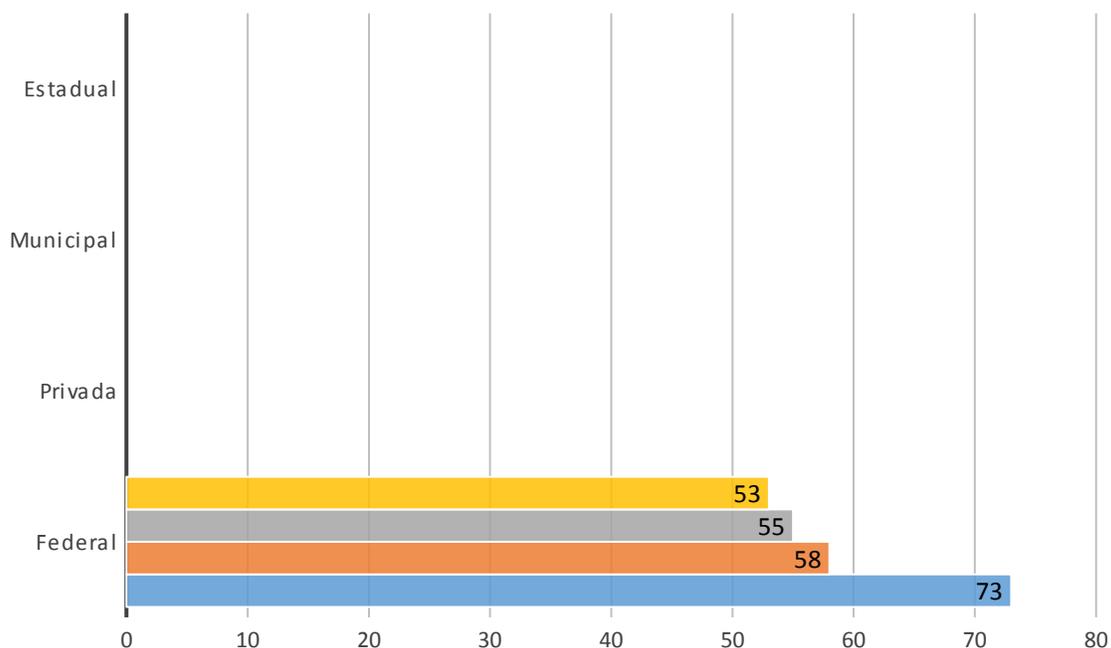


Quando se olha essa formação por rede, percebe-se a diferença da federal frente às demais, como se verifica no Gráfico 2.

GRÁFICO 2 – Percentual de professores do ensino médio graduados em todas as disciplinas que ministram.⁷

6 Fonte: Censo 2015 / Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/01/1852259-quase-50-dos-professores-nao-tem-formacao-na-materia-que-ensinam.shtml>> Acesso: jun.2017.

7 Fonte: Censo 2015 / Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/01/1852259-quase-50-dos-professores-nao-tem-formacao-na-materia-que-ensinam.shtml>> Acesso: jun. 2017.

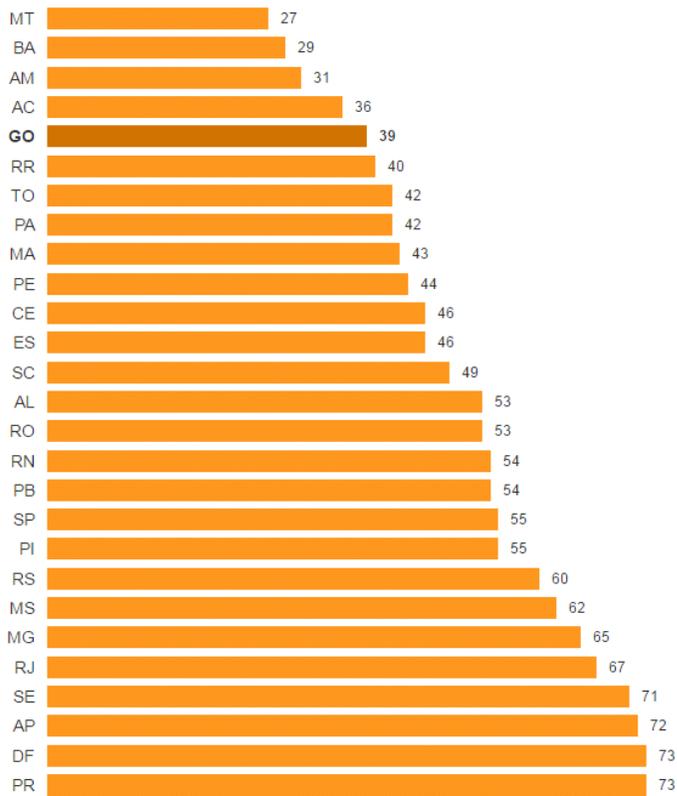


A rede federal apresenta o maior índice de professores graduados para as disciplinas que ministram. Os dados da rede privada e municipal em muito se aproximam. Há um número significativo de professores despreparados para as matérias que lecionam. Já a realidade da rede estadual é, de fato, caótica, com quase metade de docentes sem formação adequada para sua atuação em sala de aula.

Quando se verifica essa carência do ponto de vista do alinhamento disciplina ministrada/formação do professor, por estados, a situação de Goiás não é a das melhores no ranking, como se pode visualizar no Gráfico 3.

GRÁFICO 3 – Percentual de professores do ensino médio graduados em todas as disciplinas que ministram por estado.⁸

⁸ Fonte: Censo 2015 / Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/01/1852259-quase-50-dos-professores-nao-tem-formacao-na-materia-que-ensinam.shtml>> Acesso: jun. 2017.



Como se verifica, apenas 39% dos docentes do estado de Goiás estão com a formação adequada para a disciplina que ministram. O cenário nacional, revelador de uma carência de professores em termos quantitativos e qualitativos trazem à tona a preocupação da atual equipe de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias do Câmpus Goiânia do IFG, no sentido de não só atentar-se para essa demanda pela quantidade de profissionais na área de Letras, mas, sobretudo, para a qualidade dessa formação, preocupando-se com: como esta formação será oferecida, com quais objetivos e embasada em quais pressupostos.

Justificada a necessidade da implantação de um curso de Licenciatura em Letras no IFG, a partir do estudo da região e da necessidade de implantação de cursos de formação de professores, explicitaremos, nos itens seguintes, os diferenciais do curso de Licenciatura em Letras/Português no IFG, a partir do estudo dos cursos de Letras já estabelecidos na cidade de Goiânia e também do ensino de Língua Portuguesa como língua estrangeira.

Serão expostos também os objetivos e pressupostos do Curso, levando-se em conta que a atual equipe tem uma larga experiência de cerca de 30 anos na formação de jovens

estudantes, tanto no âmbito da Língua Portuguesa, quanto no âmbito da língua estrangeira. Sendo assim, esse curso nasce do diferencial de possuir um corpo docente altamente qualificado e com amplo conhecimento da realidade do ensino médio técnico e tecnológico, portanto atento ao diálogo profícuo que deve existir entre a graduação e a educação básica.

1.2 Um primeiro diferencial do curso: a formação de professores

Para a consolidação deste documento, formou-se uma equipe de professores responsável por leituras, pesquisas e análises acerca das licenciaturas em Letras/Português ofertadas em Goiânia e entorno. Foram objeto de estudo os seguintes cursos de Letras/Licenciatura na modalidade Português: Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Estadual de Goiás (UEG), Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO). Também se analisaram matrizes dos cursos de Letras/Português e Português do Brasil como Segunda Língua da Universidade de Brasília (UnB), bem como Português/Inglês das Faculdades Anhanguera, de Anápolis, e os seguintes cursos de Letras oferecidos pela Universidade Paulista – Unip: Bacharelado em Tradução, Licenciatura em Português/Espanhol, Licenciatura em Português/Inglês, Licenciatura em Português. Além das matrizes curriculares foram analisadas as páginas eletrônicas dos cursos.

A metodologia utilizada para as análises foi a do tipo qualitativo. Conforme salienta Martins (2004), no que se refere à pesquisa qualitativa pode-se dizer que os dados são coletados através da descrição feita pelos sujeitos. Essa descrição não se fundamenta em idealizações, imaginações, desejos. Busca-se descrever com precisão conceitual rigorosa a essência genérica da percepção de alguém (sujeito) sobre algo (objeto).

Seguindo essa metodologia, cada docente se responsabilizou pela análise de um curso, a partir de informações encontradas disponíveis ao público na Internet. As questões que nortearam as leituras dos currículos e das informações encontradas nos sites foram: 1) a contemporaneidade da proposta; 2) a inovação, tendo como foco a formação de professores; 3) a articulação entre teoria e prática em tais cursos. Em reuniões houve a socialização das análises, chegando-se a um consenso de percepções por parte do grupo.

Dos Cursos de Licenciatura em Letras das instituições públicas analisadas, observou-se:

1) propostas clássicas de formação docente, a partir de uma perspectiva tradicional, sem grandes inovações; 2) uma readequação recente, em resposta às alterações nas legislações; 3) uma matriz inovadora e interessante em uma das instituições públicas pesquisadas. Apesar de alguns problemas encontrados nas análises, os professores atentaram-se para o aspecto novo em cada curso analisado. Assim, o grupo destacou as seguintes disciplinas em tais cursos: Estudo Gramatical do Português Contemporâneo, Fundamentos da Aquisição de Primeira e Segunda Língua, Introdução aos Multimeios, Projeto: Elaboração de Multimeios, Laboratório de Gramática, Laboratório: Leitura e Redação, Problemas Interculturais, dentre outras. O uso de novas tecnologias, a preocupação com disciplinas de caráter prático, o objetivo de educar o aluno para a interculturalidade e a contemporaneidade da proposta foram os elementos considerados como diferenciais.

As principais críticas referentes às matrizes curriculares das instituições públicas concentraram-se em torno dos aspectos: 1) disciplinas consideradas basilares para a formação de professores, como Literatura Infanto-Juvenil e Literatura Africana de Língua Portuguesa, sendo ofertadas como optativas; 2) matrizes curriculares que não refletem as atuais abordagens na área de Letras, como as teorias e práticas de Letramento, bem como as contribuições da Sociolinguística e da Linguística Aplicada ao Ensino; 3) o confinamento das práticas como componente curricular a um espaço isolado, associadas aos estágios, quando deveriam atender à legislação vigente e tornar-se componente curricular desde o início do curso. Isso ocorreu em um dos cursos analisados.

Dos Cursos de Licenciatura em Letras das instituições privadas analisadas, observou-se: 1) uma proposta de ampla possibilidade de atuação do graduado em Letras em áreas como revisão, tradução, crítica literária etc. A análise desta matriz curricular possibilita verificar a impossibilidade de formar com qualidade um profissional em Letras para atuações tão diversas; 2) a docência aparece de forma apagada nos projetos; 3) “Atividades Complementares” aparecem com a rubrica “disciplinas”; 4) o fato de serem ofertadas disciplinas de espanhol em um curso de Português/Inglês, causou estranheza ao grupo; 5) a presença de uma disciplina intitulada “Responsabilidade e Meio Social”, dentre outras, possibilita confusões entre nomes de disciplinas e os temas transversais contidos nos Parâmetros Curriculares Nacionais; 6) a existência de quatro cursos diferentes (todos na

área de Letras) na mesma instituição, com os mesmos objetivos. Em nenhum momento, dentre esses objetivos, destaca-se a docência; 7) falta de consistência e embasamento teórico que sustente os projetos dos cursos.

Apesar dos problemas encontrados, observam-se disciplinas e aspectos relevantes em cada curso analisado, o que nos inspirou na busca de uma identidade própria, bem como caminhos para construir a matriz curricular do curso que nos propomos ofertar. Ao final deste trabalho de análise, chegou-se ao consenso de que o ponto frágil dos cursos de Letras analisados no estado de Goiás está no quesito formação de professores. Em todos eles há uma certa carência de articulação entre teoria e prática, de discussões acerca da relação Letras/Educação, de pesquisas sobre materiais didáticos, de aproximações do graduando com a realidade do ensino fundamental e médio, dentre outras questões muito importantes para a atuação do futuro professor. Por isso, a equipe responsável pela construção deste documento concluiu que é preciso formar um professor que consiga apropriar-se das teorias para sua prática docente; que tenha uma leitura efetiva de Literatura; que seja crítico para desenvolver autonomamente a construção das relações entre teoria e prática de maneira pertinente; que seja um professor construtor e não um mero reproduzidor de conhecimentos.

1.3 Um segundo diferencial do curso: a disciplina português como língua estrangeira (PLE)

O fortalecimento da Língua Portuguesa internacionalmente, em virtude do crescimento das relações internacionais do Brasil, tem sido a tônica das discussões realizadas pela Sociedade Internacional de Português Língua Estrangeira (SIPLE). A Sociedade, que também edita revista especializada no ensino de PLE, chama a atenção, em artigos diversos, para o constante crescimento do interesse da Língua Portuguesa na China, em razão dos inúmeros acordos bilaterais que esse país tem realizado com as nações de língua oficial portuguesa. Há também um aumento da demanda de aprendizagem do Português nos Estados Unidos. De acordo com a SIPLE, o português tem sido visto como importante língua para os negócios e para as relações internacionais. Outros países como a França, a Holanda e a Romênia são citados em artigos acadêmicos disponíveis no site da SIPLE.

As questões que envolvem uma língua têm estreita relação com o social. A maior presença de multinacionais no Brasil aumentou o interesse de estrangeiros em aprender a Língua Portuguesa. Embora a situação da economia brasileira nos últimos anos tenha sofrido um revés em função da crise internacional de 2008, diferentes mídias divulgaram que houve crescimento da economia brasileira nos primeiros anos do século XXI. Certamente, esse dado é levado em consideração por estrangeiros que pretendem viver aqui.

No Congresso Internacional da SIPLE (X CONSIPLE) realizado em 2014, discutiu-se amplamente a respeito do interesse dos estrangeiros pela Língua Portuguesa brasileira. Eles apreciam a musicalidade da língua, têm curiosidade em relação à cultura brasileira em suas variadas expressões (literatura, música, dança, artes, religiosidade, dentre outros aspectos da cultura) e se interessam por adquirir fluência em Língua Portuguesa como um diferencial no mundo do trabalho e um elemento de vantagem competitiva no mundo corporativo e de negócios.

O crescente número de estrangeiros fazendo cursos de português (principalmente o português brasileiro) também é perceptível no exterior, tanto em universidades estrangeiras, quanto nos Centros Culturais Brasileiros (CCBs) existentes. Esses Centros têm o objetivo de difundir o idioma português falado no Brasil e de promover a cultura brasileira no exterior. Todo esse interesse dos estrangeiros advém do fato de muitos deles quererem trabalhar e/ou estudar no Brasil.

Não poderíamos deixar de citar os Leitorados, programas que convidam professores especialistas em Língua Portuguesa, literatura e cultura brasileira para atuarem em conceituadas universidades estrangeiras. Estes professores são selecionados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação (CAPES/MEC) e pelas instituições acadêmicas no exterior. Atualmente, o Departamento Cultural do Itamaraty coordena e subsidia as atividades de Leitorados distribuídos em universidades de reconhecido prestígio. A expansão da rede de Leitorados revela o êxito dessa modalidade de promoção da Língua Portuguesa e da cultura brasileira.

Ainda no tocante à maior demanda por professores de PLE, temos que mencionar o Programa Mais Médicos – lançado em 08 de julho de 2013 pelo Governo Federal. Tal

programa pretende suprir a carência de médicos nos municípios do interior e nas periferias das grandes cidades do Brasil. Por meio deste, fez-se a convocação de médicos estrangeiros para atuar na atenção à saúde básica de municípios com maior vulnerabilidade social. Embora tenham vindo de diversas partes do mundo e por motivos diferentes, os médicos estrangeiros encontram aqui um problema de base no relacionamento com um paciente: a comunicação em Língua Portuguesa. Esse Programa Governamental aumentou a busca do português por parte desses estrangeiros médicos.

Além do contexto externo favorável à disseminação do português como língua internacional e como língua de negócios, temos internamente as relações internacionais do IFG que têm crescido nos últimos tempos, os intercâmbios internacionais no Ensino Médio, o Programa Ciência Sem Fronteiras no Ensino Superior e a parceria já consolidada do IFG com o *college* norte-americano *Northern Virginia Community College* (NOVA). Enfim, todas essas ações incitam a Instituição a se abrir para a mobilidade estudantil e para parcerias internacionais em uma perspectiva de educação multicultural, cumprindo com a política de relações internacionais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, da forma como foi proposta pelo Fórum de Relações Internacionais dos Institutos Federais.

Assim, tendo em vista os motivos expostos, propomos a criação de um curso de Letras com uma matriz curricular diferenciada, em que estão presentes o ensino do PLE, suas metodologias e campos de atuação no Ensino e na Pesquisa, introduzindo o aluno nessa área, a fim de abrir-lhe a perspectiva de vir a atuar profissionalmente nesse campo no país e no exterior com continuado investimento formador.

1.4 Objetivos e metas

Podemos agrupar os objetivos deste projeto em **gerais** e **específicos**. Os primeiros, mais amplos, apontam metas a serem atingidas progressivamente. Já os segundos, mais ligados à especificidade do curso de Letras (Licenciatura em Língua Portuguesa), esclarecem os objetivos de base operacional. Passemos, então, primeiramente, aos objetivos gerais a serem alcançados.

1.4.1 Objetivos Gerais

No que tange ao perfil profissional do egresso, tem-se como objetivo formar professores que tenham a capacidade de perceberem seu papel na escola, de analisarem o conhecimento adquirido em articulação com a realidade de seus futuros alunos e com o espaço da sala de aula, percebendo tal espaço como parte de uma macroestrutura social. Assim, os graduandos necessitam das seguintes competências e habilidades para o futuro exercício de seu trabalho:

- desempenhar o papel de multiplicadores do saber;
- valorizar a pesquisa, entendendo-a como fonte privilegiada de conhecimentos, e promover a extensão, beneficiando a comunidade escolar e seu entorno;
- possuir olhar investigativo que favoreça um processo contínuo de construção de conhecimentos na área de Letras, bem como a articulação de tais conhecimentos com as demais áreas do saber e com a vida prática, incluindo as novas tecnologias;
- propiciar a vivência de valores humanos (partilha, cooperação, ética, solidariedade, respeito à diversidade) necessários à construção de uma sociedade mais justa.

1.4.2 Objetivos Específicos

Em consonância com a Estrutura Curricular do Curso de Licenciatura em Letras: Língua Portuguesa, com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e com o Plano Pedagógico da Instituição (PPI), espera-se que o curso de Licenciatura em Letras: Língua Portuguesa seja capaz de:

- oferecer aos alunos um embasamento teórico sólido, o qual discuta as diferentes concepções de linguagem. Tais concepções devem fundamentar investigações sobre língua, texto, leitura, leitor e outras questões a elas relacionadas;
- propiciar uma reflexão constante do movimento dinâmico existente entre linguagem, pensamento, cultura e realidade político-sócio-cultural;
- proporcionar uma postura reflexiva em relação ao ensino de Língua Portuguesa, apontando problemas e, sobretudo, propondo soluções e novas propostas metodológicas;

- formar um aluno capaz de perceber o português como uma língua global. Nessa perspectiva, espera-se que o discente aborde o ensino e a aprendizagem do português sob uma perspectiva plurilinguista;
- capacitar o aluno para que perceba a evolução da Língua Portuguesa e consiga analisá-la, descrevê-la e explicá-la, diacrônica e sincronicamente;
- incitar no aluno a percepção do fato literário como objeto de linguagem;
- proporcionar a leitura de um repertório vasto de literatura brasileira, portuguesa e africana, ampliando o horizonte de leituras do aluno para que ele esteja apto a estabelecer relações intertextuais entre diferentes textos, de épocas diversas e também com obras da literatura universal;
- capacitar o aluno para estabelecer relações de sentido entre textos literários e não literários, cotejando-os com outras manifestações da linguagem;
- proporcionar a reflexão sobre as condições de enunciação de diferentes gêneros textuais diante das diferentes tramas discursivas da cultura contemporânea;
- contextualizar o ensino de Língua Portuguesa e suas literaturas no quadro político, social e escolar brasileiro;
- fomentar a prática docente do ensino de Língua Portuguesa (nas perspectivas de língua materna e de português como língua estrangeira) e suas literaturas nas instituições de ensino da região de Goiânia e entorno;
- gerenciar um conjunto de atividades de pesquisa e de extensão (com ênfase nas questões educacionais) para proporcionar aos alunos a aquisição de conhecimentos transdisciplinares, para além do espaço da sala de aula;
- sedimentar parcerias institucionais como forma de intercâmbio de saberes na área de Letras com ênfase nas questões voltadas para a interface Letras/Educação.

2. FUNCIONAMENTO

O Curso Superior de Licenciatura em Letras: Língua Portuguesa, Câmpus IFG Goiânia, é ofertado semestralmente (30 vagas por semestre; 60 vagas anuais), em turno vespertino, das 13h às 18h. O Curso possui carga-horária de 3.251 (três mil duzentos e cinquenta e uma horas), distribuídas em 4 (quatro) anos de duração. O período mínimo para

a integralização curricular é de 8 (oito) semestres e o período máximo de integralização é de 16 (dezesesseis) semestres. O estudante concluirá o Curso quando integralizar todas as disciplinas e demais componentes curriculares previstos no Projeto de Curso e colar grau, momento em que fará jus ao respectivo diploma de graduação como Licenciado em Letras/Português.

3. REQUISITOS PARA ACESSO AO CURSO

O acesso ao Curso Superior de Licenciatura em Letras: Língua Portuguesa ocorrerá por meio do processo de seleção, seguindo critérios definidos pelo edital do processo seletivo, que classifica os candidatos por meio das notas obtidas nas provas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em um dos últimos três anos. Ainda no que se refere à admissão ao curso superior de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa, o acesso também poderá ocorrer por meio de transferência externa e/ou reingresso, conforme estabelecido no Regulamento das Licenciaturas oferecidas pelo IFG. O requisito para pleitear uma vaga no curso é o certificado de conclusão do Ensino Médio ou equivalente na forma da lei. O preenchimento das vagas remanescentes dar-se-á por meio de edital específico, conforme Regulamentos Institucionais e critérios a serem publicadas em edital elaborado pelo Centro de Seleção do IFG.

Consoante as políticas de ações afirmativas do IFG, 50% das vagas do Curso Superior de Licenciatura em Letras: Língua Portuguesa são destinadas a estudantes que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas, nos termos da Lei 12.711 de 2012 e Lei 13.409 de 2016.

O Curso Superior de Licenciatura em Letras: Língua Portuguesa contempla, também, a celebração de convênios e parcerias, os quais serão estabelecidos por meio de instrumentos jurídicos. Esses convênios e parcerias serão realizados conforme orientações da Coordenação de Relações Interinstitucionais e de Convênios, vinculada à Diretoria de Ações Profissionais e Tecnológicas (DAPT), da Pró-Reitoria de Extensão.

4. LEGISLAÇÃO BÁSICA

O Curso de Licenciatura em Letras: Língua Portuguesa está em consonância com (i) a Legislação Educacional, com (ii) os atos normativos do CNE/MEC e (iii) com as políticas construídas no âmbito do Fórum de Licenciatura do IFG, da Câmara de Ensino do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONEPEX) (com a aprovação do Conselho Superior (CONSUP)).⁹ Ao longo deste projeto pedagógico, procura-se harmonizar a matriz curricular a essas determinações legais.

Tal harmonização ocorre mormente na organização curricular (capítulo 6). Considera-se importante que essas determinações legais sejam abordadas interdisciplinarmente ao longo de todo o curso, em diferentes perspectivas teóricas, priorizando-se a autonomia formativa do discente.

Em relação à abordagem das temáticas indicadas pela legislação (Libras, História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, Direitos Humanos, Transtorno do Espectro Autista, Inclusão da Pessoa com Deficiência etc.), o Curso de Licenciatura em Letras: Língua Portuguesa adota a perspectiva de que essas temáticas sejam exploradas na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Os temas transversais apontados pelas legislações são ainda contemplados na escolha dos textos literários a serem trabalhados nas diversas disciplinas de literatura ao longo do curso. As literaturas tocam nas mais diferentes facetas humanas, o que contribui para discussões que vão desde os direitos humanos às questões ambientais.

O preconceito linguístico é combatido veementemente nas mais diversas disciplinas do campo linguístico. A questão da inclusão e da importância da diversidade no campo educacional é tema do componente “Educação Inclusiva”.

Em suma, o curso de Letras do IFG – Goiânia compromete-se com o aprimoramento contínuo de seus alunos proporcionando-lhes os meios para que realizem suas aspirações com dignidade, apoiando-se em valores éticos inalienáveis; buscando, sempre, contribuir para a construção de uma sociedade melhor.

5. PERFIL PROFISSIONAL DOS EGRESSOS

⁹ Resolução CONSUP/IFG de no 31, de 02 de outubro de 2017; Projeto de Desenvolvimento Institucional do IFG.

A partir de ordenamentos legais como a Lei de Diretrizes e Bases (LDB)/Lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), Diretrizes Curriculares para os Cursos de Letras (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2001), bem como das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2001), dos Parâmetros Curriculares Nacionais para os Ensinos Fundamental e Médio (BRASIL, 1997a; BRASIL, 1997b; BRASIL, 1998; BRASIL, 2000; BRASIL, s/d)e por meio das reflexões propostas pelo grupo de professores responsável pela implantação do curso de Letras – licenciatura em Língua Portuguesa no IFG, objetivamos formar profissionais de excelência para o exercício da docência, com as competências descritas a seguir.

5.1 Competências

De maneira ampla, o egresso do curso de Letras – licenciatura em Língua Portuguesa, deve ter a capacidade de:

- entender o domínio da língua padrão, bem como de suas variedades, envolvendo os aspectos fonológico, sintático, semântico, como um dos meios favoráveis de inserção social;
- gerenciar práticas educativas embasadas no dialogismo de diferentes linguagens e códigos para a melhoria do ensino de Língua Portuguesa em Goiânia e seu entorno;
- perceber criticamente diferentes movimentos e correntes teóricas dos estudos linguísticos, literários e educacionais;
- instrumentalizar seus alunos para lidar de maneira crítica com a Língua Portuguesa, nos contextos oral e escrito;
- refletir acerca da Língua Portuguesa em articulação com as diferentes linguagens e suas possibilidades;
- valorizar o processo de escrita e de leitura de diferentes gêneros textuais como forma de possibilitar a seus alunos a autonomia reflexiva;
- favorecer a leitura como instrumento de fruição estética;
- associar novas tecnologias à utilização da Língua Portuguesa;
- compreender a necessidade de engajar-se em processos de formação continuada;

- valorizar os princípios éticos e humanistas em pleno acordo com as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

5.2 Áreas de atuação do profissional

De acordo com o parecer CNE/CES nº 492/2001, o profissional egresso do Curso de Licenciatura em Letras (Português) estará apto, principalmente, a exercer a atividade de professor na rede pública e/ou particular de ensino ministrando Língua Portuguesa e suas Literaturas nos ensinos Fundamental e Médio, além de atuar como “pesquisadores [...], revisores de texto, roteiristas, secretários, assessores culturais entre outros” (p. 30). Pelo diferencial do curso em questão, poderá também ensinar Língua Portuguesa como Língua Estrangeira (PLE) em diferentes cursos de extensão ofertados por universidades e também poderá trabalhar em cursos de idiomas.

Como a área de Português para Estrangeiros vem apresentando, nos últimos anos, uma expansão visível, o profissional de Letras do IFG poderá fazer pesquisas envolvendo interseções entre o ensino do Português como Língua Materna e Estrangeira, poderá trabalhar em construção de materiais didáticos nas duas áreas, além de planejar e desenvolver cursos de extensão, fazer seleção e organização de materiais didáticos, entre outras atividades voltadas para a docência e a pesquisa envolvendo Língua Portuguesa. Tais atividades serão estimuladas ao longo do curso de Letras, sempre tendo um professor como orientador de todo o processo. Tudo isso levará o aluno de Letras do IFG a se tornar um profissional da educação capaz de pesquisar e de refletir criticamente acerca do universo da linguagem e do mundo que a cerca.

Cabe destacar que o Curso de Letras do IFG tem como objetivo maior formar professores com extrema competência que possam fazer a diferença no trabalho em sala de aula, que promovam a valorização da cultura – com especial destaque para as variadas formas de linguagem e do contexto local referenciados na cultura global – levando em conta os interesses, a realidade e os projetos pessoais e sociais dos alunos e da própria Instituição.

6. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O objetivo desta proposta curricular é a de propiciar ao aluno a oportunidade de realizar sua formação acadêmica de forma ampla e variada, dando-lhe mais oportunidades de aprendizado, de aquisição de competências e habilidades, de possibilidades de continuação de seus estudos e de inserção no mercado de trabalho regional, nacional e internacional.

Salientamos que o currículo está assentado na legislação vigente, a saber, a Resolução Nº 02, de 01 de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Nessas Diretrizes, observa-se um esforço de ultrapassar o modo tradicional de organização curricular por disciplinas, visando a uma melhoria na integração entre os diferentes conhecimentos. O eixo desloca-se das disciplinas, que passam a ser entendidas de uma forma mais ampla, com outras atividades acadêmicas, voltadas para a valorização da experiência extraescolar, para a articulação entre a teoria e a prática no processo de formação docente, para o reconhecimento das instituições de educação básica como espaços necessários à formação dos professores, para o estímulo à interdisciplinaridade, bem como para a compreensão dos profissionais do magistério como agentes formativos de cultura e da necessidade de seu acesso permanente às informações, vivência e atualização culturais.

O *locus*, cenário necessário ao desenvolvimento da prática pedagógica, está ligado não somente ao espaço da sala de aula, mas se estende para além dele, com experiências que permitam ao aluno fazer a integração entre a teoria e a prática. Esta é vista não somente como lugar de aplicação de teoria determinada, mas, sobretudo, como um espaço de criação e de reflexão, em que novos conhecimentos são gerados e modificados. Dessa forma, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior permitem que várias atividades acadêmicas auxiliem na integralização do curso, como: seminários, grupos de estudo e de pesquisa, projetos integradores, disciplinas obrigatórias, optativas, discussões em torno de eixos curriculares, reflexões acerca de temas transversais, dentre outras possibilidades de caráter pedagógico. O professor não é visto como um mero técnico. Ele transcende esse papel para ocupar também o papel de orientador, ou seja, além

de se responsabilizar pelos conteúdos, ele deve influenciar de forma efetiva na qualidade da formação de seu aluno, levando-o a, gradativamente, a se tornar mais autônomo.

Busca-se na organização curricular do curso de licenciatura em Letras do IFG-Goiânia sólida formação teórica e interdisciplinar, além da inserção dos estudantes em instituições de educação básica (espaços formais de ensino) e também em instituições de educação não-formal, como Organizações não Governamentais (ONGs), Associações Religiosas, Hospitais, entre outros espaços onde pode atuar o professor de Língua Portuguesa na perspectiva de língua materna e na perspectiva de língua estrangeira.

Em consonância com as Diretrizes, a organização do currículo se dá por meio de Núcleos e Eixos que se articulam, possibilitando diálogo entre as áreas e a consecução de projetos interdisciplinares, integrando-se as dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão.

A organização curricular assenta-se também na Resolução nº 31, de 02/10/2017, do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – IFG (CONSUP) que esclarece em seu Artigo 9º: os cursos constituir-se-ão dos seguintes núcleos:

- I. Núcleo de Estudos de Formação Geral;
- II. Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos das Áreas de Atuação Profissional;
- III. Núcleo de Estudos Integradores para Enriquecimento Curricular.

A referida Resolução define cada um desses núcleos. O Núcleo de Estudos de Formação Geral e o Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos das Áreas de Atuação Profissional organizar-se-ão em eixos curriculares que contemplem as diferentes dimensões formativas. Ainda em consonância com esse documento, “compreende-se por eixos curriculares a organização do trabalho pedagógico que promove a integração das dimensões formativas no/entre os núcleos”.

No caso da licenciatura em Letras: Português do IFG-Goiânia o currículo está organizado da seguinte maneira:

- a) O Núcleo de Estudos de Formação Geral (NI) subdivide-se em três eixos: Linguístico, Literário e de Conhecimentos Básicos. Compõem o eixo dos Conhecimentos Básicos as disciplinas Leitura e Produção Textual de Gêneros Acadêmicos e Metodologia Científica, presentes também nas demais licenciaturas do IFG. As disciplinas do eixo Linguístico têm como objeto de análise o estudo científico da língua/linguagem e os conhecimentos da língua materna. No eixo da Literatura encontram-se as disciplinas que se debruçam cientificamente sobre os estudos das diversas manifestações literárias.
- b) O Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos das Áreas de Atuação Profissional (NII) organiza-se em torno do eixo Didático-Pedagógico, que versa sobre os estudos na área da Educação: legislação educacional, fundamentos da educação, problemas e soluções para a educação brasileira, entre discussões sobre aspectos complexos que fazem parte da Ciência da Educação. São disciplinas obrigatórias que fazem parte desse Núcleo e desse Eixo: Didática, Educação das Relações Étnico-Raciais, Educação de Jovens e Adultos, Filosofia da Educação, Gestão e Organização do Trabalho Pedagógico, História da Educação, Libras, Políticas da Educação, Psicologia da Educação e Sociologia da Educação. No caso do curso de Letras também integra esse Núcleo e Eixo a disciplina Educação Inclusiva.
- c) O terceiro e último: Núcleo de Estudos Integradores para Enriquecimento Curricular – (NIII) – em consonância com a Resolução CONSUP/IFG nº 31, de 02/10/2017, compor-se-á de 200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos/as estudantes, podendo compreender a participação em:

iv. Projetos de pesquisa.

10¹⁰ De acordo com a Resolução nº 16, de 26/12/2011.

- v. Participação em Grupos de Estudo.
- vi. Participação em projetos educacionais em espaços escolares formais ou não formais.
- vii. Publicações em disciplinas.

A título de maior esclarecimento é importante também dizer que nosso curso se organiza por intermédio de disciplinas obrigatórias, optativas e eletivas mais as horas complementares exigidas em legislação. O terceiro e último núcleo compõe o eixo interdisciplinar do curso.

Em seguida, nossa matriz curricular e o fluxograma das disciplinas.

6.1 A Matriz Curricular

6.1.1 Visão global da Matriz Curricular

Primeiro período				
Código	Disciplinas	Carga horária	Pré-requisito	Núcleo¹¹
1	Prática de Leitura e Produção Textual	54	-	N1
2	Introdução aos Estudos Linguísticos	81	-	N1
3	Introdução aos Estudos Literários	54	-	N1
4	Literatura Infantil e Juvenil	54	-	N1
5	Sociologia da Educação	54	-	N2
6	PCC I	54	-	-
Carga horária do período: 351 h				

Segundo período				
Código	Disciplinas	Carga horária	Pré-requisito	Núcleo
7	Leitura e Produção de Gêneros Acadêmicos	54	-	N1
8	Fonética e Fonologia	54	-	N1
9	Teorias da Enunciação	81	-	N1
10	Literatura Brasileira I	54	-	N1
11	Tecnologias Aplicadas ao Ensino de	81	-	N2

11 Legenda dos Núcleos:

N1 – Núcleo de estudos de formação geral.

N2 - Núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional.

	Línguas			
12	História da Educação	54	-	N2
13	PCC II	54	-	-
Carga horária do período: 432 h				

Terceiro período				
Código	Disciplinas	Carga horária	Pré-requisito	Núcleo
14	Língua, Cultura e Identidade no Contexto Lusófono	54	-	N1
15	Morfologia	54	-	N1
16	Literatura Brasileira II	54	-	N1
17	Texto e Discurso	54	-	N1
18	Filosofia da Educação	54	-	N2
19	PCC III	54	-	-
Carga horária do período: 324 h				

Quarto período				
Código	Disciplinas	Carga horária	Pré-requisito	Núcleo
20	Literatura Brasileira III	54	-	N1
21	Sintaxe	81	-	N1
22	Linguística Aplicada	54	-	N1
23	Didática	54	-	N2
24	Psicologia da Educação	54	-	N2
25	Libras	54	-	N2
26	PCC IV	54	-	-
Carga horária do período: 405 h				

Quinto período				
Código	Disciplinas	Carga horária	Pré-requisito	Núcleo
27	Fundamentos da Aprendizagem do Português como LE	54	-	N1
28	Laboratório de Gramática	81	-	N1
29	Literatura Portuguesa I	54	-	N1
30	Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa I	81	-	-
31	Educação Inclusiva	54	-	N2
32	Optativa	54	-	N1
33	PCC V	54	-	-
Carga horária do período: 432 h				

Sexto período				
Código	Disciplinas	Carga horária	Pré-requisito	Núcleo
34	Literatura Portuguesa II	54	-	N1

35	Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa II	108	29	-
36	Educação de Jovens e Adultos	54	-	N2
37	Educação para as Relações Étnico-raciais	54	-	N2
38	Metodologia Científica	54	-	N1
39	Optativa	54	-	N1
40	PCC VI	54	-	-
Carga horária do período: 432 h				

Sétimo período				
Código	Disciplinas	Carga horária	Pré-requisito	Núcleo
41	Literatura Africana	54	-	N1
42	Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa III	108	35	-
43	Políticas da Educação	54	-	N2
44	Optativa	54	-	N1
45	PCC VII	54	-	-
Carga horária do período: 324 h				

Oitavo período				
Código	Disciplinas	Carga horária	Pré-requisito	Núcleo
46	Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa IV	108	42	-
47	Gestão e Organização do Trabalho Educacional	54	-	N2
48	TCC	108	38	N1
49	Optativa	54	-	N1
50	PCC VIII	27	-	-
Carga horária do período: 351 h				

6.1.2 Núcleos que compõem a Matriz Curricular

Núcleo 1 (N1): Núcleo de Estudos de Formação Geral – contempla os conhecimentos básicos, a área específica, o diálogo interdisciplinar e os fundamentos e metodologias do ensino da área de formação.			
Código	Disciplinas	Carga horária	Período
1	Prática de Leitura e Produção Textual	54	1º
2	Introdução aos Estudos Linguísticos	81	1º
3	Introdução aos Estudos Literários	54	1º
4	Literatura Infantil e Juvenil	54	1º
7	Leitura e Produção de Gêneros Acadêmicos	54	2º
8	Fonética e Fonologia	54	2º
9	Teorias da Enunciação	81	2º
10	Literatura Brasileira I	54	2º
14	Língua, Cultura e Identidade no Contexto Lusófono	54	3º
16	Literatura Brasileira II	54	3º
17	Texto e Discurso	54	3º
20	Literatura Brasileira III	54	4º
21	Sintaxe	81	4º
22	Linguística Aplicada	54	4º
27	Fundamentos da Aprendizagem do Português como LE	54	5º
28	Laboratório de Gramática	81	5º
29	Literatura Portuguesa I	54	5º
32	Optativa	54	5º
34	Literatura Portuguesa II	54	6º

38	Metodologia Científica	54	6º
39	Optativa	54	6º
41	Literatura Africana	54	7º
44	Optativa	54	7º
48	TCC	108	8º
49	Optativa	54	8º
Carga horária do Núcleo 1: 1.566 horas			

Núcleo 2 (N2): Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos das Áreas de Atuação Profissional – trata dos conhecimentos didático-pedagógicos, dos fundamentos da educação e da legislação educacional.			
Código	Disciplinas	Carga horária	Período
5	Sociologia da Educação	54	1º
11	Tecnologias Aplicadas ao Ensino de Línguas	81	2º
12	História da Educação	54	2º
18	Filosofia da Educação	54	3º
23	Didática	54	4º
24	Psicologia da Educação	54	4º
25	Libras	54	4º
31	Educação Inclusiva	54	5º
36	Educação de Jovens e Adultos	54	6º
37	Educação para as Relações Étnico-raciais	54	6º
43	Políticas da Educação	54	7º
47	Gestão e Organização do Trabalho Educacional	54	8º
Carga horária do Núcleo 2: 675 horas			

Núcleo 3 (N3): Atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas do interesse dos/as estudantes.	200 horas, distribuídas ao longo do curso.
--	--

6.1.3 Estágio e PCC

Estágio Curricular Supervisionado			
Código	Disciplinas	Carga horária	Período
30	Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa I	81	5º
35	Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa II	108	6º

42	Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa III	108	7º
46	Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa IV	108	8º
Carga horária de PCC: 405 horas			

Prática como Componente Curricular (PCC)			
Código	Disciplinas	Carga horária	Período
6	PCC I	54	1º
13	PCC II	54	2º
19	PCC III	54	3º
26	PCC IV	54	4º
33	PCC V	54	5º
40	PCC VI	54	6º
45	PCC VII	54	7º
50	PCC VIII	27	8º
Carga horária de PCC: 405 horas			

6.1.4 Carga horária total do curso

Núcleo 1:	1.566 horas
Núcleo 2:	675 horas
Núcleo 3:	200 horas
Estágio:	405 horas
PCC:	405 horas
Total	3.251 horas

1º PERÍODO		2º PERÍODO		3º PERÍODO		4º PERÍODO		5º PERÍODO		6º PERÍODO	
N1	CH 54	N1	CH 54	N1	CH 54	N1	CH 54	N1	CH 54	N1	CH 54
Prática de Leitura e Produção Textual		Leitura e Produção de Gêneros Acadêmicos		Língua, Cultura e Identidade no Contexto Lusófono		Literatura Brasileira III		Fundamentos da Aprendizagem do Português como LE		Literatura Portuguesa	
N1	CH 81	N1	CH 54	N1	CH 54	N1	CH 81	N1	CH 81	-	Estágio
Introdução aos Estudos Linguísticos		Fonética e Fonologia		Morfologia		Sintaxe		Laboratório de Gramática		PRÉ-REQ	

N1	CH 54	N1	CH 81	N1	CH 54	N1	CH 54	N1	CH 54	N2	
Introdução aos Estudos Literários		Teorias da Enunciação		Literatura Brasileira II		Linguística Aplicada		Literatura Portuguesa I		Educação Adu	
N1	CH 54	N1	CH 54	N1	CH 54	N2	CH 54	-	CH 54	N2	
Literatura Infantil e Juvenil		Literatura Brasileira I		Texto e Discurso		Didática		Estágio I		Educação Relaçõe rac	
N2	CH 54	N2	CH 81	N2	CH 54	N2	CH 54	N2	CH 54	N1	
Sociologia da Educação		Tecnologias Aplicadas ao Ensino de Línguas		Filosofia da Educação		Psicologia da Educação		Educação Inclusiva		Metodologi	
-	CH 54	N2	CH 54	-	CH 54	N2	CH 54	N1	CH 54	N1	
PCC I		História da Educação		PCC III		Libras		Optativa		Opt	
		-	CH 54			-	CH 54	-	CH 54	-	
		PCC II				PCC IV		PCC V		PCC	

Fluxograma: Matriz Curricular do Curso de Licenciatura em Letras: Língua Portuguesa (IFG, Goiânia)

Legenda

Informações sobre a Disciplina

Núcleo	Carga horária
Nome da disciplina	
Pré-requisito, quando houver	

Núcleos

N1	Núcleo de estudos de formação geral.
N2	Núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional.
N3	Atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas do interesse dos/as estudantes (ao longo do curso).

Prática como componente curricular

Estágios Supervisionados em Língua Portuguesa

A seta (→) indica Pré-requisito

Especificação das disciplinas exigidas como Pré-requisito

Código	Nome da Disciplina (como descrito na Matriz do Curricular)
29	Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa I
35	Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa II

42	Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa III
38	Metodologia Científica

6.2 A Prática como Componente Curricular

A prática é um espaço de integração teórico-prática para professores e estudantes. Nesse sentido, acreditamos que ela se configura como um trabalho em que participam, em diferentes níveis do desenvolvimento dos estudantes, todos os professores responsáveis pela sua formação. As Práticas como Componente Curricular serão um instrumento de integração entre os referenciais teóricos do currículo e o universo da profissão em Letras, favorecendo a participação em projetos integrados, trazendo a possibilidade efetiva da iniciação dos alunos na pesquisa, em trabalhos cooperativos e intergrupais, em intervenções em escolas-campo, na integração entre docentes do IFG e de outras instituições para palestras, rodas de conversa, trocas de conhecimento, bem como na criticização e elaboração de material didático associadas a inúmeras possibilidades de inter-relação do campo teórico e prático. Na organização curricular, as Práticas constituem carga horária total de 405 horas. Tais componentes curriculares estão distribuídos ao longo do curso, do primeiro ao oitavo período, permitindo que o professor não só teorize acerca do objeto de estudo próprio, mas que faça a interface com a Educação, proporcionando uma visão mais dialética de teoria e prática, a fim de formar professores que também possam partilhar de um olhar que integre teoria e prática na construção do conhecimento.

A prática como componente curricular (sempre em articulação com os pressupostos teóricos) será desenvolvida de acordo com as linhas de pesquisa do curso de Letras e a especificidade das áreas (Linguística/Conhecimento da Língua Materna e Literaturas). Ao final do semestre, as disciplinas que têm o caráter prático, devem apresentar um produto que demonstre essa integração teoria/prática. A título de exemplificação, segue uma listagem do que pode ser realizado, gerando publicações, portfólios, seminários, ciclos de debates, projetos integradores, entre outras possibilidades:

- publicações acerca de temas debatidos no interior das práticas;
- contação de histórias em espaços formais e não formais de educação;
- análise de Gramáticas e Ensino de Língua Portuguesa com produção de textos;
- análise e Produção de Material Didático (PLE) e (PB);
- saraus;

- produção de Jornais;
- análise e construção de critérios de correção de textos produzidos no contexto da Educação Básica;
- experimentações envolvendo a interface Cinema/Sala de Aula;
- experimentação de tecnologias digitais aplicadas ao ensino de línguas (PB) e (PLE);
- aulas Assembleia;
- produção e publicação de textos de caráter memorialístico;
- criação de Corpus de Análise Linguística do Português e de Línguas Estrangeiras;
- produção de glossários por áreas de conhecimento;
- criação de Planos de aula, sequência didática, proposta de avaliação e experimentação de aulas-piloto em situações reais no próprio IFG (com alunos do Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos – EJA).

Essas são algumas possibilidades, que estarão sempre em estudo, de acordo com o perfil dos discentes, da realidade nacional, das linhas de pesquisa consolidadas e em construção, já que uma matriz curricular não é algo engessado e perene.

Outra característica das Práticas como Componente Curricular (PCCs) dentro do curso de Letras do IFG – Goiânia é a abordagem de temas transversais por meio delas. Entendemos, por exemplo, que a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal. Dessa forma, esse tema será abordado em várias disciplinas do curso de Letras pela criteriosa seleção de textos que tocam no assunto, por meio de palestrantes cujas pesquisas nos ajudam a abrir os horizontes em relação à importância de educarmos nosso graduando sensibilizando-o em relação aos problemas ambientais.

Acreditamos que as PCCs são especialmente propícias à discussão de temas transversais, que transpassam a formação do aluno, e vai para além dos muros institucionais. Isso é revelado ao discente em projetos que acontecem em ambientes extraclasse: envolvimento com o curso de Educação Intercultural Indígena da Universidade Federal de Goiás, visitas ao Espaço Cultural Vila Esperança, na Cidade de Goiás, viagens

de caráter pedagógico às comunidades quilombolas em Goiás, nas quais as questões da terra, do meio ambiente, é sempre um problema a ser pensado coletivamente.

Também entendemos que é preciso oportunizar a discussão sobre o ensino especial (inclusão da pessoa com deficiência) em face ao contexto histórico, sócio-político e cultural atual. Em diversas disciplinas e, sobretudo nas PCCs, são contempladas as diversas categorias de necessidades educacionais especiais para fins de atendimento a alunos com deficiência (mental, física, visual, auditiva, múltipla, altas habilidades, dificuldades de aprendizagem etc.).

6.3 A oferta de disciplinas optativas

O aluno deverá cursar 03 disciplinas optativas de 54h cada para integralização do curso. Tais disciplinas são de escolha do discente, promovendo maior flexibilidade na sua formação acadêmica. O próprio curso de Letras ofertará disciplinas de acordo com as linhas de pesquisa dos professores, mas também fará diálogo permanente com as outras licenciaturas do IFG, a fim de que o aluno possa ter maior mobilidade no curso.

Sugestões de disciplinas optativas:

- Língua Inglesa Instrumental;
- Língua Espanhola Instrumental;
- Língua Francesa Instrumental;
- Literatura e Cinema;
- Tópicos Especiais em Literatura Comparada;
- Literatura Hispânica;
- Atividades Lúdicas no Ensino;
- História da Arte;
- Música Popular Brasileira e Ensino;
- Latim: Língua e Literatura;
- Etnossintaxe;
- Historiografia Linguística;

- Teorias e Práticas do Letramento;
- Tópicos Especiais em Avaliação;
- Educação Ambiental e Ensino (em consonância com a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999);
- Tópicos Especiais em Educação Inclusiva (em consonância com a Lei nº 13.146/2015 e com o Decreto 5.296/2004).
- História da Língua Portuguesa;
- Introdução à Semiótica Discursiva;
- Análise Sintática Gerativa;
- Literatura afro-americana;
- Foucault e a educação;
- Análise do Discurso e Literatura;
- A linguagem em Bakhtin e seu Círculo;
- Análise do Discurso Crítica;
- Ecolinguística e Análise do Discurso Ecológica;
- Tópicos especiais em Linguística Aplicada;
- Tópicos especiais em Análise do Discurso;
- Histórias da Leitura e da Escrita;
- Filosofia da Linguagem;
- Transtornos de aprendizagem da leitura e da escrita;
- Ensino de Língua Portuguesa para surdos;
- Introdução à Neurolinguística e à Psicolinguística;
- Linguística Antropológica;
- Tópicos especiais em Literatura Contemporânea;
- A escrituragem literária: literatura como forma de sobrevivência;
- Literatura espanhola e hispano-americana;
- Letramentos acadêmicos;
- Linguagem e práticas identitárias;
- Práticas sociais, identidades e mídias digitais;

- Imagem e imaginários sociais;
- Estudos decoloniais;
- Práticas de leitura e formação docente.

Outras disciplinas optativas poderão ser criadas ao longo do curso, sempre analisadas pelo NDE, e em consonância com o perfil dos docentes e suas linhas de pesquisa.

Com relação a disciplinas eletivas, o aluno pode fazer em qualquer curso do IFG ou de outra instituição a fim de enriquecer o currículo, mas elas não contam para a integralização da licenciatura em Letras: Português.

6.4 Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) na matriz curricular

De acordo com Silva (2012, p. 50),

o advento das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC) não só renovou bens de consumo, como também propagou uma necessidade vital de usufruí-los. Assim, produtos como a telefonia celular, a TV por assinatura, caixas bancárias eletrônicas, redes de comunicação sem fio, o computador e a Internet tornaram-se bens constituintes da vida de muitas pessoas. A Internet, por exemplo, propicia a milhões de pessoas a oportunidade de interagir umas com as outras rotineiramente, rompendo fronteiras geográficas e redimensionando a percepção de espaço e de tempo. Nesse sentido, independente de fusos horários, as pessoas podem comunicar-se umas com as outras, de diferentes locais e em tempo real, ou seja, de modo síncrono. Ou mesmo com diferenças temporais, no modo assíncrono.

Apesar das mudanças substanciais na vida das pessoas, em função dessas novas tecnologias, pesquisas vêm apontando grande distância entre os novos conhecimentos provenientes das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e os cursos de licenciatura. Lima (2001) aponta esta problemática em pesquisa realizada em onze Universidades do Estado de Santa Catarina, abrangendo setenta e seis cursos de licenciatura em quatorze áreas de conhecimento. O objetivo da pesquisadora foi analisar a situação da formação dos professores nos cursos de licenciatura do referido estado, verificando em que medida a informática vinha sendo abordada em tais cursos. Ao longo da pesquisa, evidenciou-se que o estudo em informática educativa em Santa Catarina é

pouco consistente. Verificou-se também que as Instituições de Ensino Superior, mesmo receptivas à implementação e utilização do computador no ensino, ainda – em sua maioria – não dão a atenção necessária aos cursos de licenciatura. As análises dos programas das disciplinas indicaram a necessidade de uma reestruturação curricular dos cursos para que o processo de ensino e aprendizagem das TIC sejam verdadeiramente eficientes.

Paiva (2005), ao discorrer sobre o perfil dos cursos de Licenciatura em Letras no Brasil, afirma que a utilização da Internet e de novas tecnologias nos cursos de Letras é algo tímido. De acordo com a pesquisadora, as novas tecnologias podem propiciar ao aluno de Letras experiências ricas de interação, além disso, o componente de educação a distância pode contribuir para a flexibilização do currículo e para a autonomia do aprendiz. O tradicionalismo e o medo do novo, embalado pelo preconceito, impedem que alguns cursos mudem de perfil e proporcionem aos alunos ambientes de construção de conhecimento adequados ao novo milênio.

Com o amparo de tais pesquisas, acrescentamos na matriz curricular do curso de Letras do IFG, em caráter obrigatório, a disciplina As Tecnologias Aplicadas ao Ensino. Nela serão objeto de reflexão questões que consideramos cruciais na contemporaneidade, em um mundo cada vez mais em rede e “ligado” à Internet. Discutir-se-á a relação entre ensino e as Novas Tecnologias, apresentando-se uma visão histórica das TIC na Educação. Do ponto de vista prático, os discentes tomarão contato com ferramentas tecnológicas para a construção de recursos didáticos, além de conhecerem diversos ambientes virtuais e sua aplicabilidade no sistema educativo.

Acreditamos, porém, que a par dessa disciplina, deve haver um compromisso de todos os docentes do curso no sentido de contribuir para a disseminação do uso das TIC como ferramentas inovadoras no processo de ensino aprendizagem. Dessa forma, *softwares* livres, como o *Moodle* e o *Adobe Connect* podem ser utilizados como apoio à aprendizagem. Cursos presenciais podem se valer de tais recursos para promover maior autonomia nos alunos. É possível, com tais *softwares*, a promoção de fóruns, *chats*, listas de discussão, vídeo- conferência, incitando a aprendizagem interativa. Além disso, em quaisquer disciplinas, os professores podem valer-se de *blogues*, páginas criadas no *Facebook*, a fim de dinamizar as aulas e, o mais importante, formar novos professores que saiam do curso de Letras aptos a utilizarem as TIC de forma inteligente, ultrapassando a

subutilização do computador e da Internet pelas escolas e pelos professores, fato também apontando na pesquisa de Coutinho (2006).

6.5 Ensino a distância na graduação – oferta EAD

Prevê-se a oferta de até 20% de carga horária a distância, para os cursos presenciais, na organização curricular e pedagógica do curso de Licenciatura em Letras: Língua Portuguesa (IFG). Por modalidade a distância, compreendem-se atividades didáticas, módulos ou unidades de ensino-aprendizagem centrados na autoaprendizagem e com a mediação de recursos didáticos organizados em diferentes suportes de informação que utilizem tecnologias de comunicação remota.

A implementação da carga horária a distância no curso de Licenciatura em Letras: Língua Portuguesa respeitará as seguintes diretrizes operacionais (em atendimento à Resolução CONSUP/IFG de nº 33, de 2 de outubro de 2017):

- i. a oferta de disciplinas na modalidade a distância não ultrapassará 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso (isto é, não ultrapassará 661 horas, 20% do total de 3.305 horas);
- ii. as atividades na modalidade a distância poderão atingir até 80% da carga horária total da disciplina de cursos superiores de graduação.

As propostas de disciplinas ofertadas na modalidade a distância serão de responsabilidade do Núcleo Docente Estruturante do curso de Licenciatura em Letras: Língua Portuguesa. Quando uma disciplina for eleita para integrar a carga horária a distância, dever-se-á detalhar essa oferta no respectivo Plano de Ensino.

Serão executadas exclusivamente de forma presencial os estágios curriculares, a defesa de trabalho de conclusão de curso, as atividades práticas desenvolvidas em laboratórios científicos ou didáticos e as atividades obrigatoriamente presenciais previstas nas respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais para os respectivos cursos e normas complementares do Conselho Nacional de Educação e/ou Ministério da Educação.

Em relação à formulação do plano de ensino:

- i. caberá ao professor planejar e registrar a utilização das atividades na modalidade a distância;
- ii. o professor também é responsável pelo acompanhamento efetivo das atividades desenvolvidas pelos estudantes durante o período programado;
- iii. o acompanhamento da oferta de atividades na modalidade a distância é de responsabilidade da Coordenação do Curso;
- iv. a participação dos alunos nas atividades a distância desenvolvidas no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA) deve atender aos regulamentos acadêmicos e representar, no máximo, 40% da nota do estudante.

No curso de Licenciatura em Letras: Língua Portuguesa, a oferta na modalidade a distância dar-se-á via Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA) Moodle do Instituto Federal de Goiás: (<https://moodle2.ifg.edu.br/login/index.php>), o qual é oficialmente constituído pela Diretoria de Educação a Distância (DEAD). O AVEA Moodle possibilita a criação de diversas ferramentas educacionais, tais como: grupos de alunos; fórum; repositório de publicação de documentos e textos; salas de bate-papo; atividades, em qualquer formato (dissertativa ou objetiva); relatório de acesso por participante; visualização de recursos multimídia; e visualização de quadro de notas das atividades avaliativas.

A inserção e a administração do material didático compatível com a atividade proposta serão de responsabilidade do docente da componente curricular. Esse docente também será responsável pelo acompanhamento da atividade e ensino e pela realização das avaliações.

6.6 Estágio Supervisionado

O Estágio Supervisionado do Curso de Licenciatura em Letras: Língua Portuguesa tem por base a determinação inscrita na Lei nº 11.788, de 25 de dezembro de 2008, em cujo Artigo 1º se diz que

O Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais

do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

Ainda segundo a Lei nº 11.788, o estágio integra o itinerário formativo do educando (Artigo 2º). Nesse sentido, o Curso de Licenciatura em Letras: Língua Portuguesa valoriza, desde o início do curso, a preparação do discente para a atuação profissional – e tal preparação perpassa toda a sua formação, culminando na atuação efetiva como docente (mundo do trabalho).

Sobre a noção de supervisão, o parecer CNE/CP 28/2011 informa que o Estágio Supervisionado “é o tempo de aprendizagem que, através de um período de permanência, alguém se demora em algum lugar ou ofício para aprender a prática do mesmo e depois poder exercer uma profissão ou ofício. Assim, o estágio supõe uma relação pedagógica entre alguém que é um profissional conhecido em um ambiente institucional de trabalho e um aluno estagiário. Por isso é que este momento se chama estágio supervisionado”. O Estágio Supervisionado dará ao estudante um conhecimento real da situação de trabalho – e é nesse momento que ele poderá verificar e provar a realização das competências exigidas na prática profissional.

Essa perspectiva está em consonância com o determinado pela Resolução IFG 057/2014, a qual afirma que o Estágio Curricular deve ser planejado, executado, acompanhado e avaliado segundo os projetos políticos-pedagógicos dos cursos, buscando constituir um instrumento de integração teórico/prático, aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano (Artigo 2º). Ainda segundo essa resolução, o Estágio Curricular visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

No Curso de Licenciatura em Letras: Língua Portuguesa, a modalidade de Estágio Supervisionado é Obrigatório. Nessa modalidade, o cumprimento da carga-horária é requisito obrigatório para a aprovação e obtenção do diploma (consoante Artigo 3º, § 1º da Resolução 057/2014 - Reitoria do IFG).

Com a finalidade de inserir o aluno/futuro professor nessa situação real de trabalho, o estágio acontecerá de forma paulatina, a partir do 6º período do curso, e se dividirá em três momentos: Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa I (na perspectiva de Língua

Portuguesa como língua materna), Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa II (com ênfase no ensino de literatura de Língua Portuguesa) e Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa III (com ênfase na perspectiva do português como língua estrangeira), aspecto que norteia o curso de Letras do IFG.

As disciplinas de Estágio Supervisionado possuem a carga horária de 135h cada uma, totalizando 405 horas (conforme previsto pela Resolução CNE/CP Nº2 de 19 de fevereiro de 2002). Desse total, 162h são teóricas, 81h são disponibilizadas para planejamento das práticas de Estágio e 162h são desenvolvidas nas escolas parceiras, via práticas de observação, semirregência e regência dos alunos do Curso de Letras.

A perspectiva teórico-metodológica do Estágio Supervisionado adotada neste PPC filia-se à de Pimenta e Lima (2011), para quem as questões de estágio, que sempre foram marcadas pela problemática relação entre teoria e prática, podem ser equacionadas na realização do estágio com pesquisa e como pesquisa. Para as autoras, isso contribui na formação de melhor qualidade de professores. Portanto, devemos considerar o estágio como campo de conhecimento. Na fala das pesquisadoras:

Considerar o estágio como campo de conhecimento significa atribuir-lhe um estatuto epistemológico que supere sua tradicional redução à atividade prática instrumental [...] campo de conhecimento que se produz na interação entre cursos de formação e o campo social no qual se desenvolvem as práticas educativas, o estágio pode se constituir em atividade de pesquisa (p. 29).

Nos estágios, é interessante que os alunos possam compreender a complexidade das práticas institucionais e das ações exercidas em tais ambientes, entendendo que “a prática educativa (institucional) é um traço cultural compartilhado que tem relações com o que acontece em outros âmbitos da sociedade” (Pimenta & Lima, p. 43). Ainda de acordo com as autoras citadas,

A pesquisa no estágio, como método de formação de futuros professores, se traduz, de um lado, na mobilização de pesquisas que permitam a ampliação e análise dos contextos onde os estágios se realizam; por outro, e em especial, se traduz na possibilidade de os estagiários desenvolverem postura e habilidades de pesquisador a partir das situações de estágio, elaborando projetos que lhes permitam ao mesmo tempo compreender e problematizar as situações que observam. [...]. Supõe que se busque novo conhecimento na relação entre as explicações existentes e os dados novos que a realidade impõe e que são percebidos na postura investigativa. (p. 46).

Em termos procedimentais, assim como as Práticas, os Estágios serão acompanhados e avaliados por professores-orientadores. Tais docentes podem propor, junto aos alunos, a mobilização de pesquisas para ampliar a compreensão das situações vivenciadas e observadas nas escolas, nos sistemas de ensino e na própria relação do docente com seu objeto de ensino: a língua e a linguagem. Dessa forma, nas três disciplinas de Estágio estão previstas as seguintes atividades, conduzidas e orientadas pelos professores-orientadores, as quais possibilitarão a aquisição de experiência profissional e a correlação teoria-prática, ampliando o conhecimento do estudante:

- sessões de orientação presenciais;
- planejamento individual e elaboração do projeto de estágio;
- análise e elaboração de material didático;
- atividades de observação e de ensino nos sistemas públicos ou privados da Educação Básica em Goiânia e região metropolitana, além de atividades de ensino e realização do estágio nos diferentes Câmpus do IFG, tomando o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás como uma das possibilidades de escola-campo. Tais atividades também poderão ser realizadas em espaços educacionais não formais.

As atividades anteriormente elencadas buscam tornar o Estágio um instrumento de inserção profissional do estudante na vida social, econômica e cultural. Do mesmo modo, buscam facilitar a inserção do discente no mundo do trabalho. Também se espera facilitar o desenvolvimento psicossocial do estudante à sua futura atividade profissional. Para que essa inserção profissional ocorra com sucesso, o trabalho do professor-orientador deverá ser o de ativar os conhecimentos teóricos adquiridos pelo discente nos períodos iniciais do curso, de modo que a prática esteja ancorada em um *modus operandi* adequado.

Ao final de cada Estágio, o aluno deverá apresentar um relatório final ao seu professor-orientador, juntamente com a Ficha de Avaliação do Estagiário pelo Supervisor e com a Ficha de Autoavaliação.

Os requisitos para a realização do Estágio seguirão as normativas estabelecidas pela Resoluções do IFG que tratam do assunto. A legislação e as resoluções institucionais

regularão as competências das partes envolvidas (IFG, Unidade concedente, Estagiário, Coordenador de curso, Professor orientador do Estágio, Supervisor de Estágio e Agentes de integração) no Estágio Supervisionado– incluindo-se as normativas referentes aos convênios para realização de Estágio.

No que tange ao estágio em Português como Língua Estrangeira, em Goiânia – pelas características próprias da cidade – deve-se, inicialmente, trabalhar com imigrantes com necessidades específicas, por exemplo, haitianos (cuja situação é de grande vulnerabilidade) e que têm chegado em grande número à Goiânia, em busca de melhores condições de vida.

Segundo mapeamento em fase inicial, feito por um grupo de pesquisadores da Universidade Federal de Goiás,¹² há no bairro Expansul, em Aparecida de Goiânia, cerca de 350 haitianos. No Setor Central, também de Aparecida de Goiânia, foram localizados 210 haitianos. Existem grupos ainda não contabilizados em bairros como Jardim Guanabara, em Aparecida de Goiânia, no Setor Leste Universitário, em Goiânia, e bairros próximos à rodovia GO-040, que atravessa a cidade Aparecida de Goiânia, especialmente o Setor Garavelo.

O curso de Letras do IFG já fez parcerias com professores da UFG para trabalharem em um grupo (de Português como Língua de Acolhimento)¹³ no setor jardim Guanabara. Dessa forma, prevê-se na licenciatura em Letras do IFG estágios em espaços não formais de escolarização em parcerias com instituições como a Casa de Acolhida Cidadã¹⁴, Pastoral do Migrante¹⁵, Cursos de Extensão da UFG direcionados a estrangeiros, dentre outros espaços (Cursinhos de Língua Estrangeira que ofereçam o Português para estrangeiros, ONGs, etc.).

Também já tivemos experiências com grupos de estrangeiros intercambistas dentro do próprio IFG – Goiânia. Nesse caso, geralmente são adolescentes, de diversas origens, que se matriculam nos cursos de nível médio do IFG e necessitam saber a Língua

12 Matéria disponível em:<<http://diariodegoias.com.br/aparecida-de-goiania/39550-grupo-de-trabalho-ira-mapear-haitianos-residentes-em-aparecida>>. Acesso em 17/08/2017.

13 Conforme consta na Ata nº 07/2016, do NDE do Curso de Letras.

14 A Casa de Acolhida Cidadã tem como objetivo abrigar temporariamente, famílias e adultos em situação de rua. Aqueles que estão em trânsito: migrantes e imigrantes, e pessoas que recebem alta hospitalar e não possuem vínculo familiar identificado no município de Goiânia. Disponível em:

<<http://www4.goiania.go.gov.br/portal/site.asp?s=782&m=1762>>. Acesso em 17/08/2017.

15 Órgão ligado à Igreja Católica.

Portuguesa. O IFG, nesse contexto, torna-se escola campo.

Tendo em vista assegurar a seriedade no processo formativo do aluno, o estágio ocorrerá sempre por meio de convênio entre o IFG e às instituições públicas de ensino e com outros espaços não formais de escolarização, nos turnos matutino e noturno, adequando a relação interinstitucional com a realidade de nosso discente, que estuda no turno vespertino. As parcerias com instituições não escolares devem acontecer por meio de assinatura de convênio realizado pela Proex.

As atividades de estágio a serem desenvolvidas pelo aluno contemplam as etapas escolares dos níveis fundamental e médio, mas também podem abarcar as experiências na educação de jovens e adultos e na educação profissional técnica integrada ao ensino médio. Nesse caso, o IFG pode figurar como instituição concedente de estágio, entretanto o aluno pode buscar outras escolas com essas modalidades de ensino, nas redes públicas/privadas de Goiânia ou entorno.

Recomenda-se que o desenvolvimento da disciplina Estágio em Língua Portuguesa I esteja sob a responsabilidade de um professor com licenciatura em Letras/Português e, preferencialmente, pós-graduação em Estudos Linguísticos. O Estágio em Língua Portuguesa II deve ser ministrado por um professor que tenha, preferencialmente, pós-graduação em Literatura e estudos na interface Literatura/Ensino. Por fim, o Estágio em Língua Portuguesa III deve ficar a cargo de um docente que tenha estudos e pesquisas na área de Português como Língua Estrangeira/Língua Adicional. A Resolução 31/2017 do IFG prevê que cada professor de estágio deverá ter sob sua responsabilidade dez alunos. Ressalte-se que os Estágios se integram aos PCCs, à Residência Docente e à Iniciação à Docência.

Os relatórios de estágio devem ser realizados em cada um dos períodos, sendo que ao final do desenvolvimento da disciplina Estágio III todos os relatórios deverão ser reunidos como comprovação das atividades realizadas. Sendo assim, a reunião dos relatórios compõe a documentação comprobatória de todas as atividades, tendo em anexo as frequências e os termos de compromisso.

O curso de Licenciatura em Letras prevê a realização do Seminário de Estágio Curricular Supervisionado como atividade de participação obrigatória para os alunos matriculados nas disciplinas Estágio. Nesse evento ocorrerá a socialização das atividades

realizadas pelos alunos em face à realidade do mundo do trabalho. A participação para os demais alunos do Curso será optativa, sendo que para estes o Seminário de Estágio Curricular Supervisionado integrará o universo de atividades extracurriculares do Curso.

Ressalte-se ainda que a Lei do Estágio (11.788/2008) e a Resolução de Estágio (nº 57/2014) prevê que os alunos de licenciatura façam Estágio Não Obrigatório. Essa é uma atividade opcional e no caso do curso de Letras conta para as 200 horas de atividades complementares que o aluno deve fazer ao longo do curso. Nesse sentido, essas horas podem ser contabilizadas para integralização curricular como atividade complementar, conforme resolução de atividades complementares vigente. Entretanto, os alunos que fazem Estágio Não Obrigatório devem realizar atividades afins à área de Letras, Linguística, Artes e Educação estabelecendo relação com as disciplinas que fazem no curso de Letras.

6.7 Atividades Complementares

A flexibilização curricular, enfatizada nas Diretrizes Curriculares para os Cursos de Letras é garantida, sobretudo, por meio das 200 horas de Atividades Complementares. O curso de Letras do IFG prima pela formação de profissionais interculturalmente competentes, capazes de lidar, de maneira crítica, com as linguagens. As disciplinas optativas, os seminários e outras atividades extracurriculares articulam-se, de maneira a evidenciar o caráter multidisciplinar dos diversos saberes que compõem a formação acadêmica em Letras.

Cabe dizer que os Núcleos que compõem a matriz curricular não são estanques, dialogam entre si, possibilitando o exercício da interdisciplinaridade, multidisciplinaridade e transdisciplinaridade. Temáticas como “Educação Ambiental”, “Educação em Direitos Humanos”, “Gênero”, “Brasilidade e indianismo”, “Educação das Relações Étnico-raciais”, dentre outras, serão desenvolvidas como práticas educativas permanentes, nas escolhas dos textos que permeiam as disciplinas literárias, na Língua Portuguesa, em projetos de pesquisa e de extensão, em uma perspectiva inter, multi e transdisciplinar, buscando parcerias entre os Núcleos, entre as disciplinas, entre os cursos do IFG e também com outros setores da sociedade, como escolas, creches, universidades, etc. Dessa forma, é

importante salientar que o Curso de Letras do IFG está atento ao atendimento não só das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso, mas também a outras legislações, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (Resolução CNE/CP N° 01 de 17 de junho), às Políticas de educação ambiental (Lei n° 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto n° 4.281 de 25 de junho de 2002), às Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (Resolução CNE/CP n° 01, de 30 de maio de 2012), dentre outras.

Outro aspecto relevante é que a prática, nesta proposta curricular, não se limita ao estágio. A prática figura como exercício através do qual e com o qual o graduando poderá teorizar – analisar sob a orientação de princípios teóricos e metodológicos – sobre o seu objeto de estudo, sobre o seu objeto de ensino e sobre a realidade com a qual passará a conviver na condição profissional. Desse modo, destaca-se que todas as disciplinas do currículo proposto deverão constituir-se na interface da teoria e da prática.

Em termos de operacionalização desse princípio de aprendizagem – a vinculação/articulação entre teoria e prática –, na matriz curricular, propõe-se a realização de atividades práticas de caráter investigativo, práticas de estágio e práticas de pesquisa acadêmica.

Desde a criação do Curso de Licenciatura em Letras: Língua Portuguesa, busca-se ofertar aos estudantes atividades dessa natureza. Em 2015, ano que marca o início do Curso, aconteceu a Semana de Linguagens (1° a 4 de dezembro de 2015), evento que congregou a I Semana de Letras, a VI Amostragem e o X Sarau da Oficina de Literatura. Na ocasião, a fim de aproximar os graduandos de Letras das demandas provenientes da Educação Básica, optou-se por um evento conjunto para que os alunos em formação na área de Letras entrassem em contato com as práticas docentes desenvolvidas pelos professores de Português e Língua Estrangeira no âmbito do Ensino Médio técnico tecnológico, uma vez que o diferencial dos docentes que atuam no curso de Letras do IFG é o fato de também lecionarem no nível médio, com carreira classificada como Ensino Básico Técnico e Tecnológico (EBTT).

A Semana de Letras é evento bienal, e já teve segunda edição. A Amostragem é uma mostra de tudo que é realizado pelos docentes do IFG da área de Linguagens no contexto do ensino médio.

O Sarau, por fim, é a culminância das oficinas literárias ministradas no âmbito do ensino médio, com as leituras oralizadas dos participantes das oficinas no formato de sarau.

Além desses eventos, temos a Semana de Linguagens e a Epigrafe, que objetivam acolher calouros e graduandos dos demais períodos sempre nos inícios dos semestres letivos. Todos os eventos trazem convidados externos para realizarem comunicações, palestras e mesas-redondas sobre temas em discussão no ambiente científico da área de linguagens.

Como parte da trajetória formativa do licenciando em Letras/Português, o aluno deverá cumprir um total de 200 horas de atividades acadêmico-científico-culturais de acordo com a regulamentação institucional. Estas atividades deverão articular ensino, pesquisa e extensão. Serão consideradas como atividades dessa natureza as seguintes ações na área do curso ou em áreas afins:

- Participação em conferências, palestras, simpósios, congressos relacionados à área de Letras, Artes e Educação;
- Realização de cursos ou minicursos extraclasse;
- Participação nos Programas de Iniciação Científica do IFG;
- Realização de monitorias;
- Realização de estágio extracurricular ou como voluntário;
- Publicações de trabalhos em meio impresso ou eletrônico especializado na área de Letras, Artes e Educação;
- Participação em visita técnica;
- Realização de atividades de extensão na área de Letras ou áreas afins;
- Participação em núcleos de estudo e pesquisa;
- Participação como ouvintes em defesa de trabalhos acadêmicos;
- Participação na organização de eventos científicos e artístico-culturais.

As atividades deverão ser contabilizadas mediante a solicitação do aluno por meio de requerimento ao Colegiado do Curso de Letras, o qual pedirá a validação das atividades realizadas com os devidos documentos comprobatórios. Cada documento apresentado será

contabilizado uma única vez.

6.8 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

Para a obtenção do grau de licenciado(a) em Letras: Português, o(a) discente deve realizar um Trabalho de Conclusão de Curso, ou seja, o chamado TCC. Este deve ser um trabalho acadêmico, realizado a partir de pesquisa sobre um tema relacionado com a sua área de formação profissional, desenvolvido individualmente e, preferencialmente, em forma de monografia. Como a ênfase do curso de Letras do IFG-Goiânia é na formação de professores, o aluno será incentivado a pensar em seu objeto de pesquisa articulado às questões de ensino ao longo de todo o curso. Entretanto, isso não será uma obrigatoriedade, o discente poderá desenvolver um estudo em que verse sobre a área de Letras, Linguística e Artes.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) constitui-se em disciplina. E, embora assim seja, entende-se que a construção de um saber relacionado à investigação na área de Letras, Linguística e Artes ocorre ao longo do processo formativo do licenciando em Letras. Sendo assim, entende-se que todas as disciplinas que compõem os núcleos de conhecimento teóricos e práticos colaboram na formação do professor-pesquisador. É importante ressaltar ainda que o TCC assenta-se no princípio da indissociabilidade entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFG.

Para auxiliar o discente na escrita deste trabalho, será ofertada a disciplina Metodologia do Trabalho Científico, no semestre imediatamente anterior ao TCC. A disciplina de Metodologia do Trabalho Científico tratará das normas científicas e das técnicas e procedimentos de pesquisa acadêmica, ajudando o(a) discente na construção de seu projeto de pesquisa. Já na referida disciplina de TCC, o(a) discente terá que desenvolver sua pesquisa, realizando atividades de estudo bibliográfico, coleta, análise e interpretação de dados, conforme previsto no seu projeto de pesquisa e de acordo com as recomendações e encaminhamentos recebidos do(a) orientador(a), que deverá acompanhar esse(a) discente na disciplina TCC.

Observe-se que o TCC será avaliado conforme procedimentos em regimento

interno definidos pela Regulamentação Institucional do IFG.

7. METODOLOGIA

Para a estruturação do curso de Letras no Câmpus Goiânia, formou-se uma equipe de professores responsável por leituras, pesquisas e análises acerca das licenciaturas em Letras/Português ofertadas em Goiânia e entorno. Nosso desejo foi observar as necessidades de formação docente em Goiânia-GO, no estado de Goiás, no Brasil e no mundo, bem como a maneira como as instituições formadoras mais próximas da nossa região haviam construído os cursos de formação em Letras para a demanda constatada.

Assim, os professores envolvidos iniciaram uma pesquisa para analisar os cursos propostos por outras instituições, suas disciplinas, as ementas, as características que indicavam um perfil inovador ou tradicional nesses cursos, a duração, a missão, a publicidade para divulgação entre outras características. O objetivo da pesquisa de cursos do entorno era delinear um curso com características adequadas à nova realidade de formação docente que o mundo do trabalho demandava no momento. Para tanto, observa-se a necessidade e a importância de existir um compromisso formal do IFG no sentido de, havendo a presença de alunos com necessidades especiais, conferir o suporte financeiro, físico e de pessoal capacitado para auxiliar o acompanhamento desses alunos especiais e, ainda, para adquirir equipamentos e salas que possam ser utilizadas até que os alunos concluam o curso. Em relação ao sistema braile, a instituição deve se comprometer a de manter sala de apoio equipada como máquina de datilografia braile, impressora braile acoplada ao computador, sistema de síntese de voz, gravador e fotocopadora que amplie textos, software de ampliação de tela, equipamento para ampliação de textos, lupas, régua de leitura, scanner acoplado a computador para atendimento a aluno com visão subnormal, conforme a Lei nº 4.169/1962 e Portaria MEC nº 3.284/2003. Com relação a Libras, verifica-se o compromisso formal de a instituição, no caso de vir a ser solicitada, propiciar, sempre que necessário, intérprete de língua de sinais/Língua Portuguesa durante as aulas e o cuidado para com a realização e a revisão de provas, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando o texto produzido pelo aluno não tenha conseguido expressar o real conhecimento do aluno (segundo a Lei nº 10.346/2002; Decreto nº

5.626/2005; Portaria MEC nº 3.284/2003).

A metodologia utilizada para as análises foi a do tipo qualitativo. Conforme salienta Martins (2004), no que se refere à pesquisa qualitativa pode-se dizer que os dados são coletados através da descrição feita pelos sujeitos. Essa descrição não se fundamenta em idealizações, imaginações, desejos. Busca-se descrever com precisão conceitual rigorosa a essência genérica da percepção de alguém (sujeito) sobre algo (objeto) (ver itens 1.2, 1.3, 1.4).

Para o processo seletivo discente (ver item 3), a metodologia utilizada respeita os acordos firmados por nossa instituição, por exemplo: ENEM, transferência extra e/ou reingresso, por meio de editais específicos, conforme regras a serem publicadas em edital elaborado pelo Centro de Seleção do IFG. Em atendimento às políticas de ações afirmativas do IFG, 50% das vagas do Curso Superior de Licenciatura em Letras: Língua Portuguesa são destinadas a estudantes que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas.

Para o ensino e aprendizagem, no curso, os métodos e as metodologias serão privilegiadas de modo a se adequarem ao conteúdo (teórico, prático, tecnológico etc.) a ser trabalhado e às necessidades dos grupos, de maneira que o estudante possa, além de apreender e se apropriar das informações veiculadas, aproximar-se das diferentes metodologias e métodos para o trabalho docente.

É importante ressaltar que as disciplinas, as práticas como componentes curriculares, as atividades extracurriculares, as monitorias e os estágios foram pensados de modo a abarcar o ensino e aprendizagem para além da sala de aula e inter-relacionando diferentes saberes, artes e culturas. Assim, a diversidade de métodos e metodologias para o trabalho docente se faz necessário.

Outro ponto a ser destacado no curso de Letras é o caráter de formação crítica-reflexiva, pois além do comportamento discente de operacionalização do conhecimento adquirido no trajeto da formação, também foi pensado um ensino que se estabelecesse sobre os pilares de “ensino, pesquisa e extensão” (ver item 7), cujo objetivo é de favorecer a formação de um profissional não só habilitado a transmitir conhecimento/informação, mas de (re)construir o conhecimento que vai se modificando através dos tempos e dos contextos de atuação.

Em relação ao TCC, os professores formadores estimulam o pensamento sobre a pesquisa desde o primeiro período. Cada disciplina se coloca como uma possibilidade de desenvolvimento do trabalho final. As regras para apresentação de diferentes gêneros do trabalho acadêmico são observadas por todos os professores, de modo a imiscuir desde o início um perfil de egresso leitor/escritor.

Nesse sentido, o estudante poderá ter acesso a diferentes métodos e metodologias de pesquisa, como a qualitativa (estudo de caso, pesquisa-ação entre outras), quantitativa e dialética. A instituição promove editais com bolsas de iniciação científica o que corrobora o trabalho realizado em sala de aula no âmbito da pesquisa.

Apesar da divisão do conhecimento em linhas de pesquisa, assumimos que a interdisciplinaridade é um modo de desenvolvimento e incentivo à pesquisa, portanto, a integração entre linhas configura-se como uma possibilidade extremamente desejável.

A avaliação dos alunos será sempre processual e contínua, envolvendo trabalhos individuais e coletivos, produção de conhecimento (pesquisa, apresentação de trabalho, seminários), provas tradicionais, reflexão oral e escrita, auto avaliação e participação efetiva nas aulas (ver item 8). Há intenção explícita de se promover avaliações que respeitem a igualdade e a equidade.

A metodologia para autoavaliação do curso será por meio dos vários mecanismos disponíveis, como ENADE, IGC, INEP, CPA, NDE, Colegiado do curso entre outros mencionados no item 16. Outros meios de auto avaliação serão incorporados à medida que sejam implementados, exigidos ou atualizados.

8. INTEGRAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

A integração entre ensino, pesquisa e extensão perpassa toda a concepção do curso de Letras do IFG. Dessa forma, o próprio planejamento dos docentes deve contemplar metodologias que objetivem essa indissociabilidade.

Assim, o ato de organizar didaticamente as aulas exigirá uma maior diversidade de procedimentos metodológicos que, em muitas situações, ultrapassará o *locus* da sala de aula. Para isso, preveem-se: estratégias de leitura, estudo dirigido, oficinas de produção textual, práticas de reescrita e retextualização de textos, aulas expositivas dialogadas,

conferências, exercícios no laboratório do curso, projetos de pesquisa, consultas supervisionadas na biblioteca para a identificação crítica de fontes relevantes, monitorias, projetos de extensão, eventos de divulgação do conhecimento científico, práticas integrativas voltadas para o desenvolvimento de habilidades e competências em situação de complexidade variada, representativas do efetivo exercício profissional, apresentações de aulas no contexto do IFG, sob a orientação do professor da disciplina, entre outras possibilidades de participação do aluno em contextos de aula e para além dela.

A autonomia do aluno deverá ser estimulada nas próprias situações de ensino-aprendizagem, incitando-se no discente um olhar investigativo no que concerne às questões envolvendo a linguagem e, ao mesmo tempo, a consciência de seu compromisso com o social.

É importante ressaltar que os aspectos integradores do ensino, pesquisa e extensão do Curso de Letras do IFG têm na comunidade local e escolas, sua origem e finalização. Espera-se que as questões e demandas da região, com as quais os alunos se deparam, em situações cotidianas e de formação, em contextos de observação, nos estágios, sejam focos de problematização, de pesquisas e devolução em caráter de extensão, contribuindo para a melhoria do ensino em Goiânia e entorno.

8.1 Pesquisa no IFG

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG) é o órgão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás responsável pela elaboração, pela gestão e pelo acompanhamento da política institucional de pesquisa, pós-graduação e inovação no IFG.

A PROPPG é responsável pela condução de diversos programas institucionais destinados tanto aos estudantes dos cursos técnicos e de graduação, quanto aos servidores docentes e técnico-administrativos.

Para os estudantes de graduação, existem os seguintes programas cujo acompanhamento é de responsabilidade da PROPPG:

- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), destinado aos

alunos das licenciaturas;

- Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) e o Programa de Residência Pedagógica, destinados aos estudantes de cursos superiores¹⁶;
- Bolsas de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas (Pibic-Af), destinadas aos estudantes de cursos superiores, que tenham ingressado na Instituição pelo sistema de cotas;
- Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (Pibiti), destinadas aos estudantes de cursos superiores;
- Programa Voluntário de Iniciação Científica (Pivic), destinado aos estudantes voluntários de cursos técnicos e superiores.
- Além destes programas, a PROPPG concede auxílio financeiro para alunos apresentarem trabalhos em eventos científicos.

Para os servidores da instituição, existem os seguintes programas:

- Programa de Apoio à Produtividade em Pesquisa (ProAPP), que concede auxílio financeiro para execução de projetos de pesquisa;
- Programa Institucional de Incentivo à Participação em Eventos Científicos e Tecnológicos (PIPECT), que concede auxílio financeiro para os servidores apresentarem os resultados de suas pesquisas em eventos acadêmicos e científicos;
- Programa Institucional de Bolsas de Qualificação de Servidores (PIQS), que concede bolsa de mestrado e doutorado para docentes e técnico-administrativos do IFG;
- Programa Institucional de Incentivo à Tradução e Publicação de Artigos (PIPART).

16 O Pibid tem por objetivo promover a iniciação do licenciando no ambiente escolar ainda na primeira metade do curso, visando estimular, desde o início da jornada do docente, a observação e a reflexão sobre a prática profissional no cotidiano das escolas públicas de educação básica. Os selecionados serão acompanhados por um professor da escola e por um docente de uma das instituições de educação superior participantes do programa. Já o Programa de Residência Pedagógica visa a induzir o aperfeiçoamento do estágio curricular supervisionado, por meio da imersão do licenciando – que esteja na segunda metade do curso – numa escola de educação básica. A imersão deve contemplar, entre outras ações, regência de sala de aula e intervenção pedagógica. Assim como no Pibid, cada selecionado será acompanhado por um professor da escola com experiência na mesma área de ensino do licenciando, e por um docente de instituição de educação superior. O lançamento desses dois editais, além de assegurar a continuidade do Pibid, visa o aperfeiçoamento da formação de professores para a educação básica e com a valorização dos cursos de licenciatura”. <www.capes.gov.br> Acesso em: 01 jun. 2018.

Todos esses programas institucionais colaboram para efetivação da pesquisa no IFG, bem como sua articulação com o ensino e a extensão.

Ligada à PROPPG, tem-se a Editora do Instituto Federal de Goiás (Editora IFG), responsável pelas publicações científico-acadêmicas institucionais. Compete à Editora IFG editar ou coeditar, publicar e divulgar trabalhos relacionados ao ensino, à pesquisa, à extensão, à pós-graduação e à inovação. O propósito da editora é de promover a publicação e a socialização dos trabalhos científicos, acadêmicos, culturais e tecnológicos, consubstanciados na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

8.1.1 A pesquisa no Curso de Letras

A pesquisa, como princípio científico e educativo, possibilita a aplicação do conhecimento na resolução de problemas cotidianos da sociedade, entendendo, na esteira de Demo (2000) que o olhar de pesquisador deve ser uma atitude cotidiana do professor. De acordo com André & Pesce (2012), o incentivo à prática da pesquisa na formação inicial dos professores é um dos modos de superar a organização curricular centrada na transmissão de conhecimento.

Compreender a área de Letras e área de Educação como objetos passíveis de pesquisa é um dos eixos centrais do curso de Letras do IFG. Para tal, em consonância com esse fundamento, e em acordo com a atual equipe docente, foram estabelecidas as linhas de pesquisa do curso que se integram com os componentes curriculares, uma vez que isso propicia aos discentes o contato com questões complexas dos campos de pesquisa. Diante dessas questões, o professor em formação desenvolve a capacidade de lidar com os desafios e propor alternativas condizentes ao contexto de pesquisa, produzindo, assim, conhecimento.

Além disso, a organização das linhas de pesquisa do curso de Letras também cumpre com os objetivos do Plano de Desenvolvimento Institucional do IFG (2012/2016) de envolver professores, estudantes e servidores técnico-administrativos em atividades de pesquisa, estimular a criação de núcleos de pesquisa e fomentar o desenvolvimento de atividades de pós-graduação. Em síntese, essa ação promoverá a formação inicial do

professor a partir da articulação entre pesquisa e componentes curriculares e também estimulará a produção científica no âmbito da pós-graduação.

Desse modo, construímos as linhas de pesquisa do curso de Letras do IFG, dialogando com a tabela da CAPES, que apresenta as áreas do conhecimento. Essa escolha tem por objetivo de integrar as nossas pesquisas às atividades de outras instituições, facilitando futuras parcerias. As áreas de conhecimento que, porventura, não foram contempladas pela tabela supracitada, também foram inseridas. As linhas de pesquisa estabelecidas neste projeto se encaixam no perfil dos professores que atualmente estão em exercício, contudo, essas linhas podem se modificar de acordo com a alteração do quadro docente.

Apesar da divisão do conhecimento em linhas de pesquisa, assumimos que a interdisciplinaridade é um modo de desenvolvimento e incentivo à pesquisa, portanto, a integração entre linhas configura-se como uma possibilidade extremamente desejável. A seguir, apresentamos as linhas de pesquisa do curso de Letras do IFG:

- Literatura, História e Imaginário
- Literatura e Outras Artes
- Literatura Comparada
- Literatura, Leitura Literária e Ensino
- A Literatura Infantil e Juvenil
- Arte e Cultura no Ensino de Língua (s)
- Teoria e Análise Linguística
- Gramática, Discurso e Ensino
- Linguística Aplicada
- Linguagem, Sociedade e Cultura
- Língua, Texto e Discurso
- Língua Portuguesa e Ensino
- Língua Portuguesa como Segunda Língua
- Línguas Estrangeiras Modernas
- Ensino da Língua Portuguesa como LE/PLA

Pelo fato do curso de Letras do IFG ser uma licenciatura, entendemos que a formação docente é uma linha de pesquisa que perpassa todas as demais; e, por isso, todas as práticas de pesquisa também terão como eixo estruturante a formação do professor-pesquisador.

8.1.2 O Núcleo de Pesquisa NUMPEL (Núcleo Multicampi de Pesquisa e Estudos em Linguagem do IFG)

O NUMPEL, embora não seja um Núcleo de Pesquisa específico do curso de Letras do IFG, tem docentes do curso envolvidos no mesmo. Este toma como desafio a compreensão, a reflexão e a ação em relação aos estudos da linguagem na nova dinâmica estrutural em que se encontra o IFG.

Novas relações de trabalho, pesquisa, ensino e extensão se impõem em decorrência de constantes mudanças sofridas pela sociedade nos âmbitos social, econômico e político. Assim, a instituição, na figura de seus protagonistas: professores-pesquisadores e discentes, precisa se adequar às novas necessidades, mediante esforço coletivo para a construção e/ou ressignificação de práticas e conhecimentos válidos para a educação, tomada como um bem sociocultural que transforme para melhor o cotidiano socioeconômico e político.

Nesse sentido, a configuração do NUMPEL vem, por exemplo, ao encontro da proposta do documento base: Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio (2007). Uma das discussões presentes nesse documento versa sobre a formação de quem atua nesse nível de ensino e há a defesa de uma perspectiva de formação continuada para esses profissionais, via grupos de pesquisa:

[é] necessário produzir conhecimento nesse novo campo e, para isso, deve-se estimular a criação de grupos de pesquisa e programas de pós-graduação vinculados à formação desses profissionais. (BRASIL, 2007, p. 36).

Diante do desafio de conciliar a formação geral com as particularidades implicadas na formação específica dos alunos, tanto em nível médio, quanto na educação superior, faz-se necessário investir no embasamento teórico-metodológico, bem como na reflexão sobre

as práticas de ensino, com vistas a uma melhor atuação docente no processo de ensino aprendizagem (MACHADO, 2010). Esse é um dos intentos do NUMPEL.

Objetivo geral do núcleo de pesquisa

Congregar pesquisadores da área de Linguagem em atuação nos diferentes Câmpus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, com vistas à consolidação do trabalho institucional nesta área do conhecimento e à integração ensino/pesquisa/extensão no âmbito do IFG.

Objetivos específicos do núcleo de pesquisa

- Mapear os projetos desenvolvidos pelos professores da área de Linguagem dos diferentes Câmpus do IFG;
- Propiciar o debate e a socialização dos resultados de estudos e pesquisas realizados na área de Linguagem do Instituto;
- Responder aos desafios teóricos, metodológicos, pedagógicos e tecnológicos que os cursos da educação profissional ofertados pelo IFG trazem para a área de Linguagem;
- Fomentar submissões de projetos de pesquisa na área dos estudos da Linguagem, junto aos programas PIBIC, PIBIC-EM, PIVIC, PIBID e PIBITI;
- Desenvolver estudos e pesquisas que propiciem a integração da área de Linguagem com áreas afins;
- Subsidiar possíveis atividades de (re)construção de ementários e programação curricular na área de Linguagem, nos diferentes níveis/modalidades de ensino ofertados pelo IFG;
- Possibilitar a elaboração de materiais didáticos, lexicográficos e terminográficos para diferentes cursos e modalidades de ensino;
- Servir ao IFG no que tange a consultoria para revisões e traduções de língua materna e estrangeira;
- Colaborar com a formação (continuada) de professores da área da região na qual os

Câmpus do IFG estão alocados;

- Dar visibilidade aos estudos sobre a produção discursiva de sentidos e identidades nas sociedades contemporâneas, por meio de publicações, relatórios semestrais, realização de eventos.

Áreas de atuação do núcleo de pesquisa: Linguística (Código: 8.01.00.00-7); Letras (8.02.00.00-1).

Subáreas: Linguística Aplicada (Código: 8.01.06.00-5); Teoria e Análise Linguística (Código: 8.01.01.00-3); Literatura Brasileira (Código 80206000).

9. MONITORIA

A monitoria no IFG é uma das atividades ligadas à Pró-Reitoria de Ensino. Há um processo seletivo para admissão de monitores bolsistas. É feito um edital com as vagas relacionadas às disciplinas e este é amplamente divulgado no site do IFG. As bolsas de monitoria integram as ações de apoio às atividades acadêmicas e de estímulo à permanência do educando, constituindo-se em experiência formativa vivenciada pelo discente, por meio do acompanhamento do docente responsável pela respectiva disciplina.

Além desse estímulo à permanência, a monitoria fornece aos alunos da graduação condições de desenvolver atividades de ensino, oportunizando maior integração com o trabalho docente, no sentido de conhecer e/ou refletir sobre o mesmo. Também propicia ao aluno maior integração com os colegas, com os professores, com o conteúdo da disciplina na qual é monitor(a) e, conseqüentemente, com a Instituição como um todo.

A monitoria é também uma grande aliada nos processos de reescrita de trabalhos, inserção no mundo do letramento digital, pois há graduandos que precisam refazer seus textos, ou precisam de auxílio porque não têm familiaridade com as ferramentas digitais. Nesse sentido, os monitores que atuam no curso de Letras são uma fonte de ajuda que o licenciando tem em horários extraclasse. Atualmente contamos com 2 vagas de monitoria nas disciplinas de Leitura e Produção Textual e Teoria da Literatura.

10. EXTENSÃO NO IFG

A Pró-Reitoria de Extensão – PROEX constitui-se na instância sistêmica responsável pela proposição e condução de toda a política de extensão no IFG, promovendo ações que garantam a articulação da extensão com o ensino e a pesquisa. A extensão no IFG tem como norte o aprofundamento das relações com a comunidade por meio das organizações da sociedade civil, bem como em parceria com as instituições, sobretudo públicas. Nessa direção, assume destaque a implementação dos programas de cooperações, a condução das parcerias institucionais e a realização de eventos técnico-científico, culturais e esportivos.

No âmbito do IFG a portaria nº 516, de 22 de março de 2017 regulamenta as ações de extensão, aprovando as normas, os conceitos e as orientações administrativas que regem tais ações. A extensão caracteriza-se pelo compartilhamento de saberes, pela colaboração com a transformação da sociedade, pelo desenvolvimento de tecnologias em parceria com a comunidade externa, pelo desenvolvimento de ações educativas, culturais, artísticas, esportivas, científicas, tecnológicas, sociais em articulação com pessoas físicas e/ou jurídicas e pela integração de atividades de ensino e pesquisa na formação do estudante.

O Curso de Letras pretende elaborar ações de extensão que possibilitem aos alunos conviver com a comunidade, com ela aprender e nela provocar transformações. Compreendemos que para a formação de futuros professores é necessário estar na comunidade como um sujeito crítico, conciliando a teoria aprendida em sala de aula com a prática vivenciada nas escolas e em seu entorno. Temos como objetivo contribuir com as práticas de ensino de Língua Portuguesa nas escolas da região metropolitana.

A extensão prevê uma reciprocidade entre público interno e externo, dessa forma, não apenas levaremos nossos alunos à comunidade, mas também a convidaremos para participar de nossos eventos científicos, culturais, artísticos. O I Ciclo de Debates e a II Semana de Letras constituem-se como ações de extensão voltadas não apenas para o público científico, mas para aqueles que se dispõem a pensar a linguagem como vida.

Nosso Curso tem o diferencial de preparar nossos alunos para o ensino da Língua Portuguesa como língua estrangeira, para tanto, pretendemos desenvolver ações de

extensão que possibilitem aos nossos alunos o contato com estrangeiros, a elaboração de estratégias para o ensino do português como LE/PLA e aos estrangeiros o aprendizado da Língua Portuguesa, sobretudo aos estrangeiros que vivem em nossa cidade em condições precárias e por vezes desumanas.

11. ATENDIMENTO PEDAGÓGICO, PSICOLÓGICO E ECONÔMICO AOS DISCENTES

11.1 Coordenação de Assistência Estudantil (CAE)

A Coordenação de Assistência Estudantil (CAE) é uma instância subordinada à Gerência de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão do *campus* (PROEX), responsável pelo desenvolvimento das políticas de inclusão social, de apoio e assistência ao estudante, na perspectiva de atendimento às suas expectativas, necessidades e carências, para a viabilização de sua permanência, desenvolvimento e conclusão do curso. A gestão da CAE fica a cargo de uma Assistente Social.

Atualmente a CAE, em parceria com a PROEX, oferece os seguintes programas aos alunos de baixa renda: Auxílio Alimentação, Auxílio Permanência e Auxílio Transporte. Além disso, a CAE se divide em dois setores: o de saúde e o de serviço social. Na área da saúde, são disponibilizados médico, dentista e técnica em enfermagem. Todos eles atendem os alunos no que tange às suas necessidades mais prementes (por exemplo, algum aluno que passa mal na própria instituição), e outras de longo prazo (seria o caso de um tratamento dentário que demanda mais dias ou um caso de saúde que requer também mais tempo de atendimento). Quanto ao serviço social, há a assistente social, que faz atendimento e entrevista com os alunos, a fim de detectar suas carências e necessidades e também as psicólogas clínicas, que auxiliam os alunos com problemas de ordem emocional, oferecendo no espaço da CAE a psicoterapia com sessões que ocorrem uma vez por semana.

11.2 Coordenação de Apoio Pedagógico ao Discente

O curso de Letras do IFG Câmpus Goiânia é ligado ao Departamento I. Cada Departamento possui a sua Coordenação de Apoio Pedagógico ao Discente. Essa Coordenação é composta de uma psicóloga, dois assistentes de alunos (Técnicos Administrativos), além de contar com estagiários em formação, oriundos de cursos de Psicologia de Faculdades de Goiânia.

Tal Coordenação atua em parceria com a CAE, com os professores, com as psicólogas dos demais departamentos, com as Coordenações de Curso e de Áreas. As ações permanentes dessa equipe são: recepção aos alunos ingressantes, reunião de pais e responsáveis, participação em colegiados, conselhos e comissões, acompanhamento escolar de alunos e de turmas, orientações a alunos e pais, encaminhamentos de diversas naturezas.

Os trabalhos com objetivos mais específicos são desenvolvidos por meio de projetos. Como exemplo, podemos citar: PROMAI – Projeto de Monitoramento de Alunos Infrequentes, Projeto de Vida e Escolha Profissional, Projeto em formato de curso: “O papel da juventude na transformação da sociedade: conscientização, organização e ação”, Projeto Grupo de Acompanhamento a Alunos Retidos. Além disso, a equipe realiza pesquisa com a finalidade de diagnosticar os principais problemas no âmbito Instituição/Sociedade. A Coordenação e sua Equipe finalizaram a pesquisa A produção do fracasso escolar: uma análise no contexto do IFG.

Como atividade que associa Psicologia e Arte, há o projeto CINE – PSI, no qual, por meio de filmes selecionados pela equipe, são discutidos junto aos alunos temas de suma importância como: sexualidade, gênero e sociedade, drogas, conflitos familiares, dentre outros.

11.3 A Coordenação do Curso de Letras e o atendimento ao aluno

A Coordenação do Curso de Letras conta com a parceria tanto da CAE, quanto da Equipe de Apoio Pedagógico ao Discente para suas ações. Estas são: orientação a alunos, escuta de seus problemas, avaliações diagnósticas, projetos em parceria com os docentes de reescrita de textos, nivelamento de disciplinas, projetos junto ao NDE com instrumentos de pesquisa (questionários) para avaliação do curso, para avaliação do nível de satisfação

do aluno, suas dificuldades e anseios, reuniões com representantes de turmas, dentre outras possibilidades de parcerias entre a Coordenação de Curso, o NDE, a CAE e a Coordenação de Apoio Pedagógico ao Discente.

É importante destacar que as políticas de atendimento ao discente estão ajustadas aos dispositivos jurídico-normativas que visam assegurar uma educação inclusiva, aberta à diversidade e aos direitos das pessoas com deficiência, seja ela de natureza física, mental, intelectual ou sensorial. Nesse caso, a CAE e a coordenação acadêmica, em ação conjunta com a equipe docente, buscam articular a compreensão da temática da educação inclusiva, a capacitação de professoras e professores e a adequação das estruturas física e pedagógica, em respeito e amparo à diversidade da comunidade escolar, garantindo, assim:

1. Acessibilidade de comunicação – em atendimento às especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais, possibilitando a interação no ambiente educacional de forma segura e autônoma, conforme instrução das legislações que dispõem sobre a Língua de sinais (LIBRAS), Sistema Braille, Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e Tecnologia Assistiva.
2. Acessibilidade atitudinal - em atendimento à necessidade de construção e manutenção de um contexto educacional livre de preconceitos e exclusões. Sustenta uma prática educativa comprometida com a diversidade, o trato equitativo das diferenças, a integração social e o exercício da cidadania.
3. Acesso e permanência das pessoas com Transtornos do Espectro Autista - TEA, conforme Lei 12.764/ 12 que trata da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

12. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

Os alunos regularmente matriculados poderão solicitar ao Departamento de Áreas Acadêmicas do Câmpus, em data estabelecida no Calendário Acadêmico da Instituição, o aproveitamento de conhecimentos e estudos, nos termos do Regulamento Acadêmico dos Cursos de Graduação e do Regulamento do Exame de Proficiência, aprovados pelo Conselho Superior da Instituição.

13. CRITÉRIOS DE ENSINO E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM APLICADOS AOS ALUNOS DO CURSO

Os atos de ensinar e aprender são processos significativos e indispensáveis na Instituição e envolvem os atores professores e alunos em constantes interações. Ensinar algo a “alguém” e aprender com “outrem” possuem muitos significados agregados a estas práticas. O que significa ensinar? E o aprender? Quem ensina? Quem aprende?

O professor-educador, aquele que ensina, precisa estar consciente de seu papel enquanto mediador da cultura dos alunos, os conhecimentos teóricos e as realidades sociais. A concepção de aluno, nesse sentido, é de sujeito psico-sócio-cultural, com sua história de vida em processo. O aluno não é “tábula rasa”, pois detém conhecimentos, experiências, valores, habilidades, na esteira de Paulo Freire.

A organização do ato de ensinar, ou seja, da prática educativa, requer que o professor conheça seus alunos, suas necessidades, seus interesses, para a partir desse instante, tornar-se um aliado na sua trajetória enquanto sujeito histórico, valorizando-o e respeitando sua cultura e contribuindo com seu crescimento.

Ao elaborar suas aulas, precisa pensar em metodologias que permitam a dialogicidade, a expressão do aluno, a construção – desconstrução – reconstrução do conhecimento e a vivência de valores éticos enraizados na vida. O professor reflexivo é aquele que a todo momento se autoavalia e avalia sua prática, buscando aprimorá-la a cada dia pela pesquisa; portanto, também é alguém que aprende o tempo todo. Desse modo, os processos de ensino-aprendizagem do nosso Curso são constituídos também pela avaliação crítica, ou seja, pela avaliação permanente do processo educativo.

O aluno, aquele que aprende, apreende, constrói conhecimentos e vivencia valores, na condição de estudante do curso de Letras, estabelece uma cumplicidade com os professores com vistas à construção do perfil do profissional proposto. Nessa cumplicidade, também ensina.

O ensino está assim imbricado com a pesquisa, com a extensão, com as atividades de monitoria, objetivando a construção de conhecimentos a serviço da comunidade.

Por sua vez, a avaliação dos alunos será sempre processual e contínua. Para tanto,

no acompanhamento constante do aluno, observamos não apenas o seu progresso quanto à construção de conhecimentos científicos, mas também a atenção, o interesse, as habilidades, a responsabilidade, a participação, a pontualidade, a assiduidade na realização de atividades e a organização nos trabalhos acadêmicos. Assim, não apenas os aspectos quantitativos deverão ser considerados, mas também – e principalmente – os aspectos qualitativos.

Compreendemos a avaliação contínua como uma avaliação formativa. De acordo com Romero (2008), a avaliação formativa é aquela que permite ao professor e aos alunos uma percepção constante dos processos de formação, possibilitando ajustes e redefinição de estratégias durante o curso das disciplinas. Desse modo, não nos pautamos em processos avaliativos tradicionais e somativos, que tenham como prioridade a seleção, a classificação e a meritocracia dos discentes. A avaliação somativa caracteriza-se pela aplicação de instrumentos como testes e provas com o fim de verificar se os objetivos elencados nos planos de ensino foram alcançados. De diferente modo, a avaliação formativa, que é contínua, não compreende o saber como uma instância de exclusão, mas como um campo em construção, o qual envolve diferentes sujeitos, com habilidades e limites próprios.

Em concordância com a Lei 13.146, de 06 de julho de 2015 e a resolução CNE/CEB 02/2001, são adotados critérios de avaliação das provas escritas de acordo com a singularidade linguística do aluno com deficiência, bem como a utilização ou adequação de instrumentos de avaliação que permitam ao aluno demonstrar o conhecimento construído e a dilação de tempo para realização de atividades acadêmicas, mediante solicitação do aluno, ou de seu responsável, pautada por comprovação médica. É de interesse do Colegiado do Curso de Letras realizar debates, eventos e projetos que possibilitem maior formação dos professores e estruturação das instituições públicas em virtude da otimização do atendimento ao aluno com deficiência. Ressaltamos que em nosso *campus* contamos com a colaboração da psicóloga do Departamento 1, ao qual vincula-se o Curso de Letras: Língua Portuguesa e solicitamos à PROEN (Pró-reitoria de Ensino), em junho de 2017, uma monitoria de inclusão.

É importante ressaltar que o máximo de avaliações variadas ajudam a compor um retrato mais fiel dos conhecimentos construídos pelo aluno ao longo do semestre. É

regulamentado pelo IFG que o professor dê um mínimo de 3 instrumentos avaliativos com a descrição de seus respectivos pesos. Entre os instrumentos avaliativos mais utilizados pelos professores do Curso de Letras estão: elaboração de fichamentos, resumos e resenhas; apresentação de seminários e escrita de artigos científicos. O professor possui autonomia quanto à escolha dos instrumentos avaliativos e à definição de seus pesos. Seguindo o exemplo anterior, geralmente as atividades de fichamento e resumo assumem um peso 1, seminários peso 2 e resenhas e artigos peso 3. No entanto, instrumentos e pesos definem-se na dinâmica e necessidades de cada disciplina, podendo, inclusive, ser modificados de acordo com as avaliações crítica e formativa que acontecem durante o curso de cada semestre.

As metodologias de avaliação que constituem nosso Curso participam da formação do egresso, tendo em vista sua preparação para o trabalho com a leitura, a escrita, a reescrita, a oratória e o posicionamento dinâmico em sala de aula. Os instrumentos avaliativos não são utilizados como métodos de diagnóstico da aquisição ou não de conteúdos, mas como possibilidades de aprendizado e de relacionamento entre teoria e prática.

Com relação à periodicidade de avaliações e outras questões específicas, serão determinadas pelo regulamento da Organização Didática do IFG e aplicam-se a todos os cursos oferecidos na Instituição.

14. ESPAÇO FÍSICO E EQUIPAMENTOS

O Curso de Letras é vinculado ao Departamento 1 do Câmpus Goiânia, possui o Laboratório de Linguagens como anexo (conforme descrito abaixo), além do quantitativo de 6 (seis) salas de aula, disponibilizadas pela Gerência de Apoio Acadêmico e Assuntos Estudantis (GAAAE), para atender às demandas atuais (2017/1, 2017/2) de oferta de curso, todas elas com mesas e cadeiras, e projetores para uso do professor e dos alunos sob supervisão do professor. Além disso, nosso Departamento dispõe dos seguintes espaços:

Laboratório de linguagens: alocada na antessala, S-506A, utilizada para reuniões do Núcleo Docente Estruturante, reuniões com os representantes discentes e demais atividades de apoio aos professores. Na sala, S- 506 B, funciona o laboratório de informática em que há vários mobiliários, conforme descrito no item a seguir.

Coordenações de área e cursos no Departamento 1: alocado no 3 piso do Câmpus, os gabinetes das Coordenações de área estão todas localizadas nesse Departamento, além do gabinete da Coordenação administrativa, Chefia de Departamento e Assessoria Psicológica. Nesse espaço temos ainda: Sala de computadores com 5 computadores, mesa e cadeiras; Sala de reuniões, com mesa ampla e cadeiras.

Os seguintes anexos fazem parte do Departamento I: Anexo de música; Instrumentoteca; Laboratório de história; Miniauditório Demartin Bizerra; Auditório Julieta Passos; Sala de projeção Djalma Maia; Cinemateca; Teatro; Laboratório gastronômico; Laboratório de eventos; Ginásio; Academia.

Sala de reuniões da Diretoria: utilizada para as reuniões do Colegiado.

Todos estes espaços são utilizados pelas Coordenações de área a fim de realizar as atividades teórico-práticas contempladas em seus Projetos de Curso.

14.1 Laboratório de Linguagens

A Sala S-506 A - Antessala do Laboratório de Linguagens, em que as reuniões da Coordenação de Linguagens, atendimento aos alunos, e/ou reuniões do NDE são realizadas, conta com:

- 01 Computador HP Compaq 6005, com Sistema Operacional Windows 7 Professional 64 bits, com processador AMD Phenom IIX3, Disco Rígido SATA de 500 GB 7200 rpm, 4 GB de memória RAM 1600 MHz
- 01 Monitor LG LCD 19 Polegadas 01 Teclado USB Padrão HP
- 01 Mouse USB Padrão HP
- 01 Impressora HP Deskjet modelo F4580 01 Impressora HP Deskjet modelo F4180

Já a Sala 506-B – do Laboratório de Linguagens utilizada para a realização de pesquisas com alunos, atendimento de monitoria, pesquisa dos discentes do Curso de Letras, além, das aulas de Tecnologia Aplicada ao Ensino, possui:

- 30 Computadores All in One HP Compaq Elite 8300, Sistema Operacional Windows 7 Professional 64 bits, com processador Intel Core I5-3570, gráficos Intel HD2500, Disco Rígido SATA de 500 GB 7200 rpm, 4 GB de memória RAM 1600 MHz e Monitor Full HD LCD 23polegadas;
- 30 Headsets Microsoft LifeChat LX-3000
- 20 Teclados sem fio padrão HP
- 20 Mouses sem fio padrão HP
- 10 Mouses USB padrão HP
- 09 Teclados USB Maxprint
- 1 Teclado USB Multilaser
- 01 Smart TV Sony Modelo DKL-55HX755

14.2 Biblioteca

A biblioteca tem atualmente uma área física disponível de 1.540m², organizada em 104 módulos individuais de estudo (250m²); 24 computadores (100m²); 114 salas de leitura e grupo (250m²); atendimento da biblioteca integrado ao espaço do acervo (100m²); acervo (670m²); secretaria da biblioteca (coordenação, referência e processamento técnico) integrada ao espaço de leitura (170m²).

Além do espaço físico, a biblioteca do IFG conta com um acervo amplo que contempla várias áreas, conforme levantamento realizado desde 10/05/1920 a 09/06/2017. Abaixo, apresentamos tabela com esses dados:¹⁷

¹⁷ Fornecidos pela Coordenação da Biblioteca do IFG – Câmpus Goiânia em 09/06/2017.

	PERIÓDICOS			
	CORRENTE ESTRANGEIRO		CORRENTE NACIONAL	
	Títu	Exs.	Títu	Exs.
Ciências Agrárias	1	3	0	0
Ciências da Saúde	1	1	0	0
Ciências Exatas e da Terra	4	39	2	10
Ciências Humanas	16	33	14	43
Ciências Sociais Aplicadas	8	14	4	13
Engenharias	5	85	0	0
Linguística, Letras e Artes	2	2	2	3
Outros	13	20	3	3
Total	50	197	25	72

	OBRAS							
	CD		DVD		Material técnico		Material textual impresso	
	Títu	Exs.	Títu	Exs.	Títu	Exs.	Títu	Exs.
Ciências Agrárias	0	0	2	3	0	0	137	265
Ciências Biológicas	0	0	5	7	0	0	554	1066
Ciências da Saúde	0	0	3	3	0	0	389	628
Ciências Exatas e da Terra	26	26	18	26	7	362	3351	7769
Ciências Humanas	6	7	130	167	0	0	4282	7750
Ciências Sociais Aplicadas	6	8	50	70	2	165	3030	6077
Engenharias	1	1	7	10	13	887	3290	7787
Linguística, Letras e Artes	9	9	34	37	0	0	5140	8468
Outros	2	4	3	3	0	0	451	1177
Total	50	55	252	326	22	1414	20624	40987

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) possui acesso ao conteúdo nele disponibilizado.

O acesso ao Portal pode ser realizado através da rede de internet do IFG e também pela Comunidade Acadêmica Federada (CAFe) <http://www.rnp.br/servicos/cafe.html> que está totalmente integrada ao Sistema de Identificação Única do IFG: IFG-ID. Essa integração permite que com um único *login* e senha o usuário tenha o acesso remoto ao Portal Capes.

15. ACESSIBILIDADE NO CÂMPUS GOIÂNIA

A Norma Brasileira 9050 (NBR 9050) da Associação Brasileira de Normas

Técnicas (ABNT) define acessibilidade como “possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos”. A Assembleia Geral das Nações Unidas (Brasil, 1948) proclamou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, na qual reconhece que “Todos os seres humanos nascem livres e iguais, em dignidade e direitos (Art. 1º.), em seu Artigo 26, inciso I, estabelece que toda a pessoa tem direito à educação e essa deve ser gratuita. Desde 02 de dezembro de 1999, vem ocorrendo um considerável avanço no que se trata de acessibilidade aos espaços de ensino superior ao ser publicada a portaria n.º 1.679 que assegura aos portadores de necessidades especiais e sensoriais condições básicas de acesso ao ensino superior, de mobilidade e de utilização de equipamentos e instalações das instituições de ensino, tendo como referência à NBR 9050. A dificuldade de acesso físico, não se restringe apenas aos chamados deficientes e cadeirantes, mas também àqueles que possuem mobilidade reduzida temporária (gerada por fatores como idade, gravidez, deficiência auditiva ou visual) ou definitiva. Por isso existe a necessidade da construção ou adaptação de edifícios para que sejam acessíveis a todos, sendo frequente e contínua as intervenções para o melhoramento, otimização e ampliação dos quesitos de acessibilidade no Câmpus Goiânia, considerando a diversificada condição dos prédios, dentre os quais se incluem edifícios que constituem patrimônio de interesse e histórico artístico nacional.

As entradas do Câmpus, as áreas e vagas de estacionamento de veículos, os sanitários e os equipamentos exclusivos para o uso de pessoas deficientes estão adequadamente sinalizados. Há a preocupação da Direção do Câmpus e da Diretoria de Infraestrutura da Reitoria em ajustar os tipos e materiais dos pisos das edificações, de modo a garantir superfícies regulares, firmes, estáveis e antiderrapantes, com inclinação transversal adequada e distinta para pisos internos e externos, assim como inclinação longitudinal máxima de 5%. Inclinações superiores a 5% são consideradas rampa. As rampas compõem o sistema básico de circulação vertical dos edifícios do *campus* e têm áreas de descanso nos patamares intercaladas por, no máximo, 25m de percurso. Os corredores, elementos de circulação horizontal e de distribuição do, estão dimensionados de acordo com o fluxo de pessoas e a legislação construtiva pertinente ao período 37 do projeto do edifício, assegurando a inexistência de barreiras ou obstáculos com as intervenções físicas possíveis. O conjunto de sanitários acessíveis obedece aos parâmetros

estabelecidos no que diz respeito à instalação de bacias, mictórios, lavatórios e acessórios, como barras de apoio, além das áreas de circulação, transferência, aproximação e alcance. Os sanitários localizam-se em rotas acessíveis, próximos à circulação principal, preferencialmente próximo ou integrado às demais instalações sanitárias.

16. PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO ENVOLVIDO NO CURSO

O curso de Letras-Português é oriundo da Coordenação de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias. Tal Coordenação está locada no Departamento de Áreas Acadêmicas I do Câmpus Goiânia. Dessa forma, o curso de Letras usufruirá da infraestrutura disponível neste referido departamento. Administrativamente, o Departamento I está organizado em chefia de departamento, coordenador acadêmico, coordenador administrativo, coordenadores de áreas e cursos, além de técnicos administrativos. A seguir a listagem dos funcionários disponíveis para comporem o quadro do curso de Letras-Português.

16.1 Pessoal Técnico-Administrativo

NOME	CARGO	LOTAÇÃO
Juliana Damando Vaz	Coordenadora Administrativa	GYN-CAA-1
Aline de Fátima Sales Silva	Pedagoga	CP-GYN
Aryadne Caetano de Carvalho	Assistente de Aluno	GYN-CAA-1
Fatianny Didier Sampaio Monteiro	Assistente em Administração	GYN-CAA-1
Maraiza Oliveira Costa	Psicóloga	GYN-CAPD-1
Marcos Paulo Barbosa dos Santos	Assistente de Aluno	GYN-CAPD-1
Humberto Pires da Paixão	Técnico Administrativo Educacional	GYN-CAPD-1

16.2 Pessoal Docente

O Corpo Docente do Curso de Letras é constituído por professores da Área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias e professores de outras Áreas, como Ciências Humanas e Artes.

Atualmente, contamos com a participação de 15 professores no Núcleo Específico do Curso, divididos entre professores que atuam na área de Linguística e na área de

Literatura. Na medida em que semestralmente o número de turmas no Curso aumenta, necessitaremos de mais professores efetivos para atender as demandas dessas duas áreas.

Assim, no início do ano de 2018 o Curso de Letras recebeu mais uma professora efetiva para a área de Linguística e espera receber mais uma professora para a área de Literatura. No entanto, esperamos poder contar com mais professores efetivos uma vez que a carga horária média é de 14 horas-aula, e os professores se dividem em tarefas que contemplam coordenação e participação em Projetos de Ensino, Pesquisa, Extensão, bem como ocupação de cargos de Gestão.

Professor	Graduação	Titulação	Área de concentração	Regime de trabalho
Alita Carvalho Miranda Paraguassú	Licenciatura em Língua Portuguesa	Doutora em Letras e Linguística	Estudos Linguísticos	Dedicação Exclusiva
André Perez da Silva	Licenciatura em Língua Portuguesa e Inglês	Doutor em Letras e Linguística	Estudos Linguísticos	Dedicação Exclusiva
Bruno Pilastre de Souza Silva Dias	Licenciatura em Língua Portuguesa	Doutor em Letras e Linguística	Estudos Linguísticos	Dedicação Exclusiva
Camila Costa de Oliveira Teixeira Álveres	Licenciatura em Pedagogia e Graduação em Análise de Sistemas e Espanhol	Mestre em Educação, Linguagem e Tecnologias	Educação	Dedicação Exclusiva
Cleide Araújo Machado	Licenciatura em Língua Portuguesa	Mestre em Letras	Estudos Linguísticos	Dedicação Exclusiva
Cleiliane Sisi Peixoto	Licenciatura em Letras	Doutora em Linguística	Estudos Literários	Dedicação Exclusiva
Dagmar Dnalva da Silva Bezerra	Licenciatura em Pedagogia e Licenciatura em Letras Língua Portuguesa	Doutora em Educação	Educação	Dedicação Exclusiva
Deusa Castro Barros	Licenciatura em Língua Portuguesa e Inglês	Doutora em Estudos Literários	Estudos Literários	Dedicação Exclusiva
James Deam Amaral Freitas	Licenciatura em Língua Portuguesa	Doutora em Letras e Linguística	Estudos Linguísticos	Dedicação Exclusiva
Joana Peixoto	Licenciatura em Pedagogia	Doutorando em Ciências da Educação	Educação	Dedicação Exclusiva
José Elias Domingos Costa Marques	Licenciatura em Ciências Sociais	Doutor em Sociologia	Ciência Política	Dedicação Exclusiva
Josué Vidal Pereira	Licenciatura em História	Mestre em Educação	Educação	Dedicação Exclusiva

Limerce Ferreira Lopes	Licenciatura em Língua Portuguesa e Espanhol	Mestre em Letras e Linguística	Estudos Linguísticos	Dedicação Exclusiva
Luciene Araújo de Almeida	Licenciatura em Língua Portuguesa e Pedagogia	Mestre em Letras e Linguística	Estudos Literários	Dedicação Exclusiva
Mad'Ana Desiree Ribeiro de Castro	Licenciatura em História	Doutorando em Educação	Educação	Dedicação Exclusiva
Maria Cristina Morais de Carvalho (Licença Doutorado)	Licenciatura em Língua Portuguesa	Doutoranda em Letras e Linguística	Estudos Linguísticos	Dedicação Exclusiva
Maria Eliane Rosa de Souza	Licenciatura em Filosofia	Doutora em Filosofia	Filosofia	Dedicação Exclusiva
Marília Cardoso Lício	Licenciatura em Letras	Mestre em Letras e Linguística	Estudos Linguísticos	20 horas
Michel Soares do Carmo	Licenciatura em Língua Portuguesa	Mestre em Linguística	Estudos Linguísticos	20 horas
Micheline Madureira Lage	Licenciatura em Língua Portuguesa	Doutora em Educação	Estudos Literários	Dedicação Exclusiva
Paula Fransinetti de Morais Dantas	Licenciatura em Língua Portuguesa e Inglês	Doutorado em Letras e Linguística	Estudos Linguísticos	Dedicação Exclusiva
Paula Graciano Pereira	Licenciatura em Língua Portuguesa e Inglês	Doutora em Letras e Linguística	Estudos Linguísticos	Dedicação Exclusiva
Rosângela Medeiros da Luz (Licença Doutorado)	Licenciatura em Língua Portuguesa e Inglês	Doutoranda em Letras e Linguística	Estudos Linguísticos	Dedicação Exclusiva
Sandrelli Santana dos Passos	Licenciatura em Letras	Mestre em Letras e Linguística	Estudos Linguísticos	20 horas
Soraya Bianca Reis Duarte	Graduação em Fonaudiologia	Doutora em Ciências da Saúde	Letras-Libras	Dedicação Exclusiva
Suelene Vaz da Silva	Letras Português/Inglês	Doutora em Letras e Linguística	Estudos Linguísticos	Dedicação Exclusiva

17. AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO

A autoavaliação tem como principais objetivos produzir conhecimentos, colocar em questão os sentidos do conjunto de atividades e finalidades cumpridos pelo Curso, identificar as causas dos seus problemas e deficiências, aumentar a consciência pedagógica e a capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo, fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais, tornar mais efetiva a

vinculação da instituição com a comunidade, julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e produtos, além de prestar contas à sociedade. Com relação à autoavaliação do Curso, a mesma deve ser feita de forma articulada, por meio:

- Do Conceito ENADE (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes), calculado e divulgado anualmente para os cursos com pelo menos dois alunos concluintes participantes do ENADE, tendo como referência os resultados trienais de desempenho dos discentes;
- Do Conceito Preliminar de Curso (CPC), calculado e divulgado no ano seguinte ao da realização do ENADE;
- Do Índice Geral de Cursos Avaliação da Instituição (IGC), que avalia as instituições de Educação Superior considerando sempre um triênio, embora seu cálculo seja realizado anualmente;
- Da Análise dos dados da aplicação do Questionário Socioeconômico respondido por ingressantes e concluintes de cada um dos cursos participantes do referido exame, resultados estes contidos no Relatório da Instituição disponibilizado pelo Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP);
- Do envolvimento prévio da Comissão Própria de Avaliação (CPA) na organização do processo de avaliação dos cursos e dos relatórios disponibilizados pela Comissão na página <https://ifg.edu.br/comissoes/cpa?showall=&start=5>;
- Das reuniões do NDE (Núcleo de Desenvolvimento Estruturante);
- Das reuniões do Colegiado do Curso de Letras;
- Do Colegiado de áreas Acadêmicas do Departamento, em que o mesmo tem a atribuição de propor e aprovar, no âmbito do departamento, projetos de reestruturação, adequação e realocação de ambientes do departamento, a ser submetido à Direção-Geral do *campus*, bem como emitir parecer sobre projetos de mesma natureza propostos pela Direção-Geral;
- Da avaliação dos professores do Curso pelos discentes, autoavaliação do professor, avaliação do professor pelo coordenador de Curso, conduzidas pela CPPD – Comissão Permanente de Pessoal Docente;
- Dos relatórios de estágios curriculares de alunos;

- Da Semana de Educação, Ciência e Tecnologia do IFG, evento bienal com participação de empresas e encontro de egressos, além de eventos específicos do curso, como o Ciclo de Debates e a Semana de Letras;
- De encontros da Coordenação com os representantes discentes, nomeados “Café com a Coordenação” e agendados semestralmente desde 2016-2.

18. CERTIFICADOS E DIPLOMAS EXPEDIDOS AOS CONCLUINTES DO CURSO

Será concedido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás o Certificado de Licenciatura em Letras – Português ao aluno que concluir todas as atividades previstas na matriz curricular do Curso, inclusive o Estágio Supervisionado, alcançar aprovação em todas as disciplinas e obtiver, pelo menos, 75% de frequência em cada disciplina que integra a estrutura curricular. Além disso, a conclusão do curso está vinculada à defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) pelo aluno, a uma banca examinadora. Tal certificado habilita o aluno para a prática profissional docente em Português e suas Literaturas, nos níveis fundamental e médio de ensino, e para a continuidade dos estudos em nível de pós-graduação.

19. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante, conceito criado pela Portaria nº 147, de 02 de fevereiro de 2007, é o responsável pela consolidação de um curso de graduação. Seu papel fundamental é acompanhar o Curso, avaliando as suas necessidades de reformulação, bem como incentivar as linhas de pesquisa e extensão a serem desenvolvidas pelos professores, zelar pela integralização curricular dos discentes, cuidar para que o Curso esteja atrelado às necessidades do mercado de trabalho e das políticas públicas educacionais de nosso país.

Podem compor o Núcleo Docente Estruturante professores do Colegiado de Letras com titulação *stricto sensu*, vinculados à instituição em regime de dedicação exclusiva e com experiência docente. A composição do NDE, no total de sete professores, também ocorre por eleição, sendo aconselhável que as mudanças na composição ocorram de forma parcial

e preservem a heterogeneidade de subáreas de conhecimento do Curso. O presidente do NDE sempre será o Coordenador do Curso e sua composição é publicada em portaria da instituição.

20. ATUAÇÃO DA COORDENAÇÃO DO CURSO

A escolha do Coordenador do Curso de Letras: Língua Portuguesa, acontecerá por meio de eleição do Colegiado do Curso, sendo composto pelos professores efetivos do Instituto Federal de Goiás que estiverem atuando no Curso de Letras durante o semestre letivo em que ocorrer a eleição.

São elegíveis:

- a) exclusivamente professores efetivos do IFG;
- b) exclusivamente professores efetivos lotados no Câmpus Goiânia;
- c) exclusivamente professores da área de linguagens;
- d) exclusivamente professores do Colegiado de Letras;
- e) preferencialmente professores com experiência profissional comprovada em magistério superior;
- f) preferencialmente professores com experiência profissional comprovada em gestão acadêmica;
- g) preferencialmente professores doutores.

Os critérios de (d) a (g) servem ainda como fatores de desempate no pleito.

Podem votar:

- I. exclusivamente professores do Colegiado de Letras;
- II. exclusivamente professores efetivos do IFG.

De acordo com a Resolução nº 09, de 01 de novembro de 2011, que regulamenta a

jornada de trabalho dos servidores docentes do Instituto Federal de Goiás, no artigo 51, inciso III, será destinada ao Coordenador de Curso uma carga horária de 30 horas para o cumprimento de suas atribuições, sendo que, por avaliação de necessidade feita em conjunto pelo Departamento de Áreas Acadêmicas e pelo Colegiado de Áreas, pode ser atribuída ao Coordenador a responsabilidade de 04 a 08 aulas semanais.

O Coordenador do Curso de Letras eleito fará parte do Conselho Departamental do Departamento I do Câmpus Goiânia, devendo participar das reuniões e deliberações do Departamento quando convocado. Além disso, trabalhará em conjunto com a Coordenação de Área de Linguagens, tendo em vista que as demandas da Área de linguagens influenciam diretamente no desenvolvimento do Curso de Letras.

Serão convocadas com frequência reuniões com o Colegiado do Curso de Letras com o fim de discutir critérios e instrumentos de avaliação, projetos de ensino, pesquisa e extensão, eventos, dificuldades de aprendizagem dos alunos, organização de tempo e espaço para o desenvolvimento das atividades pedagógicas, informes administrativos, demandas do Curso entre outros. A frequência das reuniões acontecerá de acordo com a necessidade de deliberações, no entanto, ocorrerão no mínimo duas reuniões do Colegiado por semestre letivo.

Cabe ao Coordenador do Curso estar em constante diálogo com os alunos e convocar os representantes discentes para reuniões cujo objetivo seja avaliar as dificuldades, reclamações e sugestões apresentadas pelas turmas. Será convocada pelo menos uma reunião por semestre letivo entre Coordenador e representantes discentes.

21. EMENTAS DAS DISCIPLINAS

As ementas das disciplinas com as respectivas bibliografias que integram a matriz curricular do curso de Letras estão apresentadas a seguir.

1º PERÍODO

PRÁTICA DE LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL

1º PERÍODO

(Carga Horária: 54h)

Ementa

Prática de leitura e de produção de textos de gêneros diversificados. Fatores de textualidade, organização, tessitura, contexto e construção de sentido. Prática de escrita, revisão e reescrita orientada de textos.

Referências Básicas

- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. **Lições de texto**. Leitura e redação. São Paulo: Ática, 2011.
- KOCH, I. V. **O texto e a construção de sentidos**. 8. ed. São Paulo, SP: Contexto, 2005.
- RIBEIRO, Ana Elisa. **Textos multimodais: leitura e produção**. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

Referências Complementares

- DELL'ISOLA, R. L. P. **Retextualização de gêneros escritos**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.
- DIONÍSIO, Ângela Paiva et alii. **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro, Lucerna, 2002.
- FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristovão. **Oficina de texto**. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- GERALDI, J. W. **O texto na sala de aula**. 4. Ed. São Paulo: Ática, 2006.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS LITERÁRIOS

1º PERÍODO

(Carga Horária: 54h)

Ementa

Conceitos fundamentais dos estudos literários. O conceito de literatura e suas relações com outros conceitos teóricos. Os gêneros literários e seus desdobramentos na contemporaneidade. Leituras de obras literárias fundamentais para a aplicação dos conceitos básicos dos estudos literários.

Referências Básicas

GOLDSTEIN, Norma. **Versos, sons, ritmos**. 14ª ed. São Paulo: Ática, 2006. LAJOLO, Marisa. **Literatura: leitores e leitura**. São Paulo: Moderna, 2001. SANT'ANNA, Affonso Romano de. **Paródia, paráfrase & Cia**. 7ª ed. São Paulo: Ática, 2000.

Referências Complementares

AUERBACH, E. **Introdução aos estudos literários**. São Paulo, Cultrix, 1972.
CANDIDO, A. **Literatura e Sociedade: estudos de teoria e história literária**. São Paulo: Nacional, 1976.
D'ONOFRIO, S. **Teoria do texto volume 1**. São Paulo: Ática, 1995.
JAKOBSON, R. **Linguística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1975.
SOUZA, R. A. de. **Iniciação aos estudos literários**. Objetos, disciplinas, instrumentos. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS LINGUÍSTICOS

1º PERÍODO

(Carga Horária: 81h)

Ementa

O estudo científico da linguagem: princípios epistemológicos. Panorama das abordagens linguísticas. Aquisição, processamento e ensino de língua. Níveis de análise linguística: fonologia, morfologia e sintaxe. Produção de glossário linguístico e de *corpus* de Análise Linguística do Português e de Línguas Estrangeiras e Indígenas (publicados em formato PDF).

Referências Básicas

FIORIN, J. L. (Org.). **Introdução à linguística (volumes 1 e 2)**: 5. Ed. São Paulo: Contexto, 2006.

LYONS, J. **Linguagem e linguística: uma introdução**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

SAUSSURE, F. de. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 1993.

Referências Complementares

CAMARA Jr., J. M. **Dicionário de linguística e gramática**. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUBOIS, J. et al. **Dicionário de linguística**. São Paulo: Cultrix, 1993.

MARTELOTTA, M. (Org.) **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2017.

MUSSALIM, F. & BENTES, A. C. **Introdução à linguística**. (vols. 1 e 2). São Paulo: Cortez, 2001.

SCHWINDT, L. (Org.) **Manual de linguística: fonologia, morfologia e sintaxe**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

LITERATURA INFANTIL E JUVENIL

1º PERÍODO

(Carga Horária: 54h)

Ementa

A formação do leitor de textos literários. A tradição oral e a literatura infantil e juvenil. A leitura da literatura infantil e juvenil em âmbito escolar brasileiro. Abordagens críticas para o texto infantil na contemporaneidade. Leitura de autores representativos de literatura infantil e juvenil brasileiros. Relação texto e ilustração. Orientação para contação de histórias em espaços formais e não formais de educação. Produção de Memórias Literárias dos graduandos.

Referências Básicas

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Trad. Dora Flaksman. São Paulo: LTC, 1981.

COELHO, N. N. **Literatura infantil. Teoria, análise, didática**. São Paulo: Ática, 1991.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **Literatura infantil brasileira. História & histórias**. 6. ed. São Paulo: Ática, 2006.

Referências Complementares

SOARES, Magda. A escolarização da Literatura infantil e juvenil. In: EVANGELISTA, Aracy; BRINA, H. & MACHADO, M. Zélia (Org.). **A escolarização da leitura literária: o jogo do livro infantil e juvenil**. 2ª. Ed. Belo Horizonte: CEALE/Autêntica, 2001.

SILVA, V. M. T.; TURCHI, M. Z. (Org.). **Literatura infanto-juvenil: leituras críticas**. Goiânia: Editora UFG, 2002.

Obras do Acervo do Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE) de autores representativos da Literatura Infantil/Juvenil disponíveis na Biblioteca do IFG – Câmpus Goiânia.

SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO

1º PERÍODO

(Carga Horária: 54h)

Ementa

Introdução à análise sociológica da educação. Pensamento Sociológico Clássico e Educação. Teorias sociológicas da educação. Educação, Estado, cultura e sociedade. Educação e desigualdades sociais. Processos sociopolíticos e processos educativos. Educação e mundo do trabalho.

Referências Básicas

BOURDIEU, P. e PASSERON, J-C. **A Reprodução**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1982.

DURKHEIM, E. **Educação e Sociologia**. 11ª edição, São Paulo, Melhoramentos, 1978.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, volume 2; edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 2ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

Referências Complementares

APPLE, Michael. **Ideologia e Currículo**. São Paulo, Brasiliense, 1982.

BOURDIEU, P. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 1998.

FREITAG, B. **Escola, Estado e Sociedade**. 6ª edição, São Paulo, Moraes, 1986.

GENTILI, P. e SILVA, T. T. (orgs.). **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação: visões críticas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MACHADO, L. **Educação e Divisão Social do Trabalho**. 2ª edição, São Paulo, Cortez, 1989.

PCC I

1º PERÍODO

(Carga Horária: 54h)

Ementa e bibliografia variáveis de acordo com o assunto a ser tratado no respectivo semestre em que a disciplina for ofertada.

2º PERÍODO

LEITURA E PRODUÇÃO DE GÊNEROS ACADÊMICOS

2º PERÍODO

(Carga Horária: 54h)

Ementa

Linguagem, leitura e produção textual na esfera acadêmica. Características do discurso acadêmico: polifonia e argumentatividade. Gêneros acadêmicos e aspectos da elaboração e editoração de textos científicos. Prática orientada de produção e revisão de textos acadêmicos.

Referências Básicas

- GARCIA, Othon M. **Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar.** Rio de Janeiro: FVG, 2010.
- MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas.** 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- PESCUMA, Derna; CASTILHO, Antonio Paulo. **Projeto de Pesquisa: O que é? Como fazer?** Um guia para sua elaboração. 8. ed. São Paulo: Olho d'Água, 2013.

Referências Complementares

- FARACO, C. A.; TEZZA, C. **Prática de texto para estudantes universitários.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. **Para entender o texto: leitura e redação.** 14. ed. São Paulo: Ática, 2007.
- KOCH, Ingedore V. **Desvendando os segredos do texto.** São Paulo: Cortez, 2006.
- MACHADO, Rachel (coord); LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lília Santos. **Planejar Gêneros Acadêmicos.** Rio de Janeiro: Parábola, 2007.
- MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela Rabuske. 2010. **Produção Textual na Universidade.** São Paulo: Parábola Editora.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

2º PERÍODO

(Carga Horária: 54h)

Ementa

A Educação como processo social. História da Educação: concepções e fontes históricas. As origens da educação pública no ocidente e as características da educação e da escola moderna. A educação brasileira na experiência histórica do ocidente: a era colonial e imperial. A História da educação brasileira na era republicana. Educação e relações étnico-raciais no Brasil. O processo de modernização do Brasil e os movimentos educacionais de luta pelo ensino público. A educação pública e privada no Brasil.

Referências Básicas

- CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: Ed.da UNESP, 1999.
- LOPES, Eliane Marta Teixeira. **O ensino público e suas origens. A instrução na Revolução Burguesa do século XVIII**. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2008.
- RIBEIRO, Maria Luiza dos Santos. **História da Educação Brasileira: a organização escolar**. São Paulo: Autores Associados, 2000.

Referências Complementares

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2006. Disponível em <file:///C:/Users/cliente/Downloads/O%20que%20%C3%A9%20educa%C3%A7%C3%A3o%20(1).pdf> Acesso em agosto de 2016.
- CASTRO, Mad'AnaDesirée Ribeiro de Castro. **O Proeja no Instituto Federal de Goiás: contradições, limites e perspectivas**. Curitiba: ppris, 2016. Cap.01
- COÊLHO, Ildeu Moreira (Org.). **Escritos sobre os sentidos da escola**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2012.
- LOPES, Eliane Marta Teixeira e outros (Orgs.) **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

XAVIER, Maria Elizabete e outros (Orgs). **História da educação: a escola no Brasil**. São Paulo: FTD, 1994.

FONÉTICA E FONOLOGIA

2º PERÍODO

(Carga Horária: 54h)

Ementa

Noções de fone e fonema. Concepções básicas de fonética e de fonologia. Teorias e métodos de análise fonológica. A relação fonética/fonologia e ensino da escrita. Utilização do laboratório de Linguagens para a prática de transcrição fonética e fonológica.

Referências Básicas

BRANDÃO, S. F. **Geografia linguística no Brasil**. São Paulo: Ática, 1989.

CALLOU, D.; LEITE, Y. **Iniciação à fonética e à fonologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

SILVA, T. C. **Fonética e fonologia do português**. São Paulo: Contexto, 1999.

Referências Complementares

BRAGA, M. L.; MOLLICA, M. C. **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2007.

CAGLIARI, L. C. **Alfabetização e Linguística**. São Paulo: Scipione, 1999.

CRYSTAL, D. **Dicionário de Linguística e Fonética**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

FERREIRO, E. **Alfabetização em processo**. 20ª.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LITERATURA BRASILEIRA I

2º PERÍODO

(Carga Horária: 54h)

Ementa

Elementos fundamentais da formação da literatura brasileira: autores e obras significativos; formas literárias e temas expressivos. Literatura e cultura nacionais e a construção da ideia de nação do Quinhentismo ao Romantismo

Referências Básicas

- BOSI, A. **História concisa da literatura brasileira**. 34ª ed. São Paulo: Cultrix, 1996.
- CANDIDO, A. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Itatiaia, 1993. 2 vol.
- MERQUIOR, J. G. **De Anchieta a Euclides: breve história da literatura brasileira**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

Referências Complementares

- ALENCAR, José de. **Iracema**. São Paulo: Melhoramentos, 2000.
- BUENO, Alexei (Org.). **Álvares de Azevedo – Obra Completa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 2000.
- FONSECA, Luís Adão da. **O sentido da novidade na Carta de Pêro Vaz de Caminha**. Disponível em:
- GUINSBURG, J. **O romantismo**. São Paulo: Perspectiva, 1993.
- MATOS, Gregório. **Poemas escolhidos**. Seleção, introdução e notas de José Miguel Wisnik. São Paulo: Cultrix, 1976.

TEORIAS DA ENUNCIÇÃO

2º PERÍODO

(Carga Horária: 81h)

Ementa

Historiografia dos estudos enunciativos e de seus postulados fundadores. Concepções de subjetividade e linguagem. Conceitos básicos desenvolvidos pelas teorias enunciativas. Contribuições dos estudos enunciativos para os estudos linguísticos e para o ensino da Língua Portuguesa enquanto língua materna e língua adicional. Produção de análises de práticas de uso da linguagem a partir dos pressupostos das teorias da enunciação.

Referências Básicas

- FIORIN, J. L. **As astúcias da enunciação**: as categorias de pessoa, tempo e espaço. São Paulo: Ática, 1996.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Trad. Michel Lahid e Yara Frateschi Vieira. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2009.
- FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. **Introdução à Linguística da Enunciação**. São Paulo: Contexto, 2012.

Referências Complementares

- BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 13.ed. São Paulo: Hucitec, 2009.
- BENVENISTE, E. **Problemas de linguística geral**. v.I. Campinas: Pontes, 1989.
- _____. **Problemas de linguística geral**. v.II. Campinas: Pontes, 1989.
- JOLY, M. C. R. A. **A tecnologia no ensino**: implicações para a aprendizagem. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.
- CHARAUDEAU, P. **Linguagem e discurso**: modos de organização. Trad. Angela M. S. Corrêa e Ida Lúcia Machado. São Paulo: Contexto, 2008.

MAINGUENEAU, D. **Cenas da enunciação**. Trad. Maria Cecília Pérez de Sousa-e-Silva. São Paulo: Parábola, 2008.

AS TECNOLOGIAS APLICADAS AO ENSINO

2º PERÍODO

(Carga Horária: 81h)

Ementa

O Ensino e as Novas Tecnologias. Visão histórica das TIC na Educação. Ferramentas tecnológicas e a construção de recursos didáticos. Tecnologias na formação do professor. Ambientes virtuais e sua aplicabilidade no sistema educativo. Experimentação de aulas usando as TICs no ambiente do IFG.

Referências Básicas

- MARCSCHI, Luiz Antônio. **Revista Linguagem & Ensino**, volume 4, nº 1, 2001. (p.79-111).
- MORN, J. M.; MASETTO, M.; BEHRENS, M. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 3. ed. Campinas: Papirus, 2001.
- TEDECO, J. C. **Educação e novas tecnologias**. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2004.

Referências Complementares

- ALVES, N. **Trajetórias e redes na formação de professores**. Rio de Janeiro: DPA Editora, 1998.
- JOLY, M. C. R. A. **A tecnologia no ensino: implicações para a aprendizagem**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.
- KENSKI, V. M. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. Campinas - SP: Papirus, 2003.
- KENSKI, V. M. **Educação à Distância: temas para debate de uma nova agenda educativa**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.
- ROMMEL M. B. **Ambientes Virtuais de Aprendizagem**. Porto Alegre: Ed. Artmed – RS, 2005.

PCC II

2º PERÍODO

(Carga Horária: 54h)

Ementa e bibliografia variáveis de acordo com o assunto a ser tratado no respectivo semestre em que a disciplina for ofertada.

3º PERÍODO

LÍNGUA, CULTURA E IDENTIDADE NO CONTEXTO LUSÓFONO

3º PERÍODO

(Carga Horária: 54h)

Ementa

Reflexões acerca da relação entre língua e cultura, conceito de lusofonia, as variedades do português, os Estudos Culturais, a relação entre língua, cultura, globalização e pós-colonialismo e as múltiplas identidades lusófonas construídas pela Língua Portuguesa. Produção e apresentação coletiva do projeto Aula Assembleia.

Referências Básicas

- BAHBHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- BASTOS, N.M. **Língua portuguesa: reflexões lusófonas**. São Paulo: PUC-EDUC, 2006.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

Referências Complementares

- CEVASCO, M.E. **Dez Lições sobre Estudos Culturais**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- LARAIA, R. B. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- LYOTARD, J. F. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio 1998.
- MARTINS, M.L. et al (ors). **Comunicação e Lusofonia**. Porto: Campo das Letras, 2006.
- TODOROV, T. **A conquista da América: a questão do outro**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MORFOLOGIA

3º PERÍODO

(Carga Horária: 54h)

Ementa

Morfema, seus tipos e análise mórfica. Processos morfofonológicos. Processos de Formação de palavras. Ensino de aspectos morfológicos e relações de sentido.

Referências básicas

KEHDI, V. **Morfemas do português**. São Paulo: Ática, 2001.

KEHDI, V. **Formação de palavras do português**. São Paulo: Ática, 2002.

ROSA, M. C. **Introdução à morfologia**. São Paulo: Contexto, 2000.

Referências complementares

BASÍLIO, M. **Estruturas lexicais do português**. Petrópolis: Vozes, 1980.

BASSO, R.; Ilari, R. **O português da gente: a língua que estudamos, a língua que falamos**. São Paulo: Contexto, 2007.

CARONE, F. **Morfossintaxe**. São Paulo: Ática, 1998.

GLEASON Jr., H. A. **Introdução à Linguística Descritiva**. 2.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.

PILLA, E. H. **Os neologismos do português e a face social da língua**. Porto Alegre, RS: AGE, 2002.

TEXTO E DISCURSO

3º PERÍODO

(Carga Horária: 54h)

Ementa

Historiografia dos estudos sobre texto e discurso. Concepções de texto e discurso. Fatores de textualidade. Mecanismos textuais e discursivos na produção de enunciados. Operadores de intertextualidade e interdiscursividade. Conceitos básicos da Linguística de Texto e dos Estudos Discursivos. Contribuições das teorias de texto e discurso para o ensino da Língua Portuguesa enquanto língua materna e língua adicional. Prática de análise e produção de materiais didáticos para o ensino da Língua Portuguesa.

Referências Básicas

- CUSTÓDIO FILHO, V. (Orgs.). **Texto e discurso sob múltiplos olhares: gêneros e sequências textuais** (v. 1). Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.
- FERNANDES, C. A. **Análise do Discurso: reflexões introdutórias**. 2.ed. São Carlos, SP: Claraluz, 2008.
- GUIMARÃES, E. **Texto, discurso e ensino**. São Paulo: Contexto, 2009.

Referências Complementares

- ELIAS, V. M. (org.). **Ensino de Língua Portuguesa: oralidade, escrita, leitura**. São Paulo: Contexto, 2011.
- ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 4.ed. Campinas, SP: Pontes, 2002.
- POSSENTI, S. Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: MUSSALIM, F.; KOCK, I. G. V.; ELIAS, V. M. **Ler e escrever: estratégias de produção textual**. São Paulo: Contexto, 2009.
- KOCK, I. G. V. **Desvendando os segredos do texto**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO

3º PERÍODO

(Carga Horária: 54h)

Ementa

Natureza e sentido da filosofia e da educação. Estudo de temas, problemas e concepções filosóficas da educação. Filosofia e educação ao longo da história: a Paidéia grega; a educação no medievo; o ideal da educação moderna; a educação na contemporaneidade.

Referências Básicas

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Moderna, 2006.

KONDER, Leandro. **Filosofia e Educação: de Sócrates a Habermas**. São Paulo: Forma e Ação, 2006.

PAGNI, Pedro A.; SILVA, Divino J. (Orgs). **Introdução à Filosofia da Educação: temas contemporâneos**. São Paulo: Avercamp, 2007.

Referências Complementares

ADORNO, Theodor. **Educação e Emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

KANT, I. **Sobre a Pedagogia**. Trad. De Francisco CockFontanella. Piracicaba, SP: Editora Unimep, 1996.

NIETZSCHE, F. **Escritos sobre Educação**. São Paulo; Rio de Janeiro: Loyola; PUC-Rio, 2007.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**, 9 ed. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: UNESCO, 2004.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da Educação**. Trad. De Roberto Leal Ferreira. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

LITERATURA BRASILEIRA II

3º PERÍODO

(Carga Horária: 54h)

Ementa

Estudo de autores e textos representativos do Realismo ao Pré-Modernismo. A literatura nacional e suas relações com a vida sociocultural brasileira.

Referências Básicas

CANDIDO, Antonio. Esquema de Machado de Assis. In: _____. **Vários escritos**. São Paulo: Duas Cidades, 1977. p. 13-32.

BOSI, A. **Machado de Assis: o enigma do olhar**. São Paulo: Ática, 1999.

_____. **Literatura e resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Referências Complementares

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. **50 contos de Machado de Assis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

AZEVEDO, Aluísio. **O cortiço**. Porto Alegre: L&PM, 1998.

BARRETO, Lima. **Triste fim de Policarpo Quaresma**. São Paulo: Scipione, 1997.

BILAC, Olavo. **Melhores poemas**. 4ª ed. São Paulo: Global, 2003.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. São Paulo: Abril, 2010.

PCC III

3º PERÍODO

(Carga Horária: 54h)

Ementa e bibliografia variáveis de acordo com o assunto a ser tratado no respectivo semestre em que a disciplina for ofertada.

4º PERÍODO

LINGUÍSTICA APLICADA

4º PERÍODO

(Carga Horária: 54h)

Ementa

Estudo dos pressupostos e possibilidades de atuação da Linguística Aplicada. Implicações interdisciplinares no ensino e aprendizagem do português como língua materna e não materna. Políticas linguísticas e de universalização da Língua Portuguesa. Identidades, práticas linguísticas e processos educativos na contemporaneidade. Pesquisa orientada de livros didáticos e elaboração de planos de aula e sequência didática.

Referências Básicas

- ALVAREZ, Maria Luisa Ortiz; GONÇALVES, Luis. (Org.). **O mundo do português e português no mundo afora**: especificidades, implicações e ações. Campinas, S. P.: Pontes Editores, 2016.
- MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **Linguística Aplicada na Modernidade Recente**: Festschrift para Antonieta Celani. 1ª. ed. São Paulo: Parábola, 2013.
- SIGNORINI, Inês. (Org.). **Língua(gem) e identidade**. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

Referências Complementares

- ALMEIDA FILHO, José Carlos Paes de. **Fundamentos de abordagem e formação no ensino de PLE e de outras línguas**. Campinas S.P.: Pontes Editores, 2011.
- FERREIRA, Maria Cristina Faria Delacorte; REICHMANN, Carla Lynn; ROMERO; Tania Regina de Souza. (Org.). **Construções Identitárias de professores de línguas**. Campinas, S. P.: Editora Pontes, 2016.
- MOITA LOPES, L. P. (Org.). **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- OSÓRIO, Paulo (Org.). **Teorias e Usos linguísticos**. Aplicação ao português língua não materna. Lisboa: Lidel Editoras, 2017.
- BAGNO, M. **A língua de Eulália**: novela sociolinguística. São Paulo: Contexto, 2001.

RAJAGOPALAN, Kanavillil; FERREIRA, D. M. M. **Políticas em linguagem**: perspectivas identitárias. São Paulo: Editora Mackenzie, 2006.

SINTAXE

4º PERÍODO

(Carga Horária: 81h)

Ementa

A Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) e a Tradição Gramatical: passado, presente e futuro. A sintaxe a partir de uma perspectiva científica. Sintagma e seus constituintes imediatos. Relações sintagmáticas na oração e no período. Operadores argumentativos e relações de coordenação, subordinação e produção de sentido. O Programa Gerativista. Aquisição de linguagem. A arquitetura da gramática. Sintaxe e o ensino de Língua Portuguesa. Produção de Glossário Linguístico (relacionado à sintaxe) e de *corpus* de Análise Linguística do Português (publicados em formato PDF).

Referências Básicas

- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 38. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015. 689 p.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lexicon, 2013.
- ROCHA LIMA. **Gramática normativa da Língua Portuguesa**. 49. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

Referências Complementares

- FIORIN, J. L. (Org.). **Introdução à linguística**: princípios de análise. São Paulo: Contexto, 2002.
- MÜLLER, A.; NEGRÃO, E.; FOLTRAN, M. **Semântica Formal**. São Paulo: Contexto, 2003. MUSSALIM, F. & BENTES, A. C. **Introdução à linguística**. (vols. 1 e 2). São Paulo: Cortez, 2001.
- KOCH, I.; SOUZA E SILVA, C. P. **Linguística aplicada ao português**: Sintaxe. São

Paulo: Cortez, 2011.

KURY, A. **Novas Lições de Análise Sintática**. São Paulo: Ática, 2003.

LITERATURA BRASILEIRA III

4º PERÍODO

(Carga Horária: 54h)

Ementa

Modernidade e Modernismo na Literatura Brasileira. Estudo de autores e textos representativos do Modernismo e da literatura nacional contemporânea e suas relações com a vida sociocultural brasileira.

Referências Básicas

LAFETÁ, J. L. **1930: a crítica e o Modernismo**. 2 ed. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

_____. **A dimensão da noite e outros ensaios**. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2004.

TELES, Gilberto Mendonça. **Vanguarda europeia e Modernismo brasileiro**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1985.

Referências Complementares

AMADO, Jorge. **Capitães da Areia**. Rio de Janeiro: Companhia de Bolso, 2009.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Poesia completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

LISPECTOR, Clarice. **Laços de Família**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

NETO, João Cabral de Melo. **Morte e vida Severina**. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2007.

RAMOS, Graciliano. **Vidas secas**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

ROSA, João Guimarães. **Primeiras estórias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

LIBRAS

4º PERÍODO

(Carga Horária: 54h)

Ementa

Introdução: aspectos clínicos, educacionais e sócio antropológicos da surdez. A Língua de Sinais Brasileira - Libras: características básicas da fonologia. Noções básicas de léxico, de morfologia e de sintaxe com apoio de recursos audiovisuais. Noções de variação. Praticar Libras: desenvolver a expressão visual-espacial.

Referências Básicas

- CAPOVILLA, Fernando C.; RAPHAEL, Walquiria D. **Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilingue da Língua de Sinais Brasileira**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2001.
- GESSER, Audrei. **LIBRAS: que língua é essa?** São Paulo: Parábola, 2009.
- QUADROS, Ronice M. de; KARNOPP, Lodenir B. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Referências Complementares

- BRASIL. Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Disponível em: <http://planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/2002/L10436.html>. Acesso em 04 de out. 2012.
- BRASIL. Lei n.º 5626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.html>. Acesso em 04 out. 2012.
- BRITO, Lucinda Ferreira. **Por uma gramática de línguas de sinais**. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 1995.
- FELIPE, Tânia A. **Libras em contexto**. Brasília Editor: MEC/SEESP Nº Edição: 7 Ano: 2010.

QUADROS, R. M. **O tradutor de língua brasileira de sinais e Língua Portuguesa**. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/tradutorlibras.pdf>>.

DIDÁTICA

4º PERÍODO

(Carga Horária: 54h)

Ementa

A prática pedagógica escolar enquanto prática social. Campo contemporâneo da Didática. Estudo dos fundamentos epistemológicos da Didática na formação do educador e na construção da identidade docente. Relações fundamentais no processo de trabalho docente: ensino/aprendizagem; sujeito/objeto; teoria/prática; conteúdo/método; professor/aluno. Componentes do processo de ensino e de aprendizagem. Organização da dinâmica da prática pedagógica e do conhecimento escolar: o processo do planejamento. Os objetivos de ensino. Metodologia e procedimentos. O processo de avaliação.

Referências Básicas

CANDAU, V. M. **A Didática em questão**. 32 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

VEIGA, I. P. A. **Didática: o ensino e suas relações**. 7 ed. São Paulo: Papyrus, 2003.

Referências Complementares

GASPARIN, J. L. **Comênio ou a arte de ensinar tudo a todos**. Campinas: Papyrus, 1994.

OLIVEIRA, M. R. S. (org). **Didática: ruptura, compromisso e pesquisa**. 2 ed. Campinas: Papyrus, 1995.

PILLETI, C. **Didática**. São Paulo: Ática, 2007.

PIMENTA, S. G. **Didática e formação de professores**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SACRISTÁN, J.G; GÓMEZ, A. I. P. **Comprender e transformar o ensino**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

PCC IV

4º PERÍODO

(Carga Horária: 54h)

Ementa e bibliografia variáveis de acordo com o assunto a ser tratado no respectivo semestre em que a disciplina for ofertada.

5º PERÍODO

LITERATURA PORTUGUESA I

5º PERÍODO

(Carga Horária: 54h)

Ementa

Análise de manifestações da Literatura Portuguesa formadoras da identidade e do imaginário lusitano. Discussão do conceito de nação em diálogo com textos da Literatura Brasileira e Universal e com as várias formas de produção cultural com que a Literatura Portuguesa interage. Estudo de autores e textos representativos do Trovadorismo ao Romantismo e suas relações com a vida sociocultural portuguesa. Organização de um Sarau Literário.

Referências Básicas

FRANÇA, J. A. **O Romantismo em Portugal**. Lisboa: Livros Horizonte, 1993.

MOISÉS, Massaud. **A Literatura Portuguesa através dos textos**. São Paulo: Cultrix, 1995.

SARAIVA, Antônio José. **Iniciação à Literatura Portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Referências Complementares

BOCAGE, Manoel Maria Barbosa du. **Sonetos completos de Bocage**. 2ª ed. São Paulo: Global, 1985.

CASTELO BRANCO, Camilo. **Amor de perdição**. São Paulo: Scipione, 1997.

GARRET, Almeida. **Frei Luís de Sousa**. São Paulo: Martin Claret, 2009.

VICENTE, Gil. **Auto da barca do inferno**. São Paulo: Ática, 2006.

CAMÕES, Luís Vaz de. **Os lusíadas**. São Paulo: Abril, 2010.

LABORATÓRIO DE GRAMÁTICA

5º PERÍODO

(Carga Horária: 81h)

Ementa

Pressupostos epistemológicos que subsidiam a elaboração e organização das Gramáticas contemporâneas do português. Reflexões sobre o uso do instrumento pedagógico *gramática*. Elaboração de estratégias didático-pedagógicas para o ensino de análise linguística. Criação de planos de aula, sequência didática, proposta de avaliação (publicadas em formato PDF) e experimentação de aulas-piloto em situações reais no próprio IFG (registradas por foto e vídeo).

Referências Básicas

BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. Rio de Janeiro: YHL, 1999.

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2008.

ROCHA LIMA. **Gramática normativa da Língua Portuguesa**. 49. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

Referências Complementares

BRASIL, (sem data). **PCN+ Ensino Médio: linguagens, códigos e suas tecnologias**.

Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/linguagens02.pdf>>

Acesso em: 5 dez. 2015.

CASTILHO, A. **Nova Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

LOBATO, L. **Linguística e ensino de línguas**. Brasília: Editora UnB, 2015.

NEVES, M.; CASSEB-GALVÃO, V. (Org.). **Gramáticas contemporâneas do português:** com a palavra, os autores. São Paulo: Parábola, 2014.

OLIVEIRA, R.; QUAREZEMIN, S. **Gramáticas na escola.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM LPI

5º PERÍODO

(Carga Horária: 54h)

Ementa

Aproximação do licenciando à realidade na qual atuará, possibilitando confrontos e paralelos entre o real vivido nos espaços educacionais formais ou não formais, apresentando-o às concepções de ensino e aprendizagem, docência e trabalho escolar. Expansão do conceito de docência por meio de situações de aprendizagem que envolvem o ensino, a pesquisa e a extensão. Estímulo ao desenvolvimento da estética da sensibilidade, da igualdade e equidade, da autonomia, da reflexão, da ética, da criatividade, realçando a humanização das relações. Relatório de Estágio I.

Referências Básicas

GADOTTI, Moacir. **A escola e o professor:** Paulo Freire e a paixão de ensinar. São Paulo: Publisher, 2007.

CONTRERAS, José. **Autonomia de professores.** São Paulo: Cortez, 2002.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

Referências Complementares

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC.** Brasília, DF, 2017.

SCHÖN, D. A. **Educando o profissional reflexivo:** um novo design para o ensino e a aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2003.

ALARCÃO, Isabel. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva.** 3 ed. São Paulo:

Cortez, 2003.

KLEIMAN, Ângela (org). **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita.** Campinas, SP: Mercado das Letras, 1995.

FUNDAMENTOS DA APRENDIZAGEM DO PORTUGUÊS COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA

5º PERÍODO

(Carga Horária: 54h)

Ementa

Linguagem oral, linguagem escrita e midiática. Competências e habilidades necessárias ao ensino de língua portuguesa como língua estrangeira. Metodologias de ensino e materiais didáticos para o ensino da língua portuguesa como língua estrangeira.

Referências Básicas

ALMEIDA FILHO, José Carlos Paes. **Fundamentos de abordagem e formação no ensino de PLE e de outras línguas.** Campinas: Pontes Editores, 2011.

SILVEIRA, Regina Célia Pagliuchi da (Org.). **Português língua estrangeira: perspectivas.** São Paulo: Cortez, 1998.

MENDES, E. (Org.). **Diálogos Interculturais: ensino e formação em português língua estrangeira: ensino e formação docente.** Campinas: Pontes, 2011.

Referências Complementares

ALMEIDA FILHO, José Carlos Paes; LOMBELLO, Leonor C. (Org.). **O ensino de português para estrangeiros: pressupostos para o planejamento de cursos e elaboração de materiais.** Campinas: Pontes, 1999.

ALMEIDA FILHO, José Carlos Paes; LOMBELLO, Leonor C. (Org.). **Identidade e caminhos no ensino de português para estrangeiros.** Campinas, Editora da Unicamp/Pontes, 1992.

BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção. “Concepção de língua e de cultura no ensino-aprendizagem de língua estrangeira”. In: Gattolin, Sandra Regina Buttros; Miotello, Valdemir; Signori, Mônica Baltazar Diniz. **Década: dez anos entre o aprender e o ensinar linguagens,** São Carlos: Pedro e João Editores: 2007, p. 107-119.

BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção (Org.) **Tópicos em português língua estrangeira.** Brasília:

Edunb, 2002.

MENDES, E. (Org.). **Diálogos Interculturais: ensino e formação em português língua estrangeira: ensino e formação docente.** Campinas: Pontes, 2011.

PCC V

5º PERÍODO

(Carga Horária: 54h)

Ementa e bibliografia variáveis de acordo com o assunto a ser tratado no respectivo semestre em que a disciplina for ofertada.

OPTATIVA

5º PERÍODO

(Carga Horária: 54h)

Ementa e bibliografia variáveis de acordo com o assunto a ser tratado no respectivo semestre em que a disciplina for ofertada.

6º PERÍODO

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

6º PERÍODO

(Carga Horária: 54h)

Ementa

Marcos históricos, políticos, econômicos, sociais e culturais da educação de jovens e adultos trabalhos no Brasil. Políticas públicas e legislação educacional para a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Sujeitos da EJA. Especificidades formativas da EJA. Formação de professores para a EJA. Práticas e saberes pedagógicos na EJA. Educação popular e movimentos sociais e sua relação com a EJA.

Referências Básicas

- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005
- OLIVEIRA, Inês Barbosa de; PAIVA, Jane (orgs.). **Educação de Jovens e Adultos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- PAIVA, Vanilda. **História da Educação Popular no Brasil: educação popular e educação de adultos**. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

Referências Complementares

- SOARES, Leôncio, GIOVANETTE, Maria Amélia Gomes de Castro, GOMES, Nilma Lino. **Diálogos na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- CASTRO, Mad'AnaDesirée Ribeiro de Castro. **O Proeja no Instituto Federal de Goiás: contradições, limites e perspectivas**. Curitiba: Appris, 2016.
- KHOL, Marta de Oliveira. **Jovens e Adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem in: Educação de jovens e adultos: novos leitores, novas leituras**, RIBEIRO, Vera Masagão (org). Campinas, São Paulo: Mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil-ALB; São Paulo: Ação Educativa, 2001. (Coleção Leituras do Brasil).
- MACHADO, Maria Margarida. A educação de jovens e adultos no Brasil pós-lei nº 9394/96: a

possibilidade de constituir-se como política pública. **Em Aberto**. Brasília, v. 22, n. 82, nov. 2009, p. 17-39.

VENTURA, Jaqueline P. **Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores no Brasil**: revendo alguns marcos históricos. Disponível em: <<http://www.uff.br/ejatrabalhadores/artigo-01.htm>>

LITERATURA PORTUGUESA II

6º PERÍODO

(Carga Horária: 54h)

Ementa

Análise de manifestações da Literatura Portuguesa formadoras da identidade e do imaginário lusitano. Discussão do conceito de nação em diálogo com textos da Literatura Brasileira e Universal e com as várias formas de produção cultural com que a Literatura Portuguesa interage. Estudo de autores e textos representativos do Realismo ao Modernismo e suas relações com a vida sociocultural portuguesa. Experimentação da Pedagogia de Projetos para a fruição da Literatura Portuguesa (saraus e cafés literários, ciranda de livros, dramatizações e exposição de textos e autores).

Referências Básicas

MOISÉS, Massaud. **Fernando Pessoa: o espelho e a esfinge**. 3ª ed. São Paulo: Cultrix, 1998.

_____. **A Literatura Portuguesa**. São Paulo: Cultrix, 1999.

PAIS, Amélia Pinto. **Para compreender Fernando Pessoa**: uma aproximação a Fernando Pessoa e seus heterônimos. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

PAIXÃO, Fernando. **Narciso em sacrifício**: a poética de Mário de Sá-Carneiro. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2003.

Referências Complementares

ESPANCA, Florbela. **Sonetos**. Rio de Janeiro, Bertrand, 1998.

PATRÍCIO, Antonio. **Teatro completo**. Assírio e Alvim, 1982.

PESSOA, Fernando. **Ficções do interlúdio**: 1914-1935. Lisboa: Assírio e Alvim, 1998.

_____. **Mensagem**. São Paulo: Abril, 2010.

QUEIRÓS, Eça de. **O primo Basílio**. São Paulo: Abril, 2010.

SÁ-CARNEIRO, Mário de. **Obra completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995.

SARAIVA, A. J. **As ideias de Eça de Queirós**. Lisboa: Bertrand, 1982.

METODOLOGIA CIENTÍFICA

6º PERÍODO

(Carga Horária: 54h)

Ementa

Caracterização do trabalho científico. Normas de apresentação dos trabalhos científicos, tendo por referência as normatizações definidas pela ABNT – Associação Brasileira de Normas e Técnicas. Elaboração de projeto de pesquisa: planejamento e estrutura.

Referências Básicas

CERVO, A. L.; BERVIAN, P.A. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2007.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Referências complementares

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. **Informação e documentação**. NBR 6027:2012; NBR 6024: 2012; NBR 10719:2011; NBR 14724:2011; NBR 15287:2011; NBR 15437:2006; NBR 6028:2003; NBR 10520:2002; NBR 6023:2002.

ANDRADE, M.M. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2000.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. São Paulo: Saraiva, 2006.

CASTRO, C. M. **Estrutura e apresentação de publicações científicas**. São Paulo: Atlas, 1986.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM LP II

6º PERÍODO

(Carga Horária: 108h)

Ementa

Reflexão do estágio enquanto processo formativo e prática de pesquisa. O papel da escola campo. Atividades de observação, estudo e registros na escola campo. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (Língua Portuguesa): possibilidades e problematizações para o ensino de Língua Portuguesa. Relatório de Estágio II.

Referências Básicas

ANTUNES, I. **Aula de português: encontro e interação**. 7.ed. São Paulo: Parábola, 2003.
GERALDI, J. W. **A aula como acontecimento**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.
ORLANDI, E. P. **Discurso e Leitura**. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

Referências Complementares

BRANDÃO, H. N. **Gêneros do discurso na escola**. v.5. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2011.
BRASIL, (sem data). **PCN+ Ensino Médio: linguagens, códigos e suas tecnologias**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/linguagens02.pdf>> Acesso em: 5 dez. 2015.
BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Seção 1, 23 dez. 1996, página 27833.
FAZENDA, I. **A prática de Ensino e o Estágio Supervisionado**. Campinas: Papirus, 1991.

PIMENTA, S. G. **Estágio e docência**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA

6º PERÍODO

(Carga Horária: 54h)

Ementa

Atualidade das questões étnico-raciais no Brasil: africanos, afrodescendentes e indígenas; identidade e etnias; aspectos do racismo no Brasil. Histórico e significado das políticas de ação afirmativa. O indígena e sua situação na sociedade brasileira, aspectos do movimento indígena; Educação das relações étnico-raciais no Brasil: políticas e objetivos.

Referências Básicas

LEI 11.645/2008 (LEI ORDINÁRIA) 10/03/2008.

BRASIL. Senado Federal. **Estatuto da igualdade racial**. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afrodescendente e Africana**. Brasília, 2004.

Referências Complementares

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. **Em torno das “Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana”**: uma conversa com historiadores. *Estud. Hist.*. (Rio J.) [online]. 2008, vol. 21, n.41 [citado 2015-10-12], pp. 5-20.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro,

Editora FGV, 2010.

TELLES, Lorena Féres da Silva. **Libertas entre sobrados**: mulheres e trabalho doméstico em São Paulo (1800-1920). São Paulo, Alameda, 2013.

WITTMAN, Luisa Tombini (org.). **Ensino (d)e História Indígena**. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2015.

PCC VI

6º PERÍODO

(Carga Horária: 54h)

Ementa e bibliografia variáveis de acordo com o assunto a ser tratado no respectivo semestre em que a disciplina for ofertada.

OPTATIVA

6º PERÍODO

(Carga Horária: 54h)

Ementa e bibliografia variáveis de acordo com o assunto a ser tratado no respectivo semestre em que a disciplina for ofertada.

7º PERÍODO

POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO

7º PERÍODO

(Carga Horária: 54h)

Ementa

Estado e políticas educacionais no contexto das políticas públicas sociais. Estrutura e organização da educação básica e da educação superior na contemporaneidade. Legislação e políticas educacionais no Brasil e em Goiás. Debates atuais no campo das políticas educacionais com foco na educação básica.

Referências Básicas

- AZEVEDO, Janete. **A educação como política pública**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. Coleção Polêmica do Nosso Tempo.
- LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2012.
- BALL, Stephen J; MAINARDES, Jefferson (orgs.). **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.

Referências Complementares

- PERONI, Vera. **Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2003.
- FERREIRA, Eliza Bartolozzi; OLIVEIRA, Dalila Andrade. (orgs.). **Crise da escola e políticas educativas**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** (Art. 6º; 205 - 214).

BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

GOIÁS. Lei complementar nº 26, de 28 de dezembro de 1998. Estabelece as diretrizes e bases do Sistema Educativo do Estado de Goiás.

LITERATURA AFRICANA

7º PERÍODO

(Carga Horária: 54h)

Ementa

Estudo de obras de autores expoentes das literaturas africanas em Língua Portuguesa. Literatura e colonialismo. Literatura e engajamento. Literatura e negritude. O ensino das literaturas africanas de Língua Portuguesa na escola brasileira: as possibilidades por meio de sequências didáticas.

Referências Básicas

ABDALA JR., B. **Literatura, história e política.** São Paulo: Ática, 1989, 199 p.

FERREIRA, M. **Literaturas africanas de expressão portuguesa.** 2ª ed. Lisboa: ICALP, 1987, 2 vols. 142 p. e 152 p.

SANTILLI, M. A. C. B. **Africanidade:** contornos literários. São Paulo: Ática, 1985, 111 p.

Referências Complementares

COUTO, Mia. **Terra Sonâmbula.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007. FERREIRA, M. **50 poetas africanos.** Lisboa: Plátano, 1989.

FERREIRA, M. **50 poetas africanos.** Lisboa: Plátano, 1989.

MATA, I. **Pelos trilhos da literatura africana em Língua Portuguesa.** Pontevedra/Braga: cadernos do Povo, 1992.

MEMMI, A. **Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977

RUI, Manuel. **Quem me Dera ser Onda.** Lisboa: Editorial Caminho, 2007.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM LP III

7º PERÍODO

(Carga Horária: 108h)

Ementa

O ensino de Literatura nos níveis fundamental e médio. Língua Portuguesa, Literaturas e ensino/aprendizagem no contexto das novas tecnologias. Relatório de Estágio III e Seminário dos Estágios: produção, apresentação e problematização da experiência final de estágio.

Referências Básicas

- BRASIL, MEC. Linguagens, Códigos e suas Tecnologias/Secretaria de Educação Básica. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio**; volume 1.
- BRANDÃO, Helena Nagamine (Coord.). **Gêneros do discurso na escola**. São Paulo: Cortez, 2000. (Coleção aprender e ensinar com textos; v. 5).
- PAULINO, Graça; WALTY, Ivete (Org.). **Teoria da literatura na escola**. Belo Horizonte: Editora Lê, 1994.

Referências Complementares

- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Seção 1, 23 dez. 1996, página 27833.
- PAULINO, Graça et al. **Tipos de textos, modos de leitura**. Belo Horizonte: Formato Editorial, 2001.

SOARES, Magda. A escolarização da Literatura infantil e juvenil. In: EVANGELISTA, Aracy; BRINA, H. & MACHADO, M. Zélia (Org.). **A escolarização da leitura literária**: o jogo do livro infantil e juvenil. 2^a. Ed. Belo Horizonte: CEALE/Autêntica, 2001.

PAULINO, Graça; COSSON, Rildo (Orgs.). **Leitura literária**: a mediação escolar. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2004.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

PCC VII

7º PERÍODO

(Carga Horária: 54h)

Ementa e bibliografia variáveis de acordo com o assunto a ser tratado no respectivo semestre em que a disciplina for ofertada.

OPTATIVA

7º PERÍODO

(Carga Horária: 54h)

Ementa e bibliografia variáveis de acordo com o assunto a ser tratado no respectivo semestre em que a disciplina for ofertada.

8º PERÍODO

GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO EDUCACIONAL

8º PERÍODO

(Carga Horária: 54h)

Ementa

Os espaços educativos na sociedade contemporânea: organização e gestão dos processos educativos, trabalho docente; gestão da educação contemporânea brasileira; a gestão democrática; o projeto político- pedagógico coletivo; gestão na escola pública.

Referências básicas

ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1998

DOURADO, Luis F. (Org.). **Gestão Escolar democrática**: a perspectiva dos dirigentes escolares na rede municipal de ensino de Goiânia-GO. Goiânia: Alternativa, 2004.

LIBÂNEO, José C. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. Goiânia: Editora do autor, 2000.

Referências complementares

ALMEIDA, Maria Isabel de. Formação contínua de professores: múltiplas possibilidades e inúmeros parceiros. In: BRASIL. TVE. **Formação contínua de professores**. Boletim 12: Agosto, 2005.

CURY, Carlos R. J. A gestão democrática na escola e o direito à educação. **Revista**

Brasileira de Política e Administração da Educação. Porto Alegre: ANPAE, v.23, nº 3, set./dez.2007.

DOURADO, Luiz F. **Plano Nacional de Educação** (2011-2020): avaliação e perspectivas.

2ª ed. Goiânia: Editora UFG, Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

FONSECA, Marília; TOSCHI, Mirza S.; OLIVEIRA, João F. (orgs.). **Escolas gerenciadas:** planos de desenvolvimento e projetos político-pedagógicos em debate. Goiânia: Ed. Da UCG, 2004.

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real.** 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.

TCC

8º PERÍODO

(Carga Horária: 108h)

Ementa

Desenvolvimento e finalização da pesquisa iniciada na disciplina TCC 1.

Referências Básicas

De acordo com a pesquisa escolhida pelo(a) aluno(a) e indicada pelo(a) professor(a) orientador(a).

Referências Complementares

De acordo com a pesquisa escolhida pelo(a) aluno(a) e indicada pelo(a) professor(a) orientador(a).

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM LP IV

8º PERÍODO

(Carga Horária: 108h)

Ementa

Estratégias didáticas para o ensino e a aprendizagem do português como língua materna e não materna: propostas investigativas e/ou projetos. Aproximações entre ensino e pesquisa de Língua Portuguesa na perspectiva do PB e na perspectiva do PLE. As diferentes formas de avaliação no ensino de Língua Portuguesa na interseção PB e PLE. Elaboração e execução de oficinas com fontes e metodologias aplicadas ao ensino de PB e PLE. Relatório de Estágio IV.

Referências Básicas

- BRASIL. Ministério da Educação. **Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros**: Manual do Candidato. Brasília: Ministério da Educação, 2013. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/outras_acoes/celpe_bras/manual/2012/manual_examinando_celpebras.pdf>. Acesso em: 29 agosto 2014.
- COURA-SOBRINHO, J.; DELL'ISOLA, R. L. P. O contrato de comunicação na avaliação de proficiência em língua estrangeira. In: JÚDICE, N.; DELL'ISOLA, R. L. P. **Português-Língua Estrangeira**: novos diálogos. Niterói: Intertexto, 2009.
- DELL'ISOLA, R. L. P. et al. A avaliação de proficiência em português língua estrangeira: o exame CELPE-Bras. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 3, nº 1, p.

153-164, 2003.

Referências Complementares

- ALMEIDA FILHO, J. C. P. A Linguística Aplicada na grande área da Linguagem. In: SILVA, K. A.; ORTIZ ALVAREZ, M. L. (Org.). *Perspectivas em Linguística Aplicada*. Campinas: pontes Editores, 2008.
- ALMEIDA FILHO, J. C. P. O ensino de português como língua não-nativa. In: *Biblioteca Virtual do Museu da Língua Portuguesa*. São Paulo, 2006.
- DINIZ, L. R. A. **Mercado de línguas**: a instrumentalização brasileira do português como língua estrangeira. Campinas: RG, 2010.
- DINIZ, L. R. A. **Política linguística do Estado brasileiro na Contemporaneidade**: a institucionalização de mecanismos de promoção da língua nacional no exterior. Tese (Doutorado em Linguística). Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2012.
- MARCHAND, M. **Português para estrangeiros**. Porto Alegre: Edições Sulinas, 1957.

PCC VIII

8º PERÍODO

(Carga Horária: 54h)

Ementa e bibliografia variáveis de acordo com o assunto a ser tratado no respectivo semestre em que a disciplina for ofertada.

OPTATIVA

8º PERÍODO

(Carga Horária: 54h)

Ementa e bibliografia variáveis de acordo com o assunto a ser tratado no respectivo semestre em que a disciplina for ofertada.

DISCIPLINAS OPTATIVAS:

Histórias da Leitura e da Escrita

Ementa

História do desenvolvimento da escrita no mundo e no Brasil. Práticas de leitura na história da humanidade. Condições sociais, históricas, culturais e econômicas das produções escritas e dos modos de ler. Escrita e leitura como constituintes do processo de subjetivação dos sujeitos. Hierarquização das práticas escritas e de leitura. Suportes materiais para a escrita e a leitura. Tecnologias de conhecimento e transformações nos modos de ler e escrever.

Referências Básicas

- CHARTIER, R. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. Trad. Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: UNESP, 1999.
- FISCHER, S. R. **História da escrita**. Trad. Mirna Pinsky. São Paulo: UNESP, 2009.
- MANGUEL, A. **Uma história da leitura**. Trad. Pedro Maia Soares. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Referências Complementares

- DARNTON, R. **A questão dos livros: passado, presente e futuro**. Trad. Daniel Pellizzari. São Paulo, Companhia das Letras: 2010.
- ECO, U.; CARRIÈRE, J. **_não contem com o fim do livro**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- ESLAVA, F. V. Literatura marginal: o assalto ao poder da escrita. **Estudos de literatura brasileira contemporânea**, Brasília, n. 24, p.35-51, jul-dez. 2004. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/2151/14013>> Acesso em: mar. 2018.
- FOUCAULT, M. **O que é um autor?** Lisboa: Passagens, 1992.
- _____. **A hermenêutica do sujeito**. Trad. Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. 3.ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.
- HIGOUNET, C. **História concisa da escrita**. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

Análise Sintática Gerativa

Ementa

Introdução à sintaxe gerativista (Chomsky, 1965, 1981, 1995), compreendendo a Teoria de Regência e Ligação e o Programa Minimalista. Análise da formação de sentenças: estrutura arbórea; combinação de núcleo com seus argumentos e de sintagmas com seus adjuntos; movimento de constituinte para posição argumental e posição não argumental; combinação de expressões referenciais; movimento de núcleos e sintagmas. Estudo da sintaxe da língua portuguesa (português culto falado). Linguística formalista e o ensino de língua. Aquisição de L1 e L2.

Referências Básicas

CHOMSKY, N. **Arquitetura da linguagem**. Bauru, SP: Edusc, 2008.

KATO, M. A.; NASCIMENTO, M. Gramática do Português Culto Falado no Brasil. Volume III – A construção da sentença. In.: CASTILHO, A. T. (Coord.). **Gramática do português culto falado no Brasil**. Campinas: UNICAMP, 2009.

MIOTO; SILVA; LOPES. **Novo manual de sintaxe**. São Paulo, SP: Contexto, 2013.

Referências Complementares

CANÇADO, M. “Os papéis temáticos”. In: **Manual de Semântica**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

CHOMSKY, N. **Linguagem e mente**: pensamento atual sobre antigos problemas. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

RAPOSO, E. (Org.). **Gramática do português**. Vol. 1. Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian. 2013.

SCARPA, E. “Aquisição da linguagem”. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. **Introdução à Linguística**: domínios e fronteiras. Vol. 2. São Paulo: Cortez, 2012.

Práticas de leitura e formação docente

Ementa

Concepções de leitura e linguagem. Produção de sentidos da leitura. Representações e imagens da leitura. Práticas de leitura na escola. Modos de ler na escola: estratégias. Leitura e formação docente.

Bibliografia Básica

ANTUNES, Irandé. Assumindo a dimensão interacional da linguagem. In: _____. *Aula de português – encontro & interação*. 4. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2003. p. 19-37.

BOURDIEU, P.; CHARTIER, R. A leitura: uma prática cultural: debate entre Pierre Bourdieu e Roger Chartier. In: CHARTIER, R. (Dir.). *Práticas de leitura*. 2. ed. rev. São Paulo: Estação Liberdade, 2001. p. 231-253.

GERALDI, João Wanderley. Prática da leitura na escola. In: _____. (Org.). *O texto em sala de aula*. São Paulo: Ática, 2001, p. 88-103.

Bibliografia Complementar

BRAGGIO, S.L.B. **Leitura e Alfabetização: da concepção mecanicista à sociopsicolinguística**. Porto Alegre: Artes médicas, 1992.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN** (5º - 8º série). Brasília, 1998.

BORDINI, M.G.; AGUIAR, V.T. **Literatura: a formação do leitor, alternativas metodológicas**. Porto Alegre: perspectivas, 1993.

FAZENDA, I.C.A. Interdisciplinaridade: definição, projeto, pesquisa. In _____. **Práticas interdisciplinares na escola**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 15-18.

FERREIRA, N. S. A. **A pesquisa sobre leitura no Brasil: 1980 a 1995**. Campinas, SP: Arte Escrita, 2001.

História da Língua Portuguesa

Ementa

Formação da Língua Portuguesa. Abordagem diacrônica da fonologia, da morfologia e da sintaxe. História externa e interna da Língua Portuguesa.

Bibliografia Básica

GARCIA, J. **Introdução à teoria e prática do latim**. Brasília: Editora da UnB, 1993.

ILARI, R. **Linguística Românica**. São Paulo: Editora Ática, 1999.

RAPOSO, E. (Org.). **Gramática do português**. Vol. 1. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.

Bibliografia Complementar

FARIA, E. **Dicionário latino-português**. Belo Horizonte: Livraria Garnier, 2003.

GIBBON, E. **Declínio e queda do império romano**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

INSTITUTO CAMÕES. **História da Língua Portuguesa em linha**. <http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/index1.html>, 2004. (Acesso em 08.09.2017)

MENDONÇA, R. **A influência africana no português do Brasil**. Brasília: FUNAG, 2012.

RODRIGUES, A. **Línguas Brasileiras**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

Espanhol Instrumental

Ementa

Desenvolvimento de habilidades para compreensão e expressão escrita, compreensão e expressão oral em língua espanhola. Estudo de vocabulário e estruturas básicas, contextualizadas a partir de textos de diversos gêneros e abordadas de forma funcional. Leitura como um processo interdisciplinar, interativo e comunicativo, com ênfase nos aspectos discursivos, de modo a contemplar língua, cultura e sociedade como indissociáveis.

Bibliografia Básica

Diccionario *Señas para la enseñanza de la lengua española para brasileños*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

Bibliografia Complementar

ARAGÓN, M.C.; GILI, O.C.; BARQUERO, B.L. *Passaporte*. España-Madrid: Edelsa Grupo Didascalía, 2007.

Francês Instrumental

Ementa

Desenvolvimento da habilidade de compreensão escrita através da interpretação de textos acadêmicos e técnicos em língua francesa, a partir do conhecimento prévio do aluno e com o suporte da língua portuguesa.

Bibliografia Básica

BAYLON, C.; CAMPÀ, A.; MESTREIT, C. *FORUM – Méthode de Français 1* – Hachette: Paris, 2000.

BERLITZ, C. *Passo a passo – Francês*. Martins Fontes: São Paulo, 2001.

BAYLON, C.; CAMPÀ, A. *Forum: méthode de Français 1*. Paris: Hachette, 2000.

Bibliografia Complementar

Bescherelle – la conjugaison pour tous – Dictionnaire de verbes. Hatier: Paris, 1997.

BAUDELAIRE, C. P. *Petits poèmes en prose; pequenos poemas em prosa/ Charles Baudelaire; trad. De Dorothée de Bruchard*. Florianópolis: Ed. UFSC, Aliança Francesa, 1988. 252p.

SAINT-EXUPÉRY, ANTOINE. Le Petit Prince. Édition du groupe Ebooks Libres et Gratuits. 1943.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRÉ, Marly E. D. A.; PESCE, Marly Krüger Formação do professor pesquisador na perspectiva do professor formador. **Formação docente: revista brasileira de pesquisa sobre formação de professores**. v.7 n. 4, dezembro de 2012.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN).

BRASIL. Resolução n. 02, de 26 de junho de 1997. Dispõe sobre os programas especiais de formação pedagógica de docentes para as disciplinas de currículo do ensino fundamental, do ensino médio e da educação profissional de nível médio.

BRASIL. 1997a. **Introdução aos PCNs**.

BRASIL. 1997b. **PCNs Língua Portuguesa, 1ª e 4ª séries do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa**.

BRASIL. 1998. **PCNs, 3º e 4º ciclos do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa**.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto nº 4.281 de 25 de Junho de 2002. Instituem diretrizes sobre a educação ambiental.

BRASIL. 2000. **PCNs Ensino Médio**. Acesso em 29/03/2014.

BRASIL. s/d (sem data). **PCN+ Ensino Médio: linguagens, códigos e suas tecnologias**.

BRASIL. Parecer CNE/CP nº 09/2001 de 08 de maio de 2001. Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.

BRASIL. Parecer CNE/CES n. 492, de 04 de julho de 2001. Assunto: Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.

BRASIL. Parecer CNE/CP nº 28/2001, de 02 de outubro de 2001. Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.

- BRASIL. Resolução CNE/CP 01, de 18 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.
- BRASIL. Resolução CNE/CP 02, de 19 de fevereiro de 2002. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.
- BRASIL. Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. 2002.
- BRASIL. Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Institui a obrigatoriedade do Ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.
- BRASIL. Decreto n. 5.224, de 1º de outubro de 2004. Dispõe sobre a organização dos Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências.
- BRASIL. Parecer CNE/CES nº 15/2005, de 02 de fevereiro de 2005.
- BRASIL. Decreto n. 5.773, de 09 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.
- BRASIL. Decreto n. 5.840, de 13 de julho de 2006.
- BRASIL. Decreto n. 6.095, de 24 de abril de 2007.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. 2008.
- BRASIL. Decreto n. 7.611 de 17 de novembro 2011.
- BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.
- COUTINHO, Clara Pereira. **Utilização de blogues na formação inicial de professores: um estudo exploratório**.
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. **Resolução nº 16, de 13 de novembro de 2012**.
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. **Plano de Desenvolvimento Institucional – 2012-2016**. Goiânia, mimeo, 2014.
- .Resolução nº 28, de 11 de agosto de 2014. Aprova o Regulamento relativo ao

Trabalho de Conclusão de Curso das graduações do IFG.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. s/d Diretrizes para a oferta de Cursos de Licenciatura no IFG. Minuta de Resolução.

LIMA, Patrícia Rosa. **Novas Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação e a Formação dos Professores nos Cursos de Licenciatura do Estado de Santa Catarina**. 2001. Dissertação. (Mestrado em Ciência da Computação). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

MARTINS, Heloísa Helena T. de Souza. “Metodologia qualitativa de pesquisa”. In: **Educação e Pesquisa**, vol. 30, nº 02, p. 289-300, São Paulo: mai/ago 2004.

MOURA, Dante Henrique. **A licenciatura nos IFs em busca de uma identidade**. Palestra proferida no Fórum Nacional das Licenciaturas nos Institutos Federais – FONALIFE, Natal, 2010.

PACHECO, Eliezer. **Os Institutos Federais**: uma revolução na educação profissional e tecnológica.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira. **O Novo Perfil dos Cursos de Licenciatura em Letras**.

PEREIRA, Júlio Emílio Diniz. As licenciaturas e as novas políticas educacionais para a formação docente. In: **Educação & Sociedade**, ano XX, nº 68, p. 109-125, dezembro/99. PIMENTA, Selma Garrido.; LIMA, Maria do Socorro Lucena. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2011.

PIMENTA, Selma Garrido.; LIMA, Maria do Socorro Lucena. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, Suelene Vaz da. **O processo ensino-aprendizagem de línguas em teletandem**: um estudo na área de Turismo. 2012. 294 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). Faculdade de Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

ANEXO

Resolução de autorização do curso de Letras



INSTITUTO FEDERAL
GOIÁS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
REITORIA

RESOLUÇÃO Nº 044, DE 06 DE OUTUBRO DE 2014.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando a decisão do Conselho Superior, em reunião realizada no dia 06 de outubro de 2014, e, ainda, o disposto na Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e o Inciso X, Artigo 9º, do Estatuto da Instituição, resolve:

Art. 1º - Autorizar o funcionamento do Curso Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa, no Câmpus Goiânia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, com 60 (sessenta) vagas anuais, no turno vespertino, a ser ministrado na Instituição, na Rua 75, nº 46, Centro, na Cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.


JERÔNIMO RODRIGUES DA SILVA
Presidente do Conselho Superior